

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANA MÁRCIA BARBOSA DOS SANTOS

**SOB A LENTE DO DISCURSO: ASPECTOS DO ENSINO DE
RETÓRICA E POÉTICA NO ATHENEU SERGIPENSE (1874-1891)**

**São Cristóvão-Sergipe
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANA MÁRCIA BARBOSA DOS SANTOS

**SOB A LENTE DO DISCURSO: ASPECTOS DO ENSINO DE
RETÓRICA E POÉTICA NO ATHENEU SERGIPENSE (1874-1891)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dra. Eva Maria Siqueira Alves.

São Cristóvão-Sergipe
2010



*Aos meus pais, Pedro dos Santos e Dalva Barbosa dos Santos,
referências de fé e coragem.*

AGRADECIMENTOS

Após dois anos de leituras e pesquisas, chega o momento de apresentar os resultados obtidos, através deste trabalho e de agradecer aos que contribuíram para a sua realização.

A Deus, que nunca me abandonou, ainda que, em meio às ocupações diárias, eu não encontrasse tempo para procurá-lo.

Aos meus pais, que me incentivaram em todos os momentos.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Eva Maria Siqueira Alves, por ter confiado em meu potencial e sobretudo, pela firmeza na orientação.

Aos professores doutores Josefa Eliana Souza e Luiz Eduardo Menezes de Oliveira, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

À professora Dra. Márcia de Paula Gregório Razzini, pela cordialidade e generosidade, manifestadas através da troca de *e-mails* e indicações da localização de obras.

Às professoras Magna Maria de Oliveira Ramos e Isabel Cristina Pereira Alves pelas sugestões para o trabalho.

A Mário Abel N. Bundé, meu namorado, por compreender minhas ausências, pelo apoio constante e irrestrito manifesto na expressão: “- Força, guerreira!”.

Às minhas tias, Aída, Antonia, Carmelita e Petrina, pelo apoio espiritual através das orações.

À Patrícia Rosalba S. Moura Costa, pelos oportunos conselhos relacionados ao meio acadêmico.

A Alex Sandro dos Santos França, amigo irmão, por me transmitir seu entusiasmo pela vida, pelo apoio e principalmente, pela amizade, que, apesar da distância se manteve forte através das longas conversas ao telefone pontuadas por risadas e ironias.

A Aladim Mendonça, exemplo de amizade e solidariedade.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Epiphanio Dórea: Eduardo Rosário (Hemeroteca) e Pedro dos Santos (Obras Raras), que literalmente suaram as camisas em busca dos jornais e compêndios, insistentemente procurados por mim. Valeu pela boa vontade!

Aos colegas do grupo de pesquisa GPDEHEA, em particular, Sayonara Almeida, que me acompanhou nas pesquisas no CEMAS em várias ocasiões e João Paulo Gama, pelo empréstimo de obras e indicações de leituras.

Aos colegas de turma, Carla Daniela Kohn, Paulo Boa Sorte e Luiz Prado, pela preciosa partilha de experiências e sobretudo, pela dádiva de suas amizades durante o mestrado.

A Everaldo Pinto (Gaspeu), diretor da DRE-O8(SEED), pela compreensão nos momentos de conciliação entre as atividades acadêmicas e docentes.

Aos funcionários da secretaria do NPGED, Geovania e Edson, pela solicitude e presteza no atendimento durante o curso.

Às amigas Telma Santos, Ana Maura Basílio, Maria Auxiliadora de Oliveira, Maria Cândida e Lenalda Maria, pelo incentivo e compreensão nas minhas ausências devido aos estudos.



*Realmente, vãs e nulas são as palavras!
Homem, universo, vida, eternidade... Qual o significado
deste vocabulário esquivo? A sabedoria dos séculos
acumulou palavras e palavras, definindo o mundo por um
sistema pretensioso de sons. Sob a combinação cromática
das sílabas, como no invólucro impenetrável das
aparências, o mundo vive e defende-se, indefinido sempre,
absurdo e misterioso.*

Raul Pompéia - Canções sem metro, 1957.

RESUMO

Este trabalho aborda a trajetória do ensino de Retórica e Poética, no Atheneu Sergipense, no período compreendido entre 1874 e 1891, respectivamente, do início das atividades da cadeira até a sua extinção oficial. No intuito de abordar os principais aspectos relacionados ao ensino dos conteúdos discursivo e literário, na principal instituição de ensino secundário sergipano do século XIX, utilizou-se a pesquisa documental, com base nas contribuições teóricas da História Cultural e da História das Disciplinas Escolares. Os Regulamentos da Instrução Pública, as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, os jornais locais, as apostilas, os programas de ensino e os compêndios foram as principais fontes analisadas no desenvolvimento desta pesquisa. O estudo é composto por três capítulos. O primeiro, intitulado “O Ensino Secundário Humanista e a Educação Literária”, analisa o ensino de humanidades, seus objetivos, seus componentes e o lugar atribuído à Retórica e à Poética nesse sistema pedagógico. O segundo capítulo, denominado “Fios que teceram o ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense”, apresenta conteúdos e práticas utilizados para o ensino da cadeira, os pontos requeridos para os Exames de Preparatórios e a vinculação entre a carreira jurídica e os estudos de Retórica. “Os manuais utilizados para o ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense: ferramentas da formação erudita” é o título do terceiro capítulo, que enfoca os manuais adotados e a sua adequação às finalidades do ensino de Retórica e Poética. Os resultados da investigação levaram à percepção de que a formação clássica, com ênfase no discurso e na erudição, foi utilizada como estratégia de distinção no campo cultural por jovens sergipanos.

Palavras-chave: História das Disciplinas Escolares. História da Educação. Retórica e Poética. Ensino Secundário. Atheneu Sergipense.

ABSTRACT

This study investigates the path of Rhetoric and Poetic teaching at Atheneu Sergipense School from 1874 through 1891, respectively, from its very beginning until its official extinction. In order to deal with the main discursive and literary teaching subjects of Sergipe high school of the 19th century, it is adopted documental research based on theoretical contribution of Cultural History and History of School Disciplines. The Regulations of Public Instruction, the minutes of Atheneu Sergipense Congregation, local newspapers, textbooks, syllabus and compendia were the main sources analyzed throughout this research. This dissertation is divided into three chapters: the first one, entitled “Humanist High School teaching and literary education” analyzes the teaching of humanities, their objectives, components and the place attributed to Rhetoric and Poetics into this pedagogical milieu. The second chapter called “Aspects which conducted the teaching of Rhetoric and Poetics in Atheneu Sergipense” presents the syllabus and practices used to teach this subject, the topics required to entrance examinations and the link between the Juridical Career and the Rhetoric studies. The third chapter focuses the manuals chosen and their adequacies to the teaching of Rhetoric and Poetics. The results show that the classical instruction, with emphasis on discourse and erudition was used as a strategy of distinction into the cultural milieu by Sergipe’s youth.

Key words: History of School Disciplines. History of Education. Rhetoric and Poetics. High School. Atheneu Sergipense.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Brício Maurício de Azevedo Cardoso, 1944.....	35
Figura 2 - Lições Elementares de Eloquência Nacional, 1840.....	83
Figura 3 - Lições Elementares de Poética Nacional, 1851.....	91
Figura 4 - Capa da obra Virgílio Brasileiro, 1854.....	95
Figura 5 - Folha de Guarda da obra Virgílio Brasileiro, 1854.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O ENSINO SECUNDÁRIO HUMANISTA E A EDUCAÇÃO LITERÁRIA	16
1.1 Origens da Retórica.....	19
1.2 A Poética na escola: ensinar e deleitar.....	24
1.3 O Ensino Humanista no Colégio de Pedro II.....	26
1.4 O Lugar da Retórica e da Poética nas Humanidades	29
2 FIOS QUE TECERAM O ENSINO DE RETÓRICA E POÉTICA NO ATHENEU SERGIPENSE.....	33
2.1 A Vez da Eloquência: a cadeira de Retórica e Poética inicia suas atividades no Atheneu Sergipense	36
2.2 Com a Palavra, o Mestre: o Discurso Inaugural de Brício Cardoso à Cadeira de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense.....	40
2.3 Entre Figuras e Tropos: os conteúdos e as práticas adotados para o ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense	52
2.4 A um Passo da Academia: a Retórica e Poética nos Exames de Preparatórios.....	61
2.5 A Eloquência Silenciada: a extinção da Cadeira de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense.....	75
3 OS MANUAIS UTILIZADOS PARA O ENSINO DE RETÓRICA E POÉTICA NO ATHENEU SERGIPENSE: ferramentas da formação erudita	78
3.1 Lições Elementares de Eloquência Nacional.....	83
3.2 Lições Elementares de Poética Nacional.....	91
3.3 Virgílio Brasileiro.....	95
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS.....	112

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo da disciplina Retórica e Poética no Atheneu Sergipense pode ser atribuído à minha formação acadêmica em Letras e ao fato de ser ex-aluna da referida Instituição, a qual me deixou preciosas lembranças. Em meio aos corredores e às salas de aula do velho Atheneu, amizades foram construídas e a paixão pela leitura ganhou espaço em minha vida.

Durante a realização do curso de Letras, meu interesse foi despertado pelas disciplinas de cunho literário: História da Literatura Clássica, Estilística, Crítica Literária, além das Literaturas Portuguesa e Brasileira. Após a conclusão do curso de graduação, passei a ministrar aulas de Português, Redação e Literatura, mas esta última sempre angariou maior entusiasmo. Ao tempo em que preparava minhas aulas e selecionava as obras a serem analisadas, questionava-me sobre o ingresso dos estudos literários na escola e também sobre a inserção ou exclusão de determinados conteúdos na composição dos programas.

Em 2004, tornei-me aluna especial na linha de pesquisa História, Sociedade e Pensamento Educacional do Programa de Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Sergipe e cursei duas disciplinas: Tópicos Especiais de Ensino: a Construção do Campo Científico e Teoria do Discurso. As leituras e discussões realizadas nas aulas me propiciaram o contato com a estrutura da pós-graduação e ampliaram meus conhecimentos, mas ainda havia uma certa inquietação, pois eu não sabia de fato o que pretendia pesquisar durante o mestrado.

No ano seguinte, dei continuidade às leituras de trabalhos acadêmicos produzidos no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS e em outras universidades. Até que dois trabalhos despertaram o meu interesse, a tese de doutorado da professora Eva Maria Siqueira Alves, intitulada *O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária segundo os planos de estudos (1870-1908)* e a dissertação de mestrado de Christianne Menezes Gally, cujo título é *Brício Cardoso no cenário das Humanidades no Atheneu Sergipense (1870-1874)*. Tais pesquisas indicaram o caminho que eu poderia trilhar: um estudo que conciliasse o ensino de Gramática e Retórica e Poética no Atheneu Sergipense.

Também em 2005, mantive contato com a professora Dra. Eva Maria que, gentilmente, convidou-me a comparecer às reuniões realizadas pelo grupo de pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem. As leituras sugeridas pela professora e os debates realizados durante os encontros do grupo levaram-me à elaboração do projeto de pesquisa que deu origem ao estudo sobre o ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense.

Este trabalho se insere no campo da História da Educação e adota como matriz historiográfica a História Cultural. São seus objetivos: analisar os conteúdos e a metodologia utilizados no ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense, a fim de perceber em que medida os mesmos se adequaram às finalidades da disciplina, compreender a postura pedagógica do professor Brício Cardoso, a partir da análise da sua produção didática e verificar a adequação dos manuais didáticos adotados aos objetivos da disciplina

A proposta desta pesquisa subordina-se à hipótese de que os saberes ministrados sob a denominação Retórica e Poética atuaram como traço de distinção e como estratégia de elevação no campo social dos jovens oriundos do ensino secundário no Atheneu Sergipense. As fontes pesquisadas foram Livros de Atas, Regulamentos, Relatórios da Instrução Pública, Leis, Decretos, Ofícios, Programas de Ensino, Apostilas, Discursos e Compêndios. Entre os documentos utilizados, os textos institucionais e normativos foram de grande valia, pois, através do seu discurso, foi possível observar as concepções e as diretrizes pedagógicas vigentes e também os embates que permearam as práticas escolares no século XIX.

A fim de retratar o cenário investigado com maior fidelidade, procuramos sempre que possível, conservar a grafia original dos documentos analisados. A pesquisa concentrou-se no Centro de Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), na Biblioteca Pública Epiphânio Dórea e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IGHS).

Assim, tendo em vista os limites e as possibilidades da pesquisa histórica, apresentamos algumas categorias com as quais pretendemos dialogar no decorrer deste trabalho. O conceito de cultura escolar, ainda recente, tem sido utilizado sob matizes diversas por alguns autores. Jean-Claude Forquin (1993) destaca que esta expressão refere-se ao “conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, “normalizados”, “rotinizados”, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas.

Em outra vertente, encontram-se os estudos realizados por Julia (2001), relevantes na medida em que consideram a disciplina produto e, ao mesmo tempo, produtora de cultura escolar. Segundo esse teórico, a cultura escolar deve ser estudada de forma articulada com outras culturas produzidas nos diferentes períodos da História, pois as normas e práticas não podem ser vistas de maneira isolada, mas articuladas com finalidades religiosas, sociais ou políticas, que variam conforme as diferentes épocas.

Conforme Julia (2001), para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar um sentido mais amplo, modos de pensar e agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades. Tais processos podem ser “rastreados”, não só por meio da documentação oficial,

mas também através dos vestígios deixados em cadernos escolares, livros didáticos, diários pessoais, correspondências particulares, fotografias, publicações em jornais e revistas, dentre outros.

A partir da categoria cultura, procuramos apreender a contribuição dada pela cadeira de Retórica e Poética, no processo de transmissão de padrões culturais no final do século XIX. Segundo Chartier (1988), cultura é um conjunto de significações historicamente transmitido e inscrito em símbolos, por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu saber sobre a vida e suas atitudes diante dela.

Sob tal perspectiva, é possível compreender que a escola pode atuar como um espaço de formação e de transmissão de valores, por meio de práticas educativas, o que possibilita estabelecer relações entre as demandas sociais, a escola e as disciplinas escolares, visto que, como pontua Chervel (1990), as disciplinas constituem os modos de transmissão cultural dirigidos aos alunos.

Através do sistema conceitual proposto por Bourdieu (2008), vimos que a sociedade é constituída por um conjunto de campos nos quais lutas são travadas para que cada indivíduo obtenha uma melhor posição. Em cada campo, o êxito nas lutas é mediado, principalmente, pelos recursos que cada um tem: o seu capital.

Desse modo, no campo cultural (Escola, Imprensa, meio artístico) predomina o capital cultural, ou seja, conjunto de conhecimentos e relações com a cultura e a linguagem. Logo, aquele que detiver mais capital cultural pode desenvolver estratégias mais adequadas nesse campo para melhorar sua posição, o que Bourdieu (2008) denomina de estratégias de distinção.

Com base nas categorias mencionadas, procuramos observar em que medida o domínio dos conteúdos reunidos sob a denominação Retórica e Poética atuou como traço distintivo e estratégia de elevação no campo social. Também contribuiu para a elaboração deste estudo, a leitura das pesquisas empreendidas por autores como Roberto de Oliveira Brandão (1988a; 1988b), Roberto Acízelo de Souza (1999), Márcia de Paula Gregório Razzini (2000) e Luiz Eduardo Menezes de Oliveira (2006).

O campo de pesquisa em História das Disciplinas Escolares pode ser considerado relativamente novo; trabalhos como os de Chervel, 1990; Goodson, 1998; Julia, 2001; Bittencourt, 2003, indicam o seu surgimento no bojo das discussões sobre a Nova Sociologia da Educação, a partir do final da década de 1960.

Essa corrente abordou temas como “Currículo e Ideologia”, “Currículo e Cultura”, “Currículo e Poder” e “História do Currículo”. Por meio dela, busca-se compreender o modo

através do qual os indivíduos são formados e como estes recebem, internalizam e reorganizam os elementos da cultura subjacente aos projetos pedagógicos vigentes.

Embora seja um campo recente, o número de estudos vinculados à História das Disciplinas Escolares tem aumentado sensivelmente nos últimos anos. Uma dessas contribuições foi a de Márcia de Paula Gregório Razzini (2000); na sua tese, “*O Espelho da Nação: a Antologia Nacional e o Ensino de Português e de Literatura (1838-1971)*”, investiga o processo de instauração do nacionalismo nas aulas de Português e Literatura no Colégio Pedro II, por meio da análise da trajetória de um livro didático.

Através de um vasto levantamento de fontes documentais e bibliográficas, a pesquisadora estuda a trajetória de uma das obras de maior longevidade no âmbito escolar brasileiro, a fim de compreender a inserção dos conteúdos no interior das disciplinas estudadas, verificando, por fim, a utilização da *Antologia Nacional*, como ferramenta difusora e reprodutora da vernaculidade no Brasil.

Em “*Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*”, Arlette Medeiros Gasparello apresenta os resultados da sua tese de doutorado em Educação pela Universidade Católica de São Paulo, entre os anos de 1998 e 2002. Sua análise parte da documentação do Colégio de Pedro II, da legislação, de dicionários e enciclopédias, além da vasta bibliografia consultada.

A autora deteve-se na investigação sobre o ensino de História, no curso de Humanidades, no Colégio Imperial, com ênfase no processo de institucionalização da disciplina História do Brasil e sua relação com a História Universal. Esse estudo voltou-se também para os primeiros compêndios utilizados para o ensino de História, no Colégio de Pedro II e para o conceito de nação veiculado por essas instituições.

A obra “*Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*”, de Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, publicada em 2003, também é fruto da sua tese de doutorado em Educação. O trabalho investiga as alterações na configuração da disciplina Educação Física, após o advento da Ditadura Militar. As principais fontes utilizadas foram a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, os programas escolares da disciplina e os depoimentos de professores. O pesquisador refletiu sobre a relação entre as determinações governamentais e as necessidades dos professores da área.

Em 2003, sob a organização de Marcus Aurélio Taborda de Oliveira e Serlei Maria Fischer Ranzi, foi publicada a coletânea “*História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*”. A obra agrega textos que apresentam contribuições de diferentes pesquisadores no campo da História das Disciplinas Escolares.

Outro trabalho que se propôs a analisar a trajetória de um saber escolar foi “*O ensino de Língua Portuguesa e de leitura na República Velha: aliados da cultura brasileira ou representantes da tradição?*”. Nesta dissertação, Hilda Cristina Restaino (2005), procura compreender como se realizou o ingresso dos estudos do vernáculo e de leitura na educação brasileira e sua ligação com a cultura nacional pautada na História das Ideias Linguísticas,

A pesquisadora também utiliza três obras adotadas no Colégio Pedro II como *corpus* de pesquisa: *Gramática Portuguesa* (1881) de Júlio Ribeiro, *História da Literatura Brasileira* (1888) de Sílvio Romero e a *Antologia Nacional* (1895) de Fausto Barreto e Carlos de Laet; Restaino concluiu que havia pontos de união entre as obras analisadas, as concepções de nacionalidade e a impregnação pelo paradigma vigente no período.

Na tese intitulada “*Livro Didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*”, Circe Bittencourt apresenta o resultado da pesquisa realizada durante o Curso de Doutorado em História Social. No texto dividido em três partes, a autora destaca o papel do livro didático na construção do saber escolar, a relação entre Estado e editoras, a história do ensino de História no Brasil e os livros didáticos de História do Brasil.

Também consideramos relevante mencionar a dissertação de Stella Sanches de Oliveira, intitulada “*A História da Disciplina Escolar Francês no Colégio Estadual Campo-Grandense (1942-1962)*”. O trabalho foi defendido em 2008 e sustenta-se na hipótese de que a presença da disciplina Francês, no currículo de ensino secundário brasileiro, é legitimada pelo seu caráter eminentemente humanístico, com a finalidade de seu ensino em determinado momento histórico.

A pesquisadora procurou estabelecer uma mediação entre o que foi prescrito oficialmente e o realizado em sala de aula. Os resultados da investigação evidenciaram que a normatização orientou as práticas dos professores no ensino de Francês, que era baseado, sobretudo, na Gramática.

Com tais leituras, procuramos apresentar à discussão acadêmica os resultados de um exercício de investigação que analisa a trajetória da cadeira de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense, para além da enumeração de conteúdos e descrição de práticas, a fim de revelar quais aspectos da concepção humanista do ensino secundário podem ser encontrados na referida cadeira.

Tendo em vista o fato de ser uma das atribuições do pesquisador definir em que período pretende investigar um determinado acontecimento, fizemos o recorte temporal deste trabalho a partir de 1874, ano em que a cadeira de Retórica e Poética passou a funcionar no Atheneu Sergipense, até a sua extinção através do Decreto n. 4 de 6 de agosto de 1891.

No intuito de discutir a referida temática, este trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, abordamos o ensino secundário humanista, destacando suas principais características, seus objetivos, a ênfase nas línguas e na formação discursiva, o ensino de Retórica e Poética no Colégio de Pedro II e os elementos norteadores do ensino literário no Brasil durante o século XIX.

O segundo capítulo, por seu turno, apresenta uma análise do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense. Nele discorremos sobre a atuação do professor catedrático Brício Cardoso, os conteúdos e a metodologia adotados, destacando os saberes exigidos para aprovação nos Exames Preparatórios da disciplina Retórica e Poética e o perfil dos alunos que se inscreveram em tais Exames na Província de Sergipe.

No terceiro capítulo, investigamos os manuais utilizados para o ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense e a articulação desse material às finalidades delegadas à disciplina. As obras são as *Lições Elementares de Eloquência Nacional*, as *Lições Elementares de Poética Nacional*, ambas de autoria de Francisco Freire de Carvalho, e *O Virgílio Brasileiro*, de Manuel Odorico Mendes. Procuramos verificar a estrutura dos manuais didáticos e a sua contribuição no processo de transmissão dos conhecimentos da eloquência e da poética. A última parte deste trabalho apresenta as considerações finais da pesquisa a respeito do perfil da cadeira de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense.

Por meio da estrutura apresentada, pretendemos contribuir com esclarecimentos pertinentes acerca do objeto estudado, além de propiciar uma discussão quanto ao papel que os conteúdos discursivos e literários exerceram no cenário do ensino secundário humanista. Tendo como foco a grandiosidade do papel atribuído à Retórica escolar, através da qual padrões culturais foram disseminados, proponho-me a apresentar aspectos significativos da trajetória dessa disciplina no Atheneu Sergipense, instituição responsável pela formação de significativa parcela da juventude sergipana.

1 O ENSINO SECUNDÁRIO HUMANISTA E A EDUCAÇÃO LITERÁRIA

A glória literária é o fundamento de todas as outras. As grandes nações caem no esquecimento, ou degeneram em fábulas extravagantes, sem um historiador fiel que as relate, um grande orador que as preconize, um poeta sagrado que as cante, ou artes plásticas que as representem aos nossos olhos.
Diderot (2000)

Tendo em vista o fato de todo processo de transmissão de uma disciplina escolar ocorrer em determinado tempo e lugar, condicionado a aspectos internos e externos, estes influenciam diretamente na transmissão dos saberes nas instituições escolares; daí torna-se procedente a iniciativa de empreender uma breve descrição do cenário em que o ensino secundário nacional se desenvolveu, durante o Período Imperial, a fim de se obter uma compreensão adequada do quadro em que a cadeira Retórica e Poética estava inserida.

Vale ressaltar que o objetivo de esboçar o referido quadro não foi o de fazer uma pesquisa original, pautada em um levantamento exaustivo de fontes primárias, mas sim o de propiciar uma visão abrangente acerca do ensino secundário do século XIX; isso foi possível através da exposição das informações oferecidas por pesquisadores que se dedicaram ao tema, tais como, Geraldo Bastos Silva (1969), Maria de Lourdes Mariotto Haidar(1972), André Chervel e Marie Madeleine Compère (1999), Roberto Acízelo de Souza (1999), Márcia de Paula Gregório Razzini (2000), Arlete Medeiros de Gasparello(2002), Eva Maria Siqueira Alves(2005), Luiz Eduardo Meneses de Oliveira (2006).

Dentro de um sistema pedagógico solidamente articulado, o modelo de ensino clássico caracteriza-se por abranger dois tipos de formação. Um funda-se sobre a natureza, as coisas e o universo, permitindo ao homem se situar no mundo e nele multiplicar suas marcas, seus índices, inscrever sua ação. O outro apoia-se em textos de longa tradição e sobre a língua, necessária à comunicação, à persuasão, suporte indispensável, até mesmo consubstancial do pensamento. A língua integra o indivíduo em uma elite, em uma nação, em uma cultura, que ele partilha, ao mesmo tempo, com seus ancestrais e com seus contemporâneos, como assinalam Chervel e Compère (1999).

Com o objetivo de propiciar uma formação ampla de caráter moral e estético, no ensino clássico, iniciado já na Grécia Antiga e desenvolvido continuamente, até o século XIX, encontra-se um sistema que marcou a educação brasileira, desde a atuação jesuítica. Para obter uma melhor compreensão sobre esse tipo de ensino, recorreremos a Acízelo de Souza:

Tratava-se de um ensino dito *humanístico*, qualificativo que requer compreensão bem precisa, o que nos remete aos substantivos *humanidades* e *humanitismo*, de que deriva.[...] o conceito de humanismo é de extração pedagógica, designando um ideal de educação voltado para a formação integral do homem, distinto, assim, do propósito de preparar os indivíduos para o exercício de tarefas especializadas. Em outros termos, a educação humanística pretende facultar um conhecimento *comum* a todos os homens, concebido como matéria coincidente com a própria natureza ou essência humana, donde sua designação mediante a palavra latina *humanitas*, literalmente humanidade, propriedade do que é humano. O vocábulo aparece pluralizado nas línguas modernas (português *humanidades*, espanhol *humanidades*, francês *humanités*, inglês *humanities*, alemão *Humanwissenschaften*), provindo da expressão latina *studia humanitatis* (literalmente, "estudos da humanidade"),

empregada por Cícero e depois na idade média, quando passa a designar o conjunto das disciplinas de ensino (as artes liberais de Marciano Capela: gramática, dialética, retórica, geometria, aritmética, astrologia e música); com a elipse do determinado *studia*, a idéia de plural nele presente teria migrado para o determinante *humanitatis*, no qual se concentrou o sentido do sintagma latino (SOUZA, 1999, p. 21-22).

O ensino humanista pretendia levar aos estudantes aquilo que seria comum e conveniente a todos os homens, ou seja, a matéria coincidente com a própria natureza ou essência humana. Essa base comum estaria no âmbito do comunicável, de onde derivaria a ênfase sobre a linguagem, entendida como meio de levar o homem à razão.

O pensamento de Massimi (2008) segue na mesma direção, pois a autora pontua que a articulação entre *delectare, movere et docere* que define o objetivo da Retórica antiga e implica, desde as origens, uma concepção do uso da palavra voltada para a formação do homem, portanto, uma estreita conexão da arte retórica com a arte de educar. Não por acaso tais competências foram amplamente valorizadas e atualizadas pelo Humanismo, de modo a constituir-se em importantes alicerces do universo cultural da Idade Moderna.

Nos planos de estudos humanistas, predominavam obras clássicas, embora se adotassem Horácio, Virgílio e Ovídio, as obras de Cícero formavam a base dos programas. Os oradores e comediantes eram especialmente estudados porque davam a prática e o domínio da linguagem falada. O estudo da Retórica, baseado na utilização de exemplos e autoridades clássicas, fez tais autores passarem a ser considerados dignos de análise e imitação, configurando assim, o ideal da educação humanista: a iniciação dos alunos na perfeição das literaturas antigas, por meio do estímulo à capacidade de apreciação da beleza clássica.

Conforme os pressupostos que fundamentavam a educação humanista, o homem se torna homem na medida em que é educado, fazendo pleno uso da sua linguagem e das suas potencialidades desenvolvidas, por meio de uma sólida formação educacional, permeada pelo conhecimento da cultura clássica, eminentemente literária e retórica.

As escolas secundárias - cujos tipos mais representativos eram os *lycées franceses*, o *Gymnasium* e o *Realgymnasium* alemães, as *grammar schools* inglesas, caracterizavam-se por seu currículo em grande parte herdeiro da tradição pedagógica clássico-humanista, que desenvolviam durante um estágio escolar de sete a oito anos, conforme pontua Silva (1969). De acordo com Chervel (1992, p.99), a origem do ensino secundário remonta ao início do século XIX; o pesquisador francês assevera que, somente por volta de 1815, pode-se observar o emprego do termo “secundário” em sentido moderno, isto é, para indicar todos os estabelecimentos do tipo liceu ou colégio. Tal inovação passou a ser utilizada na língua corrente após 1840.

Chervel (1990) também menciona que, no caso do ensino secundário, o corpo docente une o conteúdo cultural à formação do espírito, uma vez que sua clientela é formada por crianças e adolescentes, o que faz a comunicação ser preponderante no processo pedagógico.

Após essa breve explanação sobre o ensino de humanidades, convém direcionarmos o olhar para o cenário em que a Retórica surgiu e o seu ingresso no espaço escolar.

1.1 Origens da Retórica: do clássico ao escolar

Falar de Retórica implica regressar à antiga civilização grega, pois foi nela que esse conhecimento deu os seus primeiros passos. De acordo com Reboul (1998), a Retórica não nasceu em Atenas, mas na Sicília grega por volta de 465 a.C., devido a disputas entre tiranos e cidadãos pela posse de terras; os últimos, ao serem despojados de suas propriedades pelos tiranos, passaram a reclamar por seus bens e, após a guerra civil, seguiram-se inúmeros conflitos judiciais. A ausência de documentos em relação à posse das terras revelou a necessidade de se argumentar de modo eloquente a fim de se ganhar a causa.

Ainda segundo Reboul (1998), Córax, discípulo do filósofo Empédocles, e seu próprio discípulo, Tísias, publicaram uma “arte oratória” (*tekne rhetoriké*), coletânea de preceitos práticos que continha exemplos para uso das pessoas que recorressem à justiça. Dessa forma, é possível afirmar que a Retórica serviu a variados âmbitos: jurídicos, literários, filosóficos e didáticos. Para os gregos, o ensino de orientação literária atuava como uma escola de estilo, de pensamento e, sobretudo, de vida. Tal nível de ensino fundava-se numa visão de mundo marcada pela busca da justiça, do equilíbrio e da harmonia.

Consoante Lausberg (2004, p.75), em sentido lato, entende-se a retórica é “a arte do discurso em geral”, exercida por qualquer indivíduo ativamente participante na vida de uma sociedade; já Retórica, em sentido restrito (Retórica escolar), é a “arte do discurso partidário” (exercida especialmente diante de tribunais), a qual, desde o século V.a.C., constitui objeto de ensino.

A retórica relaciona-se a uma aplicação direta, em uma dada situação em que é preciso levar alguém a crer em alguma coisa, utilizando a força expressiva da palavra. A associação entre retórica e arte pode ter surgido a partir da publicação já mencionada de Córax e Tísias; mas, conforme Brandão:

As palavras arte e poesia não possuem hoje exatamente os sentidos que possuíam na Antiguidade. O que aconteceu é que tais palavras, desde sua aparição, foram

despojando-se de certas conotações e adquirindo outras, fato que produziu, necessariamente, grande desnível entre concepções distanciadas no tempo. A palavra arte (tekne) não tinha exatamente o mesmo sentido que lhe atribuímos hoje de “belas letras”, mas abrangia um âmbito muito mais amplo, compreendendo tanto a produção manual e industrial como a construção de navio ou de casas, quanto a criação espiritual ou então a própria habilidade para fazer qualquer coisa (BRANDÃO, 1976, p. 43).

Nesse sentido, é possível considerar a eloquência como uma atividade mediada pelo talento natural, aperfeiçoado através de técnicas e preceitos divulgados em tratados elaborados por filósofos e autores gregos e latinos, tais como: *De Oratore* de Cícero, *Institutio oratoria* de Quintiliano, *Rhetorica* de Aristóteles e *De doctrina christiana* de Santo Agostinho. Conforme a sistematização proposta por Aristóteles e analisadas por Reboul (1998), a retórica é decomposta em quatro partes:

A primeira é a invenção (*heurésis*, em grego), a busca que empreende o orador de todos os argumentos e de outros meios de persuasão relativos ao tema do discurso. A segunda é a disposição (*táxis*), ou seja, a ordenação desses argumentos, donde resultará a organização interna do discurso, seu plano. A terceira é a elocução (*lexis*), que não diz respeito à palavra oral, mas à redação escrita do discurso, ao estilo. É aí que entram as famosas figuras de estilo. A quarta é a ação (*hypocrisis*), ou seja, a proferição efetiva do discurso, com tudo o que ele pode implicar em termos de voz, mímica e gestos. Na época romana, à ação será acrescentada a memória (REBOUL, 1998, p.44).

Essa divisão ilustra um processo complexo, cuja execução requer domínio de variadas habilidades, tais como: erudição (útil à invenção), raciocínio lógico (útil à disposição), expressividade (útil à elocução e à proferição), além da memória, sem a qual os argumentos e as técnicas não teriam vez.

Segundo a tradição clássica, os gêneros oratórios são três: judiciário, deliberativo (ou político) e epidíctico; para Aristóteles, a existência desses gêneros deve-se à ocorrência de três espécies de auditório. Assim, o discurso judiciário tem como auditório o Tribunal; o deliberativo, a Assembleia (Senado); o epidíctico, espectadores, todos os que assistem a discursos de aparato, como panegíricos, orações fúnebres ou outras.

O gênero judiciário refere-se ao passado, pois são fatos passados que se cumpre esclarecer, qualificar e julgar. O deliberativo refere-se ao futuro, pois inspira decisões e projetos. O epidíctico, por sua vez, refere-se ao presente, pois o orador se propõe à admiração dos espectadores, ainda que extraia argumentos do passado e do futuro. Não é possível estabelecer uma hierarquia entre os gêneros citados, embora saibamos que

Na retórica escolar elementar, o maior interesse incidiu sobre o gênero judicial, visto que o domínio dos assuntos jurídicos no processo penal, como domínio socialmente mais precário dos atos processuais e dos discursos, pode constituir, para o fenômeno social mais comum das ações processuais e dos discursos, o caso paradigmático, que põe extremamente em relevo todos os fenômenos que surgem, pelo discurso, dominar situações não judiciais (LAUSBERG, 2004, p. 85).

A relação entre a Retórica e o Direito remonta ao sistema de ensino romano, como assinala Campos (2008):

A grande originalidade do ensino latino era o fato de oferecer à ambição dos jovens a carreira jurídica. É um tipo original o *uris prudens*: o homem que conhece o direito, que sabe a fundo as leis, os costumes, regras processuais, o repertório da jurisprudência, o homem que diz o direito, que tem a habilidade de pô-lo em execução.[...] Sendo o direito uma das grandes atividades em que o cidadão romano se inseria, nas vias da vida pública e da política romana, mas não se esquecendo do amplo papel que o orador representava também dentro dos foros e assembleias, este deveria abarcar uma série de conhecimento em sua formação que o ajudassem a tornar persuasiva e verossímil sua argumentação para os ouvintes (CAMPOS, 2008, p. 08).

Ao orador cabia atingir, em perfeita medida, a razão e a emoção dos ouvintes. Além disso, seu caráter e sua conduta deveriam ser dignos, a fim de que seus argumentos tivessem respaldo junto à audiência durante a apresentação das suas provas. Carvalho (2001) assevera que a primeira característica da retórica é a relação estreita entre os argumentos e a pessoa do orador. A autoridade do último (por competência, prestígio, honestidade) é elemento importante de convicção.

Os argumentos, elementos essenciais ao exercício da retórica, são encontrados por meio dos lugares que constituem argumentos prontos, utilizados pelo defensor em determinado momento do discurso, muitas vezes depois de tê-los aprendido de cor. Daí a importância dos exercícios destinados ao desenvolvimento da memória:

Nos colégios jesuíticos, desde cedo os alunos aprendiam uma arte da memória que reatualizava as técnicas mnemônicas expostas na Retórica para Herênio e nos tratados de Cícero e Quintiliano. Não se tratava de mera memorização passiva. A extraordinária ênfase posta na memória visava a exercitar, pela repetição dos lugares comuns da erudição, a rapidez da invenção e da elocução, teorizada como “engenho” ou “perspicácia” (capacidade de penetrar nos assuntos, definindo, analisando e classificando os temas em tópicos por meio das 10 categorias aristotélicas) e “versatilidade” (capacidade de substituir e ornar cada definição assim obtida com tropos e figuras, como metáforas e alegorias agudas que evidenciavam aspectos ainda não conhecidos dos conceitos) (HANSEN, 2000, p. 31).

Vale ressaltar que a inserção da retórica na educação brasileira está diretamente relacionada à atuação dos jesuítas, pois, segundo Brandão (1988), os estudos da arte da

persuasão têm sua origem no sistema educacional jesuítico, implantado desde meados do século XVI.

Os autores dos tratados de retórica estabeleceram variados planos de discurso. O mais clássico divide-se em quatro partes: exórdio, narração, confirmação e peroração. O exórdio constitui a parte inicial do discurso cuja função é tornar o auditório atento e dócil às palavras proferidas pelo autor. A narração é o momento em que a questão é mencionada e a exposição se desenvolve; a confirmação é a ratificação dos argumentos apresentados e, finalmente, a peroração etapa em que o orador conclama o público a aderir aos seus argumentos.

As três grandes funções da retóricas propostas por Cícero também merecem destaque: *docere* (ensinar), *delectare* (agradar) e *movere* (persuadir). Dessa maneira, o orador eficaz adota o estilo que convém a seu assunto: o nobre para comover (*movere*), principalmente na peroração; o simples para informar e explicar (*docere*), sobretudo, na narração e na confirmação; o ameno para agradar (*delectare*), sobretudo no exórdio e na digressão (REBOUL, 1998).

Não obstante o fato de a Retórica escolar ter-se originado a partir da Retórica clássica, convém sublinhar a existência de aspectos que as diferenciam, principalmente quanto aos objetivos, visto que essa última tinha maior abrangência e constituía um dos principais elementos da cultura greco-romana. A Retórica escolar, por sua vez, destinava maior atenção à eloquência judiciária ou de foro, além de ser ministrada (no século XIX) ao lado da Poética, o que aponta para a redução dos conteúdos discursivos em comparação à Retórica tradicional. Outra marca da Retórica escolar é a adaptação dos conteúdos transmitidos em situações educativas específicas organizadas no intuito de preparar os alunos para o domínio do discurso em variadas situações e espaços sociais.

Vale pontuar também que a Retórica transmitida no ensino secundário tinha uma finalidade específica: o preparo dos jovens para o ingresso nas academias superiores através da aprovação nos Exames de Preparatórios. Isso não exclui o fato de que sua inclusão em tal modelo pedagógico envolvia o acesso a conhecimentos que preparariam os jovens alunos para a atuação em cargos burocráticos e de comando, nos quais o domínio da ênfase exercia um papel distintivo, denotando erudição e elegância. Brandão (1988) assinala que um dos atestados da presença da Retórica no sistema educacional brasileiro do século XIX é o fato de ela ter sido uma das exigências para a matrícula nos cursos jurídicos criados em 1827.

É importante destacar que o caráter orgânico do ensino de Humanidades ocasionou a íntima ligação entre conteúdos gramaticais, literários, históricos, geográficos e filosóficos. Assim, os textos clássicos eram utilizados com finalidades mais amplas, uma vez que

possibilitavam o conhecimento da cultura em que foram produzidos, disseminando valores como: honradez, coragem, senso de justiça e respeito à verdade.

Dentre os elementos que nortearam a inserção da Retórica no âmbito escolar luso-brasileiro, destacamos *O Verdadeiro Método de Estudar*, obra de autoria de Luís Antonio Verney, publicada em 1746, sob o pseudônimo de Pe. Barbadinho, da Congregação de Itália. O livro é composto por 16 cartas, a 5ª e 6ª são dedicadas à defesa das concepções do autor acerca do ensino de Retórica.

Verney coloca o português em posição privilegiada nos estudos de humanidades e responsabiliza o Latim pelo fracasso dos alunos no estudo de Retórica, considerada por ele uma área muito importante. No início da 5ª carta, o autor afirma:

[...] E, na verdade, não há coisa mais útil, que a Retórica; mas não há alguma que com mais negligência se trate neste Reino. Se V.P. observar o que os mestres ensinam nas escolas, achará que é uma embrulhada, que nenhum homem, quanto mais rapaz, pode entender. Primeiramente, ensinam a Retórica, em Latim. Erro considerável, porque nada tem a Retórica com o latim, sendo que os seus preceitos compreendem e se exercitam em todas as línguas. Daqui nasce o primeiro dano, que é que os rapazes não a entendem, porque ainda não entendem latim; e nasce também o primeiro engano, que é persuadirem-se os ditos rapazes que a Retórica só serve para as orações latinas. Assim me responderam muitos, não só rapazes, mas também sacerdotes. Do que eu concluí que saem da Retórica como nela entraram; e, examinando as retóricas que eles aprendem, fiquei também persuadido serem elas tais, ainda não entendem latinas também sacerdotes que não podiam produzir outro fruto (VERNEY, 1991, Carta Quinta, p. 44).

Cabe mencionar também o Alvará de 28 de junho de 1759, documento plenamente inserido no ideário iluminista, proposto por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, que determinou várias medidas, entre elas, a instituição de aulas de Gramática Latina, de Grego e de Retórica. No Alvará, havia um tópico específico para as determinações relacionadas aos professores de Retórica: “Porquanto o estudo da Retórica, sendo tão necessário em todas as Ciências, se acha hoje esquecido por falta de Professores públicos de Retórica; dois em cada uma das Cidades de Coimbra, Évora e Porto; e um em cada uma das outras Cidades, e Vilas que são parte da cabeça da Comarca”.

Em face do exposto, percebe-se que a força do sistema retórico permaneceu na cultura ocidental e se manteve em evidência, tanto no âmbito social, quanto escolar.

1.2 A Poética na escola: ensinar e deleitar

Embora estejam interligados na condição de constituintes de uma disciplina escolar, os fundamentos da retórica e da poética surgiram distintamente na Grécia antiga. Para os

primeiros intérpretes da arte literária, de orientação platônica, a obra de literatura não é outra coisa senão um instrumento por meio do qual se atinge um objetivo extraliterário. A Literatura veiculava mensagens de ordem moral, religiosa ou filosófica e também expressava aspectos da época em que foi produzida, as características de uma sociedade ou a trajetória de grandes personalidades.

Coutinho (1968) afirma que, embora a retórica predominasse entre os gregos, eles a distinguiam nitidamente da poética, inclusive quanto ao conteúdo ou assunto; na retórica, há o discurso persuasivo; na poética, a lírica, o drama, a epopeia. A caracterização, a técnica da construção de enredos, a narrativa, o movimento e a unidade dramática também foram elementos relacionados ao domínio da poética.

É importante mencionar a concepção poética cunhada por Horácio, para quem a literatura só se justifica em termos éticos. É um ensinamento, quando muito um ensinamento agradável, constituinte de uma concepção didática de literatura, bastante explorada na pedagogia jesuítica e disseminada na educação humanista. Horácio resumiu em uma sentença a finalidade da poesia: *docere cum delectare*, ou seja, ensinar deleitando¹.

Estabelece-se aí uma das principais distinções entre o pensamento aristotélico e o platônico, pelo qual Horácio foi influenciado. Enquanto o primeiro defende que toda arte tem um valor intrínseco, o que faz toda experiência estética ter uma finalidade em si mesma, o segundo afirma que a arte também pode exercer uma função política.

Essa concepção contribuiu para o caráter modelar e formativo exercido pelas obras clássicas no âmbito educacional, em que se destacavam obras de conteúdo devocional e moral. Hansen (2000) informa que, mesmo nos colégios jesuítas, a literatura greco-latina representada por Cícero, Virgílio, Aristóteles e Ovídio, tinha lugar, ainda que restrito, devido às suas especificidades, principalmente no que concerne à religiosidade.

Dessa forma, a partir do seu ingresso no espaço escolar, a poesia assumiu funções mais amplas, tais como a veiculação do vernáculo e o contato com as regras clássicas da criação artística. Zilberman (2008) informa que a poesia passou à condição de gênero diferenciado, dividindo seu espaço com outras manifestações verbais (eloquência, drama e epopeia), mas, simultaneamente, mantendo sua primazia, devido à qualificação de mais elevada entre os formatos existentes. A autora assevera também que o fato de a literatura ser um dos poucos

¹ De acordo com Tringali (1993), Horácio escreveu quatro livros de odes, um livro de epodes, um hino oficial, dois livros de sátiras e dois livros de epístolas. *A Arte Poética* está incluída no livro segundo das epístolas. O pensamento horaciano influenciou os retores do século XIX e se disseminou, através dos manuais publicados nesse período.

modos de criação artística a ter acesso aos programas escolares constitui um significativo sinal de superioridade.

Sublinhando a complexidade e provisoriedade do conceito de literatura, Lajolo (2001) acentua que a obra literária é objeto social muito específico, que prescinde dos processos econômicos de produção e circulação, tanto da interação estética entre leitor e autor. Conforme essa pesquisadora, a literariedade de um texto costuma ser definida e proclamada pelos canais competentes: a crítica, os editores, a escola (definidora de “clássicos”).

A respeito dessa questão Eagleton(2001) assinala o fato de sempre interpretarmos as obras literárias, até certo ponto, à luz de nossos próprios interesses- e o fato de, na verdade, sermos incapazes de, num certo sentido interpretá-las de outra maneira- poderia ser uma das razões pelas quais certas obras literárias parecem conservar seu valor através dos séculos.

Cabe pontuar que as obras que ingressavam no espaço escolar passavam pelo crivo da moralidade e da conveniência, dessa maneira, trechos considerados impróprios devido à temática ou ao vocabulário eram censurados.

Tal consideração ganha vulto se pensarmos nas amplas funções atribuídas ao ensino humanista, cuja pretensão era a formação integral do indivíduo, por meio da inculcação de conhecimentos de preceitos morais, éticos e religiosos transmitidos através da língua latina e dos estudos literários. Nessa perspectiva, o ensino de Poética caracterizou-se pela diversidade de atribuições: a transmissão de conteúdos voltados à formação erudita de jovens educados e o refinamento do seu gosto, através do contato com obras clássicas.

No caso do Brasil, a poesia favoreceu a consolidação da identidade nacional, visto que, ao disseminar elementos como a natureza tropical, a cultura indígena e outros elementos específicos do País, tornou-se “porta-voz de uma nacionalidade preestabelecida e determinada pelo Estado”, como afirma Zilberman (2008, p.49). Desse modo, a função política da Literatura manteve-se por meio da escola, responsável pela utilização da língua e da produção literária como símbolos eficientes da jovem nação.

1.3 O Ensino Humanista no Colégio de Pedro II

O Colégio de Pedro II foi criado em 1837, para atuar como modelo de ensino secundário da corte em relação às províncias. A instituição serviu como agência oficial de educação e cultura:

A origem do Imperial Colégio de Pedro II remonta à primeira metade do século XVIII, ao Abrigo dos Órfãos de São Pedro, obra de caridade da antiga paróquia do mesmo nome e de benemerência do Quarto Bispo do Rio de Janeiro, D. Antonio de Guadalupe, que fundou o seminário e o colégio por Provisão da Câmara Eclesiástica, em 1733. [...] A motivação que levou à criação do Colégio dos Órfãos de São Pedro, no século XVIII, não diferiu, em sua base, dos objetivos que levaram ao aparecimento da maioria dos colégios religiosos em Portugal e no Brasil, principalmente dos jesuítas, desde o início da colonização, ou seja, o recolhimento dos meninos órfãos e pobres para “limpar as ruas”, e formar trabalhadores “tementes a Deus”, além do encaminhamento “dos de mais talento” para a vida eclesiástica (ANDRADE, 1999, p. 07-08).

Com a criação da instituição, inicia-se no País um tipo de ensino que buscava propiciar uma educação diferenciada da então preponderante, cujas marcas foram a oferta intensiva de aulas isoladas e o preparo aos exames de acesso às academias superiores. A excessiva valorização do ensino superior, em detrimento dos demais níveis de ensino foi criticada por Azevedo (1996); segundo ele, todo o esforço e todo o favor do poder imperial aplicaram-se naturalmente ao desenvolvimento do ensino superior, não só porque o Ato Adicional deslocara para as províncias o ensino primário e secundário, senão também pela enorme importância que assumiram as escolas das profissões liberais no sistema de educação.

Nesse cenário, o aluno do Colégio de Pedro II tornou-se detentor de algumas vantagens, em relação aos estudantes oriundos de outras instituições de ensino: aos bacharéis em Letras pelo Colégio de Pedro II foi concedido o direito à matrícula em qualquer das Faculdades do Império, independentemente de novas provas, como afirma Haidar (1972).

Os alunos eram admitidos por meio de exames; os candidatos deveriam ter de 10 a 11 anos, ter domínio da leitura e da escrita, além dos conhecimentos de Gramática, Aritmética e Doutrina Cristã. Causou polêmica a cobrança de anuidades, uma vez tal Instituição, anteriormente destinada ao acolhimento de crianças pobres, transformou-se em um local voltado à instrução dos bem-nascidos.

O ensino ministrado no Colégio destacou-se pela ênfase nas humanidades, conforme Gasparello:

[...] serviu a uma elite que tinha como parâmetro de cultura o mundo ocidental europeu, que incluía a admiração ao seu passado clássico. Os textos gregos e europeus, além da ênfase no estudo da Antiguidade, reforçavam, pelo ensino, a ligação espiritual do restrito círculo de pessoas que viajavam e conheciam a língua e a história das nações civilizadas. Essa cultura especulativa e “desinteressada”, foi a marca de distinção de uma elite, a barreira e o nível que permitia aos seus possuidores títulos oficiais, cargos e funções públicas (GASPARELLO, 2002. p. 53).

O simbolismo conferido à denominação Imperial Colégio de Pedro II revela a importância atribuída pelo Governo à Instituição, administrada pelo Ministro do Império e pela Inspeção Geral da Instrução Pública, que respondiam ao Imperador quanto às questões

relativas ao bom andamento do Colégio, tais como: concursos para contratação de professores, avaliações de alunos, punições, compêndios adotados, entre outros aspectos concernentes à administração de um colégio.

Durante todo o Império e nas décadas iniciais da República, coexistiram pelo menos dois sistemas que serviam de acesso aos cursos superiores: o Colégio de Pedro II, com sete anos de estudos clássicos e o sistema de Exames parcelados ou Preparatórios, mas, apesar do status que angariou, a educação clássica sofreu críticas e gerou polêmica entre grupos políticos divergentes:

A concepção humanística era a essência da educação clássica e erudita que privilegiava o conhecimento ilustrado do latim e das línguas estrangeiras notadamente o francês, garantia da participação no mundo exterior civilizado; da literatura e da retórica, forma do domínio político-social do homem culto; e da história sagrada e da história universal, identificação da genealogia da nação brasileira branca, civilizada e cristã. A defesa do curso de humanidades era feita pelo grupo político-conservador que considerava o ensino secundário, e, portanto o colégio público oficial, como uma etapa preparatória para os cursos superiores. Outro grupo de intelectuais formado por políticos liberais criticava a concepção elitista da educação “ilustrada” e procurava introduzir, na legislação de ensino, disciplinas de caráter mais científico, como as ciências matemáticas e as ciências naturais, defendendo um ensino secundário mais voltado para a modernização e o progresso (ANDRADE, 1999, p. 39).

A disputa entre grupos divergentes a respeito da orientação do ensino secundário se desenrolou durante boa parte do Governo Imperial e tornou-se um dos principais focos de tensão política do século XIX. Oliveira (2006) comenta que, em 1868, com o afastamento dos Liberais da direção dos assuntos públicos, o Ministro do Império, Conselheiro Paulino José Soares de Souza, assumiu o cargo e se destacou, tanto por sua visão idealista sobre educação, quanto pelas suas tentativas de uniformização do ensino no Brasil. O autor ainda pontua que, em meados do século XIX, o debate em torno da instrução literária e da instrução prática era um dos temas abordados no embate entre Liberais e Conservadores.

De acordo com Razzini (2000), com a instituição do novo plano de estudos do Colégio de Pedro II, através do Decreto no. 4.468, de 1º de fevereiro de 1870, as lições de desenho e música vocal, juntamente com os exercícios ginásticos tornaram-se obrigatórios, destinando o primeiro ano do curso a suprir as lacunas do ensino elementar. Já a disciplina Retórica, direcionada à “leitura, apreciação literária dos clássicos e exercícios de estilo”, no sexto ano, passou a denominar-se, no sétimo, “história da literatura geral especialmente portuguesa e nacional”, cadeira que também abrangia “composição de discursos, narrações e declamações”, abrindo caminho para o ingresso da literatura nacional no ensino secundário.

Para Vera Lúcia Cabana de Queiroz Andrade (1999), o novo plano de estudos não apresentou mudanças significativas, pois apenas reordenou a sequência de algumas matérias e suprimiu outras. A orientação metodológica dava ênfase ao estudo em prosa e verso dos autores clássicos e dos autores nacionais e estrangeiros. Souza (1999), por sua vez, destaca a recomendação expressa no plano, de que as artes da poética e da retórica fossem exercitadas a fim de aprimorar a eloquência.

As finalidades do ensino humanista estão evidentes nesse plano, uma vez que, ao priorizar as disciplinas clássicas, assegura-se a formação dos futuros parlamentares e diplomatas nos bancos escolares do Colégio de Pedro II, e nas demais instituições de ensino que o tinham como parâmetro. Cabe ressaltar que a ênfase na difusão das Luzes e do conhecimento direcionava-se a todas as classes de pessoas, com exceção de pobres, negros e mulheres, o que, obviamente, restringia, sobremaneira, o alcance da educação secundária no período em questão.

Outro aspecto importante a ser mencionado, em relação ao Colégio de Pedro II, é o *status* adquirido por seus professores, principalmente os que atuavam como examinadores dos Preparatórios, e, muitas vezes, acumulavam a função de autores de manuais didáticos; podemos citar o caso de José Maria Velho da Silva, Fernandes Pinheiro e Francisco de Paula Menezes.

Vale destacar que, embora tenha obtido maior projeção por situar-se na corte e constituir um dos orgulhos do Imperador que lhe emprestou o nome, o Colégio de Pedro II não esteve sozinho na tarefa de formar a juventude brasileira durante o século XIX. Algumas instituições públicas e particulares desempenharam essa atribuição com grandiosidade; é o caso, por exemplo, dos liceus, na Bahia e na Paraíba e dos Atheneus, situados em Sergipe e no Rio Grande do Norte.

Assim, mediante a conclusão dessa abordagem sumária acerca do Colégio Imperial, iniciamos a análise sobre o ensino de Retórica e Poética ministrado nessa instituição escolar.

1.4 O lugar da Retórica e da Poética no Colégio de Pedro II

A fim de obter maiores dados acerca da trajetória da Retórica no Imperial Colégio de Pedro II, recorreremos aos programas de ensino levantados por Souza (1999) e Razzini (2000) em suas respectivas pesquisas. A disciplina Retórica figura nos programas no período

compreendido entre os anos de 1850 a 1883, embora saibamos que as aulas da cadeira foram ministradas até 1890.²

Os estudos de Retórica e Poética situavam-se nos últimos anos do curso de Humanidades (6º e 7º ano). Em alguns períodos, dividiu espaço com Gramática Filosófica, Literatura e Literatura Nacional. A observação do movimento da disciplina no Colégio de Pedro II, entre 1850 e 1891, permite verificar, não só a permanência de práticas, mas também a análise e exemplificação, através das obras clássicas, dos exercícios de composição de narrações, descrições, cartas e discursos, declamação e também alterações representadas pelo avanço progressivo dos conteúdos relacionados à história da literatura portuguesa e nacional.³

As preleções sobre literatura versavam sobre os seguintes temas: origens da língua portuguesa e da literatura portuguesa, principais épocas da historiografia, noção e divisão da literatura portuguesa, poetas líricos, épicos, dramáticos, didáticos, moralistas, viajantes e historiadores, oradores portugueses, cronistas, epistológrafos e viajantes.

As obras analisadas durante as aulas de Retórica e Poética, por sua vez, constituíam modelos de linguagem recolhidos entre os clássicos da literatura ocidental: a *Ilíada* e a *Odisseia*, de Homero; a *Eneida*, de Virgílio; *Paraíso Perdido*, de Milton; *Orlando Furioso*, de Ariosto; *Os Lusíadas*, de Camões; *Caramuru*, de Santa Rita Durão e *O Uruguai*, de José Basílio da Gama.

Quanto à avaliação, os programas sugerem:

- “Versará o exame oral nas generalidades da literatura, e o escrito na análise de algumas obras que tiverem sido apreciadas durante o ano.” (Programa de Retórica do 7º ano, 1858, *apud* Souza, 1999, p. 164).
- “O Exame consistirá na exposição do ponto e crítica literária de trechos de um clássico português (prosador ou poeta).” (Programa de Retórica e Poética do 6º ano, 1870, *apud* Souza, 1999, p.170).

Em consonância com as práticas desenvolvidas durante as aulas, os exames destinavam-se a verificar o domínio dos alunos, em relação aos conteúdos teóricos (definição

² Souza (1999) adverte que os programas localizados não cobrem todos os anos do período que o compreendem, além disso, os intervalos entre um e outro não são regulares. Segundo o pesquisador, tais omissões podem ser atribuídas a extravios da documentação ou ao fato de que os mesmos conteúdos programáticos vigorassem durante vários anos sucessivos, dispensando-se assim as edições anuais.

³ A análise focaliza os programas em que há uma designação sumária das atividades a serem realizadas durante as aulas.

e natureza da Eloquência e da Retórica, partes da Retórica, os gêneros da Eloquência, definição, origem e utilidade da Poesia, entre outros). Pedia-se ainda a crítica literária das obras trabalhadas nas aulas, atividades que, além da memorização, requeriam outras competências por parte dos alunos, como a argumentação e a síntese.

A estrutura pedagógica mencionada caracteriza um ensino baseado na prática constante de exercícios orais e escritos, cuja execução visava ao desenvolvimento da expressão oral e escrita por parte dos alunos. O contato com as obras clássicas portuguesas designa o intento de formar o estilo dos jovens através da apreensão dos princípios utilizados pelos bons autores. Chama atenção a presença do historicismo literário, no ano de 1850, o que pode constituir um indício da infiltração da nova vertente dos estudos literários, no momento em que o ensino de Retórica ainda permanecia arraigado aos elementos advindos da cultura clássica. A tendência historicista ganhou considerável força, nos anos seguintes, durante os quais a cadeira de Retórica e Poética teve sua denominação ampliada, passando a dividir espaço com a Literatura Nacional⁴ (SOUZA, 1999; RAZZINI, 2000).

As recomendações dirigidas aos professores da disciplina merecem reflexão:

O professor de Rhetorica, Poetica e Litteratura Nacional ensinará a theoria e o histórico dos principaes generos de prosa e poesia; as regras essenciaes de oratória, declamação e recta pronuncia, e as noções elementares da esthetica litteraria, aproveitando com tino pedagógico as doutrinas dos grandes mestres da antiguidade clássica, cujos principios são immutaveis como a verdade, e os preceitos dos críticos modernos, e terá summo cuidado em proporcionar aos alumnos os principaes meios de aprenderem a bem fallar e a bem escrever, fazendo-os ler com ordem, sobriedade e reflexão, analysar sob os pontos de vista philosophico, histórico e litterario, e imitar os mais bellos trechos das obras primas nacionaes que lhes apresentará como modelos bem como das classicas gregas e latinas, francezas, etc., de cuja tradução os incumbirá para se aperfeçoarem em estylo (Instrução de 27 de outubro de 1880, art. 11 *apud* SOUZA, p. 180, 1999).

Além de constituir um importante indício das determinações oficiais para o ensino dos conteúdos discursivos e literários, o excerto possibilita a visualização das principais práticas relacionadas ao ensino da cadeira. Dentro desse sistema de aprendizagem teórica e prática, no qual a verdade da doutrina e o papel pedagógico da repetição evidenciavam-se, o aluno

⁴ De acordo com os programas de ensino do Colégio de Pedro II, em 1860, a cadeira denominava-se Retórica e Poética e Literatura Nacional (7º ano), no ano de 1862, dividiu espaço com a Gramática Filosófica (6º ano). No ano seguinte, a Retórica voltou a figurar sozinha (6º ano) e mais uma vez, foi agregada à Literatura Nacional (7º ano). Em 1865, o quadro permanece idêntico ao de 1863. Já em 1870, Retórica e Poética estão juntas (6º ano) e no (7º ano) consta a cadeira História da Literatura em geral, e especialmente da portuguesa e nacional. Em 1877, a Retórica e a Poética passam a ser ministradas no (5º ano) e a Literatura no (7º ano). 1879 é o ano em que a cadeira volta a se denominar Retórica, Poética e Literatura Nacional (6º ano), situação que se repete em 1881, no (6º ano), já no (7º ano), são ministrados os conteúdos de Português e História Literária. Em 1882, retorna a denominação Retórica, Poética e Literatura Nacional (6º ano), no (7º ano) não há alteração. E, por fim, em 1883, mantém-se a mesma organização de 1881, com algumas particularidades, para o (6º ano), no (7º ano), Português e História Literária permanecem juntas.

poderia desenvolver um número considerável de competências na arte da comunicação oral e escrita.

Já em 1881, a Reforma do Ministro Barão Homem de Melo estabeleceu, entre outras alterações, a ampliação da carga horária de Português, a ênfase no estudo dos autores brasileiros e portugueses, sob o viés historicista, além da valorização da temática nacionalista. No caso da disciplina Retórica, Poética e Literatura Nacional, as seguintes indicações foram anexadas ao programa elaborado para o 6º ano do Colégio de Pedro II:

Rhetorica e Poetica.- Estylo, regras essenciaes de oratória e de versificação: theoria e histórico dos differentes gêneros da prosa e da poesia; princípios de esthetica litteraria: exercicios de composição de lavra própria dos alumnos: analyse do estylo: declamação e recta pronuncia; discursos de diversos gêneros proferidos pelos alumnos com preparação ou improviso; **recitação de cor de poesias patrióticas e religiosas** (Artigo 3º do Regimento Anexo ao Decreto n. 8051 de 24 de março de 1881 *apud* SOUZA, p. 178, 1999, Grifo nosso).

Ainda que pareça apenas mais uma das atividades sugeridas para o ensino da disciplina, a inserção de poemas com temática patriótica e religiosa entre os conteúdos abordados, durante as aulas de Retórica e Poética, constitui mais um dos indicativos do interesse governamental em inculcar valores nacionalistas e cristãos entre os alunos, acentuando assim a atuação da disciplina como modo de transmissão cultural, conforme assinala Chervel (1990).

A circulação dos programas de ensino do Colégio de Pedro II pode ser atribuída ao caráter modelar que o Governo Imperial tentou imprimir a essa instituição de ensino. Embora não tenhamos dados comprobatórios, a análise da produção didática do professor Brício Cardoso, mestre de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense, leva-nos a crer na sua capacidade pela obtenção de conhecimento através da leitura e da pesquisa; além disso, ele procurava se atualizar em relação às determinações do Estado para o ensino da disciplina, visto que a maioria das práticas mencionadas nos programas do Colégio de Pedro II e nas determinações governamentais foram contempladas em seus escritos, que serão analisados no decorrer deste trabalho.

Vale destacar também a significativa atuação cultural dos professores que ministraram a disciplina Retórica e Poética no Colégio Imperial; tais intelectuais, seguindo a tendência da época, circulavam em campos variados: o literário, o jornalístico, a política e o religioso e também participaram de instituições, associações e academias.

Alguns mestres obtiveram destaque, por se tornarem autores de manuais didáticos; foi o caso de Francisco de Paula Menezes, autor das *Lições de Literatura* e dos *Quadros da Literatura Nacional*; José Maria Velho da Silva, responsável pelas *Lições de Retórica*; Cônego

Fernandes Pinheiro, criador do *Curso Elementar de Literatura Nacional, Postilas de Retórica e Poética e Resumo de História Literária*, e do Cônego Manoel da Costa Honorato, autor do *Compêndio de Retórica e Poética para uso dos alunos do Colégio Pedro II*.

De modo geral, é possível afirmar que o ensino de Retórica e Poética, ministrado no Colégio de Pedro II, caracterizou-se pela tentativa de conciliar a autoridade e a doutrina, próprios da formação clássica antiga, aos conteúdos da história literária. A presença da disciplina nos Exames Preparatórios a manteve nos programas de ensino da Instituição, embora com espaço cada vez mais reduzido; porém, a sua eliminação dos referidos Exames, através do Decreto 668 de 14 de novembro de 1891, constituiu o golpe final para a já enfraquecida cadeira.

Acreditamos que os traços apresentados compõem um quadro razoavelmente nítido do lugar ocupado pela Retórica na educação clássica, sob o ângulo que aqui nos interessa focalizar. A educação literária procurou atender às demandas da sociedade e disseminou, pela via do ensino, a eloquência e a literatura, contribuindo de modo significativo para a formação de escritores, professores, religiosos e políticos, enfim, de uma expressiva parcela da intelectualidade brasileira do século XIX.

2 FIOS QUE TECERAM O ENSINO DE RETÓRICA E POÉTICA NO ATHENEU SERGIPENSE

*Sendo um sistema de regras, a retórica está penetrada pela ambigüidade da palavra: ela é ao mesmo tempo um manual de receitas, animado por uma finalidade prática, e um Código, um corpo de prescrições morais, cujo papel é vigiar (isto é, permitir e limitar) os “desvios” da linguagem passional.
Roland Barthes, L'ancienne rhétorique (1970)*

Como contar a história de uma disciplina? Por meio dos seus conteúdos, através da trajetória dos seus docentes ou por meio dos vestígios deixados nos cadernos dos alunos? A resposta para tais questões, bem como os caminhos a serem trilhados no decorrer da pesquisa está diretamente relacionada aos objetivos do pesquisador e às fontes localizadas.

Pois bem, em relação à cadeira de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense, ressaltamos que, a princípio, houve dificuldades para sua implantação efetiva, porém, após o ingresso do professor Brício Maurício Cardoso na Instituição, a referida organização de conteúdos saiu do ocaso e passou a ocupar um lugar de destaque no ensino secundário humanista da Província.

Esse fato está comprovado pela atuação do mestre, que, pela documentação analisada, foi a ministrar na instituição os conteúdos relativos à arte do discurso e aos estudos das belas-letras, sob a denominação de Retórica e Poética; sua dedicação foi o fator primordial no desenvolvimento da produção literária entre os jovens estudantes, que tiveram na formação humanista subsídios para exercer funções, cujo desempenho relacionava-se ao domínio da expressão e à manifestação do saber.



Figura 1 - Brício Cardoso. Reprodução fotográfica de pintura de Florival Santos.

Fonte: CARDOSO, 1944.

2.1 A Vez da Eloquência: a disciplina Retórica e Poética inicia suas atividades no Atheneu Sergipense

Após algumas tentativas frustradas de estruturar o ensino secundário sergipano, em 1870, o Atheneu Sergipense foi criado⁵. Inicialmente, ofereceu os cursos de Humanidades e o Normal; o primeiro passou a funcionar, de fato, em 1871, por meio das cadeiras de Gramática

⁵ No período imperial, algumas instituições de ensino secundário foram criadas em Sergipe, mas tiveram uma existência breve, a exemplo do Liceu de São Cristóvão, que funcionou de 1833 a 1835 e de 1847 a 1855, e do Liceu Sergipense que permaneceu em atividade de 1862 a 1864.

Filosófica e Análise dos Clássicos; Latim; Francês; Aritmética, Álgebra e Geometria; Filosofia Moral e Racional; Gramática e Tradução da Língua Inglesa. Sobre sua criação, Alves (2005) ressalta que:

Aos quinze anos, Aracaju é presenteada, pela luta dos seus defensores, com o Atheneu Sergipense. Notícias publicadas na imprensa de Sergipe expressam o anseio de sua sociedade por ter em seus limites geográficos uma instituição que centralizasse as aulas avulsas dos estudos de Humanidades dispersos na província. Pelo novo Regulamento Orgânico da Instrução Pública, no Atheneu Sergipense seriam oferecidos o curso de Humanidades de quatro anos e o curso Normal de dois anos de duração, ambos em forma seriada e francos para “todos os ouvintes de qualquer categoria que sejam, observadas devidamente as leis da decência” (Art.72º, Cap.12º, Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871). Os diplomados gozavam dos favores e prerrogativas consagrados pela Lei, habilitando-os a empregos públicos provinciais, independentes de novos exames, salvo quando não concorressem outros colegas (ALVES, 2005, p. 42).

Entretanto, apesar do otimismo em relação à criação do Atheneu Sergipense, surgiram problemas como a contratação de professores, a ausência de um internato para abrigar alunos provenientes das cidades do interior e o provimento da cadeira de Retórica e Poética. Na tentativa de reduzir os problemas, a Resolução n.969 de 21 de abril de 1874, determinou: “O Presidente da província poderá quando ache conveniente dividir a cadeira de história da de geographia, a de geometria da de arithmética e álgebra, e a de religião da de pedagogia, podendo igualmente crear a de rethorica e poética”. Aberto o espaço legal para a organização das cadeiras do Atheneu, Antônio dos Passos Miranda, diretor da Instrução Pública, afirmou em relatório à Assembleia Legislativa (SERGIPE, 1874)⁶:

Para que o serviço do estabelecimento seja completo e a instrução publica na provincia possa cabalmente responder à faculdade que lhe acaba de outorgar o governo imperial com a concessão das mesas examinadoras, é mister que se trate o quanto antes, da divisão das cadeiras de geometria, álgebra e arithmética, geographia e historia, assim como do restabelecimento da de rethorica, poética e literatura nacional.

Assim, diante da premente necessidade de compor o quadro de cadeiras do ensino secundário sergipano, por meio de Decreto do dia 27 de abril de 1874, o professor Brício Maurício de Azevedo Cardoso foi nomeado para a cadeira de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense⁷. Tal fato se deveu, não só à notória competência do docente, como também à

⁶ Relatório com que o exmo. Sr. Dr. Antônio dos Passos Miranda abriu a Assembleia Legislativa, no dia 02 de março de 1874. *Jornal do Aracaju*, 07 de março de 1874.

⁷ Nascido em 9 de julho de 1844, na cidade de Estância, faleceu a 21 de novembro de 1924. Foi professor da escola primária de Estância. Lente de Retórica do Atheneu Sergipense onde também lecionou Gramática Filosófica, História Universal, História de Sergipe e Filosofia. Atuou como lente da Escola Normal. Redigiu um Tratado de Língua Vernácula, peças teatrais, poemas, contos, além de publicar artigos em jornais locais (GUARANÁ, 1925).

intervenção do Barão de Cotegipe, que escreveu de Salvador, em 27 de outubro de 1872, ao Dr. Cypriano de Almeida Sebrão, Vice-Presidente da província de Sergipe, então no exercício da Presidência, solicitando a nomeação de Brício, conforme assinala Cardoso (1944).

A carreira profissional do professor estanciano foi construída a partir das influências resultantes de um entrelaçamento de vários fatores: o parentesco com pessoas relacionadas à política, a convivência com o meio religioso e educacional, no qual nascera e fora criado; sua notória competência foi construída através da dedicação ao trabalho e aos estudos, do interesse em acompanhar a produção intelectual da época, e finalmente, dos textos produzidos e estrategicamente divulgados por meio dos jornais locais. Logo, a compreensão da trajetória intelectual de Brício Cardoso liga-se ao entrelaçamento das relações familiares, sociais, profissionais e políticas que compuseram sua trajetória.

Da mesma forma que boa parte dos intelectuais da época, Brício participou efetivamente de variadas atividades socioculturais em que pôde colocar seus conhecimentos linguísticos e literários em evidência. Tal postura constituiu uma das características mais marcantes da intelectualidade brasileira do século XIX, pois, conforme Sílvio Romero (1943), no Brasil, mais ainda do que noutros países, a literatura conduz ao jornalismo e este à política; tanto no regime parlamentar, quanto no simplesmente representativo, exige-se que seus adeptos sejam oradores. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o literato é jornalista, é orador e é político.

O caráter distintivo da eloquência e da literatura tornou as atividades ligadas à escrita e à oratória bastante valorizadas na sociedade brasileira que, às voltas com a conquista de sua identidade cultural, mostrava-se fértil ao discurso pomposo adornado com as flores da retórica, elaborado através da leitura dos compêndios:

Esse literocentrismo que aparece nos manuais de retórica reflete-se vivamente no grande número de homens de ciência que durante o século XIX dedicaram-se às letras, à política, ao jornalismo e até ao ensino da retórica: José Bonifácio, o moço, mineralogista, poeta, jornalista e político; Lopes Moura, médico, historiador da literatura e crítico; Torres Homem, médico, jornalista, orador e político; Líbero Badaró, médico e jornalista; Manuel Antonio de Almeida, médico e romancista; Joaquim Manuel de Macedo, médico, romancista e parlamentar; José Maria Velho da Silva, médico, poeta e professor de retórica do Colégio Pedro II; Francisco de Paula Menezes, médico e professor de retórica do Colégio Pedro II. Se fôssemos contar os advogados, seria uma lista sem fim (BRANDÃO, 1988a, p.57).

Nessa perspectiva, o professor Brício Cardoso mostrou-se perfeitamente inserido na tendência vigente, visto que também atuou na política e foi eleito Deputado Provincial, na legislatura de 1878 e 1879 e Estadual, na primeira Assembleia Constituinte de Sergipe, em

1892, por Aracaju com 3.317 votos, de acordo com os dados levantados por Dantas (2009)⁸. Já em 1897, não mais com o título de Professor precedendo o seu nome, e sim com o de Coronel, foi o terceiro deputado mais votado para a bancada Deputado Federal, como representante do Partido Republicano Federal (PRF).

Outro aspecto importante da atuação intelectual de Brício Cardoso foi o seu envolvimento com o jornalismo. O professor tinha como prática publicar suas apostilas de gramática no *Jornal do Aracaju*, mas, além das publicações acadêmicas, veiculou também diversas produções literárias e artigos nos quais se manifestava em relação aos debates educacionais da época, tais como a necessidade de melhorias na instrução pública sergipana, o ensino secundário e a defesa da Escola Normal⁹.

Esse dado indica que o professor, ciente da importância dos periódicos, soube usá-los como meio de divulgar sua produção e angariar prestígio entre seus pares, atitude comum entre os intelectuais da época:

É indiscutível o papel importante que a imprensa periódica adquiriu a partir do período imperial brasileiro. Foi neste momento que os jornais começaram a compartilhar espaço com as diversas áreas do conhecimento, deixando de ser estritamente direcionados à política. Os periódicos tornaram-se veículo de propagação cultural do país, atendendo às necessidades da jovem nação na busca da (re) constituição do patrimônio cultural nacional (MELO, 2006, p.127).

Brício Cardoso foi redator único dos jornais *O Republicano* (1890-1898), órgão oficial do Governo e do *Jornal do Aracaju* (1894); além disso, participou das seguintes publicações: *Gazeta de Aracaju* (1879-1899), *A Notícia* (1896-1898) e do *Estado de Sergipe* (1898-1904), conforme verificou Gally (2004). Também foi um dos idealizadores do *Necydalus* (1909), jornal redigido por alunos do Atheneu Sergipense. Um dos temas mais recorrentes em seus escritos foi a defesa da Escola Normal, instituição que dirigiu e defendeu com grande fervor¹⁰:

Depois de tornar-se um catedrático do Atheneu, Brício também assumiu, em 1877 simultaneamente por diversas vezes o cargo de diretor das Escolas Normais de ambos os sexos, sendo dispensado em 1879. Foi ele também o responsável pela redação do regulamento do ensino normal em Sergipe que foi aprovado pela Assembléia Provincial e impressa na compilação das Leis Provinciais de Sergipe de 1835 a 1880, organizado por Candido Augusto Pereira Franco, juiz de Direito em Penedo. A preocupação em se formar professores primários qualificados fez com que

⁸ Conforme as alianças políticas, cada líder apresentou seus respectivos candidatos; havia o grupo de Olímpio Campos, de Oliveira Valladão, de Ivo do Prado e o de Felisbello Freire, ao qual Brício Cardoso estava vinculado.

⁹ Dentre a expressiva produção literária de Brício Cardoso na imprensa destaque: *Os Herpes sociais* (romance), *Bahia Ilustrada*, n.5, de 17 de fevereiro de 1867 ao n.117 de 11 de abril de 1869. Interpelação ao século em que andamos. *Jornal do Aracaju*. 3 de junho de 1874. Lamentações de um filho junto à campa sepulcral de sua mãe. *Jornal do Aracaju*. 20 de junho de 1874. Suplício do Desleal. *Jornal do Aracaju*, 20 de junho de 1874.

¹⁰ Volta da Escola Normal ao Atheneu, *Jornal do Aracaju*, de 16 a 23 de outubro de 1877. Escolas Normais, *Jornal do Aracaju*, 08 de novembro de 1877.

Brício lançasse as bases da estruturação do ensino normal em Sergipe (GALLY, 2004, p. 61).

Outro tema relacionado à educação com o qual Brício se envolveu foi a luta pela criação de um internato em anexo ao Atheneu Sergipense, como existia no Colégio de Pedro II. O referido sistema permitiria que os jovens desprovidos de recursos pudessem estudar sem gastos com transporte e alimentação, conforme ressalta Nunes (1984).

Também é interessante mencionar a participação do professor estanciano na comissão que elaborou o regimento interno do Conselho Superior de Instrução Pública de Sergipe, criado por meio do Regulamento de 9 de janeiro de 1877, em seu artigo 56.

Desse modo, compreendemos que a variada rede de relações que estabeleceu, aliada à sua notória competência, favoreceu sobremaneira o destaque que obteve no cenário educacional sergipano. Cabe informar que, além de atuar no Atheneu Sergipense e na Escola Normal, Brício também lecionou Gramática Filosófica; História Universal e História de Sergipe no Parthenon Sergipense; Gramática Portuguesa; Matemática e Geografia, no Colégio fundado pelo Bacharel Gonçalo Vieira de Melo, Português; Latim e História Universal, no Colégio Tobias Barreto; Religião e Latim, no Atheneu Baiano, como expôs Guaraná (1925).

A atuação de professores em disciplinas diferentes era comum no século XIX, uma vez que, segundo Bittencourt (1993), apenas na década de 1930, com o advento da Faculdade de Filosofia e a obrigatoriedade da conclusão do curso secundário para o acesso ao superior, a flutuação de professores entre as “matérias” das diversas frentes chamadas humanidades clássicas foi limitada.

Quanto à nomeação para o Atheneu Sergipense, não resta dúvida de que havia outros professores habilitados para transmitir os conhecimentos da eloquência e da poética para a juventude sergipana, mas a conjunção dos aspectos já mencionados fez o nome do estanciano ficar em evidência, pois ele soube angariar, em seu favor, um¹¹

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. [...] O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 2008, p.67).

¹¹ Dentre os professores que lecionaram Retórica e Poética em Sergipe, destacamos Baltazar de Araújo Góes, que ministrou essa cadeira no Liceu Laranjeirense, Instituição que também dirigiu. No ano de 1882, há o registro de que havia 04 alunos matriculados e frequentando as aulas de Retórica naquela Instituição. No Atheneu e na Escola Normal, Góes foi diretor e professor de Português.

No que concerne à interligação entre o capital simbólico (representado pela erudição e pelo desempenho docente) e o capital social (representado pelas amizades e pela representatividade da família Cardoso na sociedade sergipana), é possível considerar que Brício soube utilizar adequadamente os elementos que poderiam favorecer sua circulação nos diferentes espaços sociais em que atuou, granjeando destaque e ampliando sua rede de relações. Nessa perspectiva, percebe-se que o ingresso e a atuação do professor no Atheneu Sergipense simbolizam, não só o preenchimento de uma lacuna na instituição, mas, sobretudo, o início das atividades de formação literária e retórica de uma parcela da juventude sergipana.

2.2 Com a Palavra, o Mestre: o discurso inaugural de Brício Cardoso à cadeira de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense

A linguagem pode ser compreendida como uma forma de interação social em que o receptor desempenha um papel fundamental na constituição do significado. É possível considerar também que a linguagem representa e reflete aquele que a utiliza através da opção vernacular de lacunas, desvios, omissões e repetições.

Assim, por meio da linguagem e da situação sociocultural associada à enunciação, torna-se possível compreender a postura de Brício Cardoso, em relação à disciplina, na ocasião do seu discurso de posse na cadeira de Retórica do Atheneu Sergipense (CARDOSO, 1874d)¹².

Segundo Benveniste (1976), o sentido do texto está sempre comprometido com o ponto de vista do enunciador. Desse modo, o discurso proferido pelo professor Brício, no momento da sua inserção no seletivo quadro docente da Instituição de ensino, indica seu interesse em dar visibilidade à cadeira que então assumia e, por meio dela, sobressair-se como um intelectual perfeitamente integrado às ideias linguísticas que vicejavam no final do século XIX.

A manifestação de concepções por meio do discurso é um modo de ação social; por isso, o ato comunicativo pode tornar-se um espaço de conflitos e de embates ideológicos. Dessa maneira, entendemos que a linguagem utilizada no discurso em questão deve ser estudada dentro do âmbito social, visto que a sua constituição e os seus sentidos são histórico-sociais; daí a importância da reflexão sobre a condição de produção desse discurso.

¹² Devido à extensão do discurso, optamos por analisar as passagens mais significativas para o estudo em questão.

Na elaboração discursiva há um sujeito que, embora se considere uno, encontra-se fragmentado, disperso em diferentes vozes, pois, conforme Orlandi (1988), a produção de um discurso pode ser considerada heterogênea por assumir, pelo diálogo, diferentes vozes sociais. Nesse sentido, ao ingressar no Atheneu Sergipense, o estanciano assumiu os papéis de professor, defensor da língua e incentivador da produção literária dos seus alunos.

Tendo em vista o fato de cada situação requerer um comportamento, um estilo, um vocabulário adequado por parte do sujeito, ou seja, “o que pode ou deve ser dito”, em determinado espaço, procuraremos construir um sentido do texto a partir dos sinais lançados nas e pelas palavras utilizadas na exposição do professor. Assim, iniciamos o estudo por meio da observação dos parágrafos iniciais:

Senhores: -Sentado nesta cadeira, que me eleva, a despeito dos meus imerecimentos, reputo-me grandemente feliz, porque venho, como um medicamento efficaz, fazer a cura de uma moléstia rebelde e avelhantada que se posso assim explicar-me, espachelava o organismo do curso de instrucção secundária da província, qual era sem duvida a omissão de um professor de eloquência nacional. Quando digo como um medicamento efficaz, não tenho o intuito de panegyrisar os meus conhecimentos na espécie, porquanto cahiria em uma immodestia digna de severa reprehensão (CARDOSO, 1874d, p. 2).

Já na introdução da sua fala, o professor se esforça para demonstrar modéstia, ao mencionar os seus “imerecimentos”, em relação à honra que lhe foi dada, para, em seguida, denominar-se “um medicamento efficaz” destinado à cura de uma “moléstia rebelde e avelhantada” que, segundo ele, atingia o ensino secundário da província: a ausência de um professor de eloquência nacional.

A postura assumida por Brício é compreensível, na medida em que revela o intuito de defender a disciplina que lecionaria no Atheneu Sergipense. Embora saibamos que, no final do século XIX, os estudos relacionados à literatura clássica gradativamente vinham perdendo espaço para a literatura brasileira, a tradição representada pelos gêneros literários, bem como a força da linguagem persuasiva, ainda se mantinha presente no ensino secundário.

Nesse trecho, verifica-se a presença de vocábulos relacionados ao campo semântico da Medicina: medicamento, cura, moléstia, organismo. O que pode evidenciar o interesse do professor em demonstrar seu conhecimento em uma área diversa da que atuava. Brício prossegue:

O desenvolvimento do discurso projectará sobre essa phrase a quantidade de luz precisa para que se comprehenda com claresa que falle do professor pela cadeira. A lacuna que causava ao Atheneu a omissão de uma cadeira de eloquência nacional, além de uma anomalia um comprehensível, era um obstáculo serio ao acesso da esperançosa mocidade de Sergipe ao curso de instrucção superior do Império. Um lyceu com validade de exames nas academias não pôde permanecer incompleto quanto ao seu numero de aulas; e a despesa mais lucrativa no futuro para uma

província é a que é feita com a sustentação de cadeira pública (CARDOSO, 1874d p.2).

Nesse parágrafo, o professor afirma seu desejo de colocar a cadeira que iria assumir em evidência e não a sua pessoa. Tal afirmação pode ser refutada, se verificarmos as estratégias que ele utilizou, a fim de obter maior destaque junto à sociedade sergipana. Já ao criticar a ausência da disciplina na Instituição, utiliza mais uma vez um vocábulo ligado à Medicina, “anomalia”, estabelecendo uma discussão acerca do que, segundo ele, constituía um grande obstáculo ao acesso dos estudantes sergipanos à instrução superior. Brício participou de debates acalorados que envolviam a educação, e, como intelectual, procurou divulgar suas concepções através de periódicos locais¹³.

O intelectual procurou marcar sua posição em defesa da qualidade do ensino em Sergipe, tema recorrente em seus escritos, pois remetia invariavelmente à importância da educação para o desenvolvimento humano. Brício acreditava que por meio de uma sólida formação gramatical e literária, os jovens sergipanos poderiam ter acesso ao ensino superior, preparando-se, assim, para o exercício de atividades políticas, jurídicas e jornalísticas. Já no trecho seguinte:

A Rhetórica, filha da observação e experiência sobre os productos litterários dos grandes gênios que tem brilhado no céu das letras humanas, desde tempos imemoriaes, frúe entre ellas uma importância, muitas vezes contestada por talentos superiores, como Mr. Dubois, da academia francesa, o padre Lamy beneditino, d’Alembert, e o hespanhol Bento Feijó; mas sempre esplendorosamente sustentada, e provada a ultima evidencia por Aristóteles, Quintiliano, Luciano, Cícero Longino Dionísio d’Halicarnasse, Andrieux, Blair, Fénelon, Rollin, Condillac, Montesquieu, Voltaire, Dumarsais, Marmontel, La Harpe, o cardeal Maury, Mr. Arnauld, Mr. Silleri, bispo de Saisson, Mr. Gilbert, professor de rethorica do Collegio Mazzarino (CARDOSO, 1874d, p. 3).

Nessa passagem, o professor utiliza a linguagem figurada, ao humanizar a Retórica, atribuindo-lhe o papel de “filha” da observação e da experiência, em relação às obras dos grandes gênios. Já o vocábulo “céo” indica a permanência no plano figurado, bem como a intenção de colocar os autores consagrados no patamar superior.

Convém salientar a importância dada ao estudo de obras consideradas exemplares, dos clássicos, através da análise do estilo e dos recursos utilizados pelos grandes autores; assim, os alunos obteriam conhecimentos que seriam revertidos para a elaboração das suas próprias

¹³ Brício Cardoso publicou vários artigos sobre Educação em jornais sergipanos. No *Jornal do Aracaju*, constam textos veiculados no período de janeiro a julho de 1873, um ano antes de assumir a cadeira de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense: “Instrução Pública” (22/01), “Instrução Pública”(25/01), “A ignorância e o amor à leitura”(15/02); “A instrução pública e os liceus privilegiados”(12/03), “Ensino público”(22/03); “A instrução pública em Portugal”(09/04); “Instrução Pública”(19/04); “Instrução Pública”(08/05); “Bibliotecas populares”(17/05); “Instrução pública em Portugal”(28/05); “Professores primários”(23/07). GALLY (2004).

composições. Daí a importância dos autores e das personalidades citadas no discurso, pois, ao mesmo tempo em que indicam a erudição demonstrada pelo professor pretendia demonstrar, revelam-se como influência na sua formação e, conseqüentemente, no que seria transmitido, em suas aulas de Retórica, no Atheneu Sergipense.

Não foi possível localizar as obras que compuseram a biblioteca de Brício Cardoso, mas a análise dos seus escritos torna possível inferir que ele teve amplo acesso à produção intelectual da época, seja por meio dos livros ou da Imprensa. Mostrava ser um intelectual perfeitamente alinhado ao seu tempo, circulando em restritos espaços culturais e mantinha-se atualizado através da leitura dos clássicos e da produção dos seus contemporâneos. Além dos romances nacionais, costumava ler as obras latinas e a *Imitação de Cristo. Os Lusíadas* de Camões, obra modelar para o uso castiço da língua portuguesa, servia-lhe também de companheiro inseparável, segundo Gally (2004).

A pesquisadora afirma ainda que os livros eram enviados para Brício, em profusão, pelo seu irmão, o Desembargador Melchisedech Mathusalem Cardoso, que vivia no Rio Grande do Sul e seu filho Maurício Graccho Cardoso, que os mandava ora do Rio de Janeiro, ora do Ceará.

Assim, além de demonstrar sua erudição em seu pronunciamento, o autor coloca-se sutilmente no mesmo plano dos intelectuais que menciona em sua fala:

Como desprezar o estudo da rhetorica, se ella é útil aos oradores, aos escriptores, e também aos que amam a expressão do bello intellectual, já por meio da palavra semi-morta, ou escripta? se, absolutamente fallando, sem o concurso das artes mechanicas ou liberaes, não há útil; se, sem útil, não há bello, a vida é uma inalterável e constante monotonia? se ella, a rhetorica é a bússola indispensável do homem que falla ou escreve na viagem em busca das palmas da eloqüência, se ella, a rhetorica é um desses felizes sítios á que a natureza outorgou a um tempo ribeiras graciosas, aves de lindas matizes e suaves gorjeios, flores de cores elegantes e cheiro delicioso, céos de anil e rosas? (CARDOSO, 1874d, p.3).

A argumentação em favor da retórica ganha vulto, quando o professor salienta sua utilidade, não só para os oradores, mas também para os que apreciam as belas letras, disseminadas oralmente ou por escrito. Ao afirmar que “sem útil, não há bello”, o professor revela sua adesão aos princípios horacianos, delegando uma função didática à literatura. Para ele, cioso dos seus deveres de mestre, a formação literária destinava-se ao preparo dos educandos para a vida em seus variados setores.

O professor Brício Cardoso habilmente procura persuadir o auditório, em relação aos benefícios do domínio da retórica; para tanto, colocou em ação as técnicas e os preceitos que

apreendeu em seus estudos sobre a arte da palavra. Nessa perspectiva, adota um *ethos* que seduz o ouvinte e procura captar a sua benevolência.

Pauliukonis (2003) indica que o *ethos* possui materialidade linguística, pois se firma em marcas da enunciação; é preciso, portanto, analisar quais são as marcas, através das quais se pode identificar cada *ethos* discursivo. Os indícios da argumentação adotada por Brício manifestam-se nos questionamentos direcionados ao auditório, possivelmente composto por autoridades, membros da Congregação do Atheneu Sergipense e alunos da Instituição.

Por meio da metaforização, o autor dá lugar ao poético em seu discurso, colocando a retórica inserida no espaço da natureza idílica, própria da temática veiculada pelo Romantismo.

No parágrafo seguinte, afirma:

Eu ponho a utilidade da rethorica em paralelo com a utilidade da lógica e da gramática; e não compreendo que se possa saber esta ultima disciplina á fundo, como também não compreendo que se possa ser dialectico eminente, quando não se conhecem os rudimentos da arte de bem fallar e escrever. A ligação e afinidade d'estas trez disciplinas é cousa que se revela á intelligencia mais mediocre (CARDOSO, 1874d, p. 3).

Nessa passagem, defende a utilidade da disciplina que ministrará no intuito de colocá-la no mesmo patamar que a Lógica e a Gramática, afirmando a inviabilidade de lidar satisfatoriamente com tais conteúdos sem o domínio das habilidades no plano da oralidade e da escrita.

Tal concepção vai ao encontro das ideias de Reboul (1998); o este argumenta que Retórica e Dialética são duas disciplinas diferentes, mas se cruzam como dois círculos de intersecção. A Dialética é um jogo intelectual que, entre suas possíveis, aplicações comporta a Retórica. Essa é a uma das técnicas do discurso persuasivo que, entre outros meios de convencer, utiliza a dialética como instrumento intelectual.

Mais adiante profere:

Eu considero a rhetorica como uma grammatica transcendental, e também como uma lógica, mas lógica coberta de galosas vestes, ornada de jóias de preço com o fim único de seduzir, captivar e arrebatar. Quem não sabe que para produzir a convicção, a persuasão e o deleite, única tarefa do homem de letras, é necessário falar ao entendimento, e fallar ao coração? E quem não sabe que fallar constitue o objecto da grammatica, fallar ao coração o da rhetórica? e quem não vê ahi uma cadeia de relações íntimas, estreitas? (CARDOSO, 1874d, p. 3).

A distinção entre linguagem e pensamento remete à concepção da primeira como “enfeite” ou “vestimenta” do pensamento; no discurso, a racionalidade é representada pela lógica. Fernandes (2006), ao analisar o *Manual de estylo* de V.Sá de Menezes, afirma ser compreensão do pensamento humano um processo independente e anterior à linguagem; que

esta tem a função de ser apenas “expressão” daquele, minimizando, portanto, toda a ação que a linguagem exerce sobre o ato de construir e desenvolver o pensamento humano.

A relação entre Lógica e Retórica abordada pelo mestre relaciona-se ao fato de ambas lidarem com a argumentação, ainda que de modo diferenciado. Carvalho (2001) acentua que a retórica está dentro do domínio da Lógica, na medida em que recorre a argumentos (e não à ação, à sugestão, ou à experiência), mas extrapolando-a por recorrer a argumentos que vão além da estrita racionalidade.

A contiguidade existente entre a Lógica, ciência relacionada ao raciocínio atrelado, obviamente, à organização discursiva, a comparação entre lógica e retórica é interrompida quando o autor destaca o ornamento propiciado pela linguagem como uma ferramenta utilizada com o de comover (*movere*) e agradar (*delectare*), conforme os princípios clássicos a que pretendia obedecer.

O discurso segue:

Os que sabem a arte de raciocinar e estudam com esmero a sua língua vernácula, se não juntam ás affeições virtuosas, ás intenções puras, o verniz e sobredourado da rhetorica, jamais poderão dar justeza ao raciocínio que formularem, exprimir-se com facilidade e elegância, dar robustez e brilho a verdade, único alimento dos espíritos (CARDOSO, 1874d, p. 3).

O professor Brício usa a interlocução para atingir os ouvintes através de questionamentos em sequência, dentro dos quais há uma afirmação embutida, pois ao perguntar “quem não sabe”, o professor já coloca o desconhecimento do fato levantado como um fator negativo. Coloca um desafio para os estudiosos da linguagem: dominar a exposição oral, por meio da Gramática e conquistar a emoção do ouvinte, por meio da Retórica, porém, como ambas estão relacionadas, depreende-se a impossibilidade de uma comunicação perfeita sem a concorrência das técnicas aliadas à emoção.

O mestre adverte ainda quanto à necessidade de conciliar o domínio da técnica ao cultivo de qualidade morais, visto que, sem elas, a verdade, o fim de toda argumentação, não encontrará o espaço devido. O professor ressalta a importância da associação do estudo da língua vernácula ao estudo da Retórica. A presença do advérbio “jamais” hiperboliza a função da disciplina colocando-a como único caminho possível aos que almejam a perfeita expressividade. Além disso, Brício afirma que, por meio da eloquência, é possível “dar robustez e brilho à verdade, único alimento dos espíritos”. Ou seja, a palavra ornada pelos tropos e as figuras fornecidos pelo estudo da Retórica possibilitam que a verdade veiculada nos discursos ganhe força e intensidade.

Na passagem seguinte expõe:

Ninguém se pode dispensar de estudar a retórica, ainda mesmo o mais feliz natural, o gênio, o mais soberbo, por isso que ella dirige e aperfeiçoa em os felizes, que o possuem; esse talento natural, chamado eloquência, e em outros abre os olhos para conhecerem as excellencias intellectuaes contidas nas obras de merecimento, o que contribue para a formação do gosto (CARDOSO, 1874d, p. 3).

Ele prossegue em sua defesa, afirmando: “*Ninguém se pode dispensar de estudar a retórica*”, o pronome indefinido “ninguém” evidencia mais uma vez o entusiasmo do professor pela disciplina, que, segundo ele, pode não só desenvolver o talento natural, como também estimular a formação do gosto pela arte, através do contato com obras de notório valor literário.

Nesse excerto, menciona-se novamente uma das principais premissas do ensino de Retórica: o contato com os clássicos. De acordo com Souza (1999), nossos tratadistas do século XIX, ao enumerarem os objetivos dos estudos de Retórica, incluíam entre eles o desenvolvimento de duas habilidades distintas: a arte de escrever e a capacidade de admirar as composições escritas. Dessa forma, a leitura de bons autores refinava o gosto e moldava o estilo dos jovens estudantes.

Não invistam contra mim com a objeção já sediça, que ha uma eloquência adquirida só com o uso e exercício sem o conhecimento das regras, regras que, notae bem, sempre aparecem nos discursos que são eloquentes. Esta objeção desfaz-se como o fumo se dissipa no espaço, porque entre o orador puramente prático e empírico e o que ao seu saber e illustração junta o conhecimento intuitivo e confuso das regras, e este, ao contrário, um conhecimento pleno e cabal da arte, que lhe faz persuadir não por acaso, mas por alguma razão certa, e alcançar o tropheo nos combattes da intelligencia com o auxílio das regras, e sempre em consequência de noções e princípios, ao passo que este, chamando a imaginação em seu subsídio para dar-lhe como norma o que elle mesmo ou outros tem praticado com successo em caso semelhante, soccorendo-se á analogia para estabelecer comparações. Muitas vezes ineptas, imita os velhos exemplos sem apreciar as razões do que fez ignorando os porquês e paraquês de suas combinações (CARDOSO, 1874d, p.3).

O professor se mostra atento a uma possível contra-argumentação por parte dos ouvintes, em relação à possibilidade de dominar a arte da palavra empiricamente; por meio de exercícios, sem o auxílio das regras, que sempre devem estar presentes no interior dos discursos verdadeiramente eloquentes. Essa postura confirma sua vinculação aos princípios defendidos por Horácio, em sua *Arte Poética*; consoante Tringali (1993), nessa obra, o poeta afirma que a obra de arte obedece a regras não-arbitrárias, convencionais, mas naturais, motivadas, racionalmente justificadas.

Desse modo, através da eliminação dos vícios do estilo, da adequada utilização dos argumentos, da escolha das palavras e do uso das figuras, torna-se possível obter o domínio do discurso mediado, pela “ilustração” adquirida através das aulas, evitando a mera imitação dos

exemplos consagrados, sem o devido conhecimento das estruturas e combinações que os permeiam.

As lecções de um rethorico, é certo não podem nunca ensinar a pensar: porque o pensamento é uma fagulha divina, mas ensinão sem duvida e com certeza a enunciar e a escrever com perfeição e graça a palavra interior, isto é, o pensamento, e ensinão ainda, como já disse, a conhecer e bem sentir as bellas dos bons escriptos, e a achar meliores os livros bons, e a depurar e condusir o gosto pelos floridos caminhos do verdadeiro, do bello e do útil. A arte de fallar e de escrever digo arte, porque (a eloquência é ao mesmo tempo um talento, e uma arte-talento, enquanto supõe as disposições naturaes, e arte, enquanto estas precisão ser dirigidas no seo exercício, para não contrahirem hábitos viciosos) assenta sobre o conhecimento do coração humano e dos costumes sociaes, não é obra do acaso, não é filha do capricho, não é sectária da moda, e tem princípios invariáveis, e axiomas, e axiomas certos e seguros como as sciencias (CARDOSO, 1874d, p. 3).

Conforme se observa, o professor associa o pensamento ao sobrenatural e não ao intelecto, reafirmando as vantagens do domínio da retórica, além de defender mais uma vez o princípio do belo e do útil. Ao passo em que utiliza a palavra arte, o professor Brício procura esclarecer a relação entre arte e talento, no exercício da eloquência, mais um indício do seu respeito às concepções de Horácio, como explicita Tringali:

A poética da arte supõe a necessidade de muito estudo, um longo aprendizado, uma sólida formação e incansável prática. Ela compreende qualidades adquiridas. A arte se ensina, se aprende. O classicismo representado pela Arte Poética, sem negar a importância do engenho e da inspiração, insiste no artesanato, na técnica, isto é, nos conhecimentos aplicados. A poética do engenho sem a poética da arte é inviável (TRINGALI, 1993, p. 61).

Retornemos ao discurso:

Nos paizes representativos é a elegância um dos principaes elevadores políticos: da tribuna parlamentar ás secretarias d'estado e aos conselhos da coroa há um só um passo de distancia. Entre os Gregos e aos Romanos era a de eloquência a palavra de passe para chegar-se ás honras, ao poder, ás dignidades, e á riqueza. O talento da palavra é sempre em todos os tempos um talisman para a conquista da glória, e para o triumpho sobre os espíritos e os corações (CARDOSO, 1874d, p. 3).

Nessa passagem, o autor substitui o termo eloquência por elegância, colocando ambos como sinônimos, opção que reitera a relação entre a desenvoltura verbal e a cordialidade, a fineza demonstrada em situações sociais. Defende o uso da arte da palavra como meio de ascensão social, ou seja, o capital cultural aqui representado pelo domínio da expressão atuava como meio de ascensão social e favorecia o acesso aos cargos de comando. Ele recorre ainda à Grécia e a Roma, no intuito de evidenciar as vantagens propiciadas pelo domínio da eloquência.

No trecho seguinte afirma:

O talento da palavra é a maior superioridade sobre a terra: o verbo animado e palpitando de vida, reçumando as paixões e os movimentos arrebatados da alma, nas reuniões, e comícios populares, arranca das consciências o voto do cidadão, nas regiões do poder arbitra a paz e a guerra, nas entrelinhas da imprensa açoita a tyrannia e faz recuar espavorida e suarenta a prepotência e protervia dos executores da lei, sob as naves sagradas fulmina o vício, e exalta a virtude, e nos domínios de sciencia illumina e engrandece a verdade. Eu não conheço, digo com muita convicção, estudo superior á eloquência (CARDOSO, 1874d, p. 3).

Ao utilizar o substantivo “talisman”, o mestre eleva o domínio da palavra ao plano do sobrenatural, além de reiterar sua utilidade para atingir “os espíritos” (aqui entendida como espaço da racionalidade) e “os corações” (simbolizando a emoção). Por meio da frase: “O talento da palavra é a maior superioridade sobre a terra”, mais uma vez, ele hiperboliza o papel da Retórica, demarcando seu limite em variados espaços sociais: em comícios, reuniões, disputas judiciais, arbítrios de guerra, na Imprensa, na defesa contra os abusos dos governantes e na ciência.

Manifesta, por fim, seu último lance de exaltação e afirma desconhecer estudo superior ao da eloquência. Postura compreensível se levarmos em consideração o fato de que o professor estava prestes a assumir a cadeira, portanto precisava evidenciar, não só a importância da disciplina, mas também o seu valor enquanto profissional diante dos seus pares.

As línguas são os instrumentos de que nos servimos para transmissão dos nossos pensamentos. Ora nem todos nós, os habitantes do globo, fallamos de um modo uniforme, como attestão as nosssas diversas gramáticas. Logo cada povo tem a sua elocução particular, correspondente a língua que falla. É justo, pois, que cada um a trate em separado. Ainda mais, tenho o desígnio de expor miudamente os meios e regras que facilitão a improvisação do discurso. Pretendo desenvolver os preceitos da linguagem da acção, língua artificial. E isto intento fazer, porque quero que aprendais a enunciar-vos perfeitamente em publico, e a ler e fallar em voz alta como convém (CARDOSO, 1874d, p. 3).

O professor chama a atenção para a questão da diversidade linguística, o que leva à diferenciação entre as formas de expressão ao redor do mundo e, conseqüentemente, entre os estudos da linguagem em diferentes países. Segue em sua exposição, explicando como pretende conduzir suas aulas; propõe-se a expor minuciosamente as regras da improvisação do discurso e, em seguida, expõe seus objetivos: levar seus alunos a se colocarem publicamente com perfeição, além de atingirem o domínio da leitura e na escrita. Mais adiante profere:

Nada inventarei de mim, seguirei as pegadas dos melhores e mais afamados authores, usando em vez de exemplos latinos, de exemplos puramente nacionaes. Não me envergonharei mesmo de repetir muitas vezes palavra por palavra as mais excellentes doutrinas que conheço, e tenho lido. Quanto á poesia, procurarei também escolher versos dos nossos mais excellentes poetas, e accomoda-los ás differentes espécies á que porventura pertencem. Finalmente, darei noções sobre

historia e critica litteraria, o que considero de muita utilidade nas circumstancias especiaes de nossa literatur (CARDOSO, 1874d, p. 3).

Aqui o orador aborda outro aspecto característico do ensino de Retórica: a questão da imitação, um dos traços recorrentes nos manuais da disciplina produzidos no século XIX. Imitar o estilo dos autores clássicos era comum nesse período. Sob essa ótica, a manifestação de originalidade constituía um impedimento à manutenção dos valores estéticos ainda preservados pela cultura ocidental.

Outro ponto a ser mencionado é a opção do professor pelas obras nacionais, algo compreensível, se observarmos que ele escreve em 1874, no final do século XIX, período em que a nossa produção literária já havia fincado suas bases e se fazia presente nos programas de ensino do Colégio de Pedro II, desde 1850.

Segundo Razzini (2000), neste período, parecia fundamental que a escola estabelecesse uma ligação entre a poesia brasileira, com a greco-latina e a européia, através da aferição das regras poéticas, inserindo *O Uruguai*¹⁴ e *Caramuru*¹⁵ como a última parte do estudo da épica ocidental, conferindo-lhes, portanto, status de igualdade com as produções anteriores.

O estudo dessas obras representou, não só o ingresso da literatura nacional nas salas de aula, mas também a introdução da temática indígena. Brandão (2001) observa a conciliação entre os recursos retórico-poéticos e a poética tradicional no *Uruguai*. Já em relação à obra de Santa Rita Durão, o autor destaca a adesão ao modelo da épica camoniana, demonstrada através da utilização dos mesmos lugares-comuns retóricos presentes em *Os Lusíadas*.

O professor estanciano declara também sua disposição em passar aos seus alunos as doutrinas das quais se apropriou por meio de anos de estudos, mostrando-se disposto a buscar nos melhores autores exemplos de boa poesia para expor em suas aulas, através de versos que seriam classificados adequadamente conforme as suas espécies.

Além disso, revela sua intenção de transmitir noções sobre História e Crítica Literária, atentando para as peculiaridades da produção literária brasileira. O professor avança em seu discurso:

Entre nós há moços muito habéis, mas que peccção frequentemente, quando empunhão a penna, por isso que não receberão a mais ligeira leccção do que seja litteratura. “A litteratura deve comprehender essencialmente fallando-(diz um acreditado author) o estudo da história litteraria e o das producções do gênio em diversas epochas, ou obras dos grandes modelos em poesia e em eloquência, em historia e ainda em sciencias, porque sem um estudo minucioso e accurado que nos identifique com os modelos que se nos offerece, embebendo-nos, para assim dizer,

¹⁴ Poema épico árcade escrito em 1769 por Basílio da Gama. A trama gira em torno do ataque à missão jesuítica dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul.

¹⁵ Poema escrito em 1781 pelo Frei Santa Rita Durão. Narra o descobrimento da Bahia por Diogo Álvares Correia e as peripécias em que o herói se envolveu.

em seu espírito, nunca chegaremos á fazer sólidos progressos em bellas-lettras. Como não temos uma cadeira de litteratura, o que fora muito para desejar, não peccarei fazendo ver a mocidade aquillo que é preciso para dar seguros passos em caminhos tão deliciosos e tão amenos (CARDOSO, 1874d, p. 3, d, Grifo nosso).

Nesse trecho, ele salienta o despreparo de alguns jovens estudantes que, a despeito de suas habilidades na escrita, pecam em suas composições devido à ausência de conhecimento literário. Quanto a essa questão, há registros de que o professor Brício incentivava a produção dos seus alunos; ele foi o idealizador do Jornal *O Nocydalus*, redigido por alunos do Atheneu Sergipense, conforme os dados levantados na pesquisa empreendida por Vidal (2009).

Em seguida, o mestre lamenta a inexistência da cadeira de Literatura no Atheneu Sergipense, situação comprovada através da análise dos planos de estudos da Instituição em 1874. Tal reclamação pode ser um indício de que o professor tinha conhecimento do programa de ensino do Colégio de Pedro II, onde a cadeira era ministrada no 7º ano; além disso, o fato de acompanhar as tendências culturais da época o influenciou em relação à literatura.

De acordo com Oliveira (2008), no Brasil, o conceito de Literatura foi definido na década de 1830, uma vez que, durante o período joanino, na categoria literatura ainda se enquadravam muitas obras relacionadas às matemáticas e às ciências. Fato compreensível, se considerarmos a fluidez do conceito de literatura, pois como ressalta Eagleton(2001), esse vocábulo abriga um tipo de escrita altamente valorizada, segundo ele, devemos abandonar, de uma vez por todas, a ilusão de que a categoria “literatura” é “objetiva”, no sentido de ser eterna e imutável, posto que qualquer coisa pode ser literatura, e qualquer coisa que é considerada literatura, inalterável e inquestionavelmente, pode deixar de sê-lo.

O pesquisador afirma ainda que os primeiros compêndios de História Literária do País estavam de acordo, não somente com o projeto romântico de afirmação da identidade nacional, mas também com o processo de autonomia do ensino de Literatura em relação ao de Retórica e Poética, bem como à institucionalização das literaturas nacionais. Dessa forma, é possível inferir, através das declarações do mestre em seus discursos e apostilas, o intuito de aliar no exercício docente a formação discursiva (nas aulas de Retórica e Poética), ao trabalho com obras representativas dos valores nacionais.

Conforme os planos de estudo da Instituição, em 1877, a cadeira passou a denominar-se Retórica e Poética e Literatura Nacional, fato que indica a tentativa de conciliação entre os conteúdos clássicos e a transmissão de conhecimentos sobre a produção nacional.

O professor Brício Cardoso finaliza seu discurso, com as seguintes afirmações:

Espero do vosso esforço e intelligencia poder conseguir o mais notável resultado, o que assegurará luzente porvir e intensa glória á esta cadeira, tão indignamente representada. Sim, o meu desideratum há-de ser uma realidade, porque a mocidade sergipana há-de caprichar em sustentar a velha e invejável tradição de seus talentos e applicação. Tenho concluído (CARDOSO, 1874d, p. 3).

A reclamação do professor, de fato, procede, pois, de acordo com o levantamento feito por Alves (2005), no período compreendido entre 1874 e 1877, ministrou-se a disciplina “Gramática Nacional e suas diferentes aplicações”, em substituição à denominação “Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos”. Isso nos leva a inferir que os estudos literários eram ministrados contiguamente aos conteúdos gramaticais sob a mesma rubrica. A expressão “análise dos clássicos” indica a existência de atividades relacionadas à leitura das obras consideradas válidas para a formação dos alunos.

Em relação ao seu discurso, conclui demonstrando confiança na realização dos seus objetivos ao assumir a cadeira, delegando à mocidade a atribuição de manter a tradição das belas letras através da dedicação. Do ponto de vista formal, a exposição está marcada pela linguagem figurada e presença considerável de adjetivos.

O professor procurou evidenciar sua erudição, ao citar autores cuja obra costumava ler, talvez com o propósito de destacar sua dedicação aos estudos e seu preparo para assumir a tarefa de educar a mocidade sergipana nos estudos literários.

Em traços gerais, o discurso de posse do professor Brício revela, sobretudo, seu entusiasmo em relação à Retórica, sua utilidade prática, a adesão aos preceitos inerentes ao estudo da disciplina, a valorização da cadeira. O orador chega a considerá-la superior aos demais estudos em algumas passagens da sua exposição.

É importante notar que esse discurso constituiu uma oportunidade ímpar para que o professor colocasse em prática os conhecimentos discursivos e literários, obtidos por meio dos longos anos dedicados ao estudo e ao magistério. Ao proferi-lo, lançou as bases do seu trabalho e mostrou aos seus colegas e futuros alunos suas pretensões profissionais.

Gally (2004) salienta que a oratória do professor era bastante cuidada e prestigiada por seus pares; essa habilidade era atribuída à sua dedicação aos estudos da disciplina que contribuíram para “refinar-lhe o dom natural da eloquência, na sua dicção impecável, a que uma voz de timbre agradável, cheia, dominadora e modulável na escala de emoções, segundo as circunstâncias, induzia à admiração e movia às lágrimas” (CARDOSO, 1944, p.12).

Entendemos que, ao atuar como ministrante das aulas de Retórica e Poética, o professor Brício Cardoso empreendeu uma mediação entre os saberes clássicos e as discussões

do seu tempo, em relação aos estudos linguísticos e literários, manifestos, por exemplo, na intenção de trabalhar com autores nacionais.

Em determinados trechos da exposição, o professor permite entrever sua proposta de trabalho; veremos como isso se configurou através do estudo de alguns aspectos da trajetória da disciplina.

2.3 Entre Figuras e Tropos: os conteúdos e as práticas adotados para o ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense

Ciente de que o saber transmitido na escola decorre de uma complexa articulação composta de saberes produzidos em instâncias diversas, propomo-nos a verificar o percurso empreendido pela disciplina Retórica e Poética, no Atheneu Sergipense, por meio dos conteúdos abordados e dos vestígios das práticas utilizadas, sempre atentando para o fato de que uma disciplina se define, tanto por suas finalidades, quanto por seus conteúdos, assinala Chervel (1990).

No interior do sistema de ensino humanista, a cadeira voltada ao estudo do discurso e das belas letras exerceu finalidades variadas e grandiosas:

Ocupando posição destacada no sistema de ensino, como decorrência das altas e amplas funções que lhe eram atribuídas no processo educacional—além de preparar oradores e escritores, apurar as faculdades intelectuais, temperar o caráter e desenvolver o espírito público—, a formação retórica expandiu seus efeitos por diversos aspectos da experiência social brasileira (SOUZA, 1999, p. 83).

No que concerne à Província de Sergipe, convém ressaltar que, apesar de constar no quadro das cadeiras do Atheneu Sergipense, desde a organização do seu Estatuto, em 1871, a Retórica só foi ministrada efetivamente em 1874, quando o professor Brício Cardoso ingressou no quadro de professores da Instituição¹⁶. Conforme Alves (2005), até aquele momento eram constantes as reivindicações nos jornais e nos relatórios da Diretoria sobre a inexistência da cadeira, solicitando providências para a sua implantação, uma vez que os Exames de Preparatórios exigiam tais estudos.

¹⁶ A primeira Congregação do Atheneu Sergipense designou Tomás Diogo Leopoldo como professor de Gramática Filosófica e de Retórica.

Essa cadeira era ministrada no 4º ano do curso de Humanidades, figurando ao lado do Latim e da Filosofia, cumprindo a tradição de transmitir de modo aprofundado conhecimentos discursivos e literários, no final do curso secundário, o que nos leva a acreditar na existência de alunos mais avançados em relação aos conhecimentos gerais e de ordem gramatical, considerados básicos para o pleno desenvolvimento da habilidade discursiva.

Segundo o Estatuto de 1871 do Atheneu Sergipense, os compêndios indicados para o ensino da disciplina foram os seguintes: *Os Elementos de Eloquência Nacional e Poética* de Francisco Freire de Carvalho, a *Vida do Padre Francisco Xavier* de Andrieux e Lucena e *Virgílio Brasileiro* de Manuel Odorico Mendes, material que será analisado no terceiro capítulo.

Quando a cadeira de Retórica e Poética teve suas atividades iniciadas, recebeu o horário das 12 horas, mas, posteriormente, a Congregação, na sessão do dia 30 de março de 1874, julgou conveniente inverter o horário das 7 horas, para Retórica e 12 horas, para Pedagogia, a fim de facilitar a frequência de funcionários públicos a essa aula.

Esse fato constitui um indício de que havia interesse por parte de pessoas que já exerciam uma atividade remunerada, em ter acesso aos conhecimentos fornecidos pela disciplina. As razões desse interesse poderiam se relacionar à busca de formação para os Exames Preparatórios de ingresso às academias, ou ao intuito de melhorar o desempenho discursivo. Vale lembrar que a Resolução Provincial de 2 de maio de 1875, em seu artigo 103, permitia que houvesse matrículas nas aulas avulsas, em qualquer época do ano letivo, desde que fosse com a devida licença do Governo.

As discussões sobre os horários referentes às aulas das disciplinas foram comuns durante as reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense. A disciplina Retórica e Poética, assim como as demais cadeiras que compunham o quadro do ensino de Humanidades, passaram por algumas alterações motivadas por vários fatores, como a pressão dos alunos, a solicitação de professores ou ainda a necessidade da Instituição em se adequar às demandas da sociedade sergipana.

Na condição de construto histórico social, o tempo escolar possibilita análise da organização da transmissão do conhecimento em sala de aula. No que tange à Retórica e à Poética, é possível pensar sobre o tempo da cópia, o tempo da exposição do conteúdo pelo professor, o tempo da leitura, o tempo dos exercícios, o tempo da produção dos alunos, enfim, o somatório de atividades consideradas válidas para a disseminação dos conteúdos relativos à disciplina.

Os planos de estudos do Atheneu Sergipense analisados por Alves (2005) revelam o movimento das cadeiras oferecidas na Instituição. Em relação à Retórica e Poética, verificamos que, assim como as demais, a disciplina passou por várias mudanças de horário durante os anos em que foi ministrada (Ver Anexo A).

A atuação das disciplinas como dispositivos de transmissão cultural dirigidos aos alunos nos leva a refletir sobre a relação entre as finalidades do ensino de Retórica e Poética e as práticas utilizadas por Brício Cardoso. Para tanto, procuramos compreender a postura pedagógica do mestre, através da análise de algumas das suas publicações nos jornais locais, pois, ao mesmo tempo em que se dedicava ao exercício da leitura, o professor Brício participava ativamente do debate educacional do seu tempo e costumava se manifestar em artigos sobre a necessidade de elevação da qualidade do ensino; visto que, para ele, a melhoria na formação dos professores constituía um dos pilares para a obtenção de avanços na área.

A criação das Conferências Pedagógicas, encontros organizados pela instrução pública no intuito de propiciar atualização dos professores, foi uma das iniciativas empreendidas em prol da melhoria do ensino, segundo Cynthia Greive Veiga (2007); essas reuniões surgiram no início da década de 1870 e ocorreram em várias províncias¹⁷.

Quanto a essa questão, Gally (2004) destaca o fato de que aproximadamente quatro meses antes da oficialização das Conferências Pedagógicas, em agosto de 1872, o professor Brício já discutia o tema no artigo *Estudos pedagógicos*, publicado em abril do mesmo ano (CARDOSO, 1872). Para a pesquisadora, tal antecipação pode representar um indício de que ele tinha acesso às informações apenas ventiladas na Corte, mantendo-se atualizado sobre as determinações relativas à instrução pública que por lá circulavam.

Nesse artigo, o professor Brício Cardoso, que durante alguns anos atuou como mestre de escola elementar em Estância, após discorrer sobre os métodos individual, simultâneo e misto, revela sua preferência pelo primeiro, visto que possibilita o contato direto entre professor e alunos e faz o educador:

acomodar suas lições aos caracteres e disposições dos mesmos, acompanhar dia por dia o desenvolvimento de suas inteligências, dirigi-los, verificar seus esforços, cortar todas as dificuldades que lhes embargam o passo, ter ciência de seus menores progressos, dar-lhes separadamente os cuidados que cada um mais exige (CARDOSO, 1872a, p. 3).

¹⁷ Em Sergipe, as Conferências foram previstas no artigo 56, do Regulamento da Instrução Pública de 1877; o objetivo era reunir os professores “para conferenciarem entre si todos os pontos que interessarem ao regime das escolas, métodos de ensino, e outros assuntos, concernentes ao ensino, expondo as observações que tiverem colhido de sua prática” (NUNES, 1984, p.140).

Fundado na memorização, o método individual adequava-se a um ensino baseado na transmissão de regras e na observação atenta da criação dos autores. Nesse sentido, é possível supor que alguns conteúdos ligados à Retórica, tais como as virtudes da elocução, as qualidades do estilo, os vícios, as formas de obter a harmonia no discurso, os tipos de argumento, eram apreendidos por meio da memorização, da leitura e do exercício constante da composição. Tais práticas foram mencionadas pelo professor Brício em uma de suas apostilas que serão analisadas neste trabalho (CARDOSO, 1974c).

Na tentativa de compreender o lugar que os conteúdos relacionados à Retórica e à Poética ocupavam na estrutura do curso de Humanidades no Atheneu Sergipense, procuramos analisar aspectos relacionados à trajetória do ensino secundário em Sergipe.

Em 1877, o Regulamento da Instrução Pública, aprovado pelo Presidente da Província, Dr. João Pereira de Araújo Pinho, determinou em seu artigo 85 que o curso de Humanidades seria composto pelas seguintes cadeiras:

- 1-Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos;
- 2-Gramática, tradução e versão da Língua Francesa;
- 3-Gramática, tradução e versão da Língua Inglesa;
- 4-Gramática, tradução e versão da Língua Latina;
- 5-Aritmética e Álgebra;
- 6-Geometria e Trigonometria;
- 7-Geografia, Cosmografia e Corografia do Brasil;
- 8-História Antiga, Média e Moderna do Brasil;
- 9-Retórica, Poética e Literatura Nacional;
- 10-Filosofia.

No mesmo ano, os Exames Preparatórios foram suspensos em Sergipe pelas autoridades imperiais, devido às denúncias de favorecimentos ilícitos provocados pela pressão sofrida pelos examinadores, a fim de aprovar os filhos de pessoas importantes da Província. Tal fato prejudicou a situação do Atheneu Sergipense, que teve uma sensível redução de matrícula em 1878, alcançando 145 alunos, contra 395 do ano anterior, como verifica Nunes (1984).

Assim, o quadro em que se encontrava o ensino secundário na Província não era animador, quando ocorreu a Reforma Leôncio de Carvalho, em 20 de abril de 1878. Entre outras alterações, a medida consagrou definitivamente a fragmentação das matérias de ensino e estabeleceu uma nova distribuição das disciplinas, a “literatura geral” separou-se da “nacional” que foi incluída no programa de retórica (6º ano) no Colégio de Pedro II.

O Atheneu Sergipense, por sua vez, manteve o curso de Humanidades dividido em 5 anos, e, conforme o Regulamento de 9 de janeiro de 1877, a Retórica permaneceu no programa do 5º ano, sendo ministrada juntamente com Filosofia e Latim, conforme o seguinte horário: Filosofia: 9h às 10h30, Retórica: 10h30 às 12h e Latim das 12h às 3h, segundo o levantamento de Alves (2005).

Apesar da exigência no Estatuto de que os programas das cadeiras fossem apresentados no início de cada ano letivo, não localizamos o programa de Retórica e Poética no arquivo da Instituição. Todavia, como o professor Brício Cardoso tinha o hábito de publicar suas aulas por meio de apostilas no *Jornal do Aracaju* e no *Jornal O Republicano*, foi possível identificar, nas publicações dos periódicos, alguns vestígios dos conteúdos e das práticas presentes no ensino da disciplina, uma vez que:

Os jornais, canais de veiculação não só de notícias, propagandas, atos governamentais, era um meio pelo qual os intelectuais sergipanos expunham suas idéias, divulgavam suas produções, criticavam ações, propunham modificações, propiciando assim a disseminação dos seus pensamentos, quer em forma de artigos, ensaios ou panfletos polêmicos demonstrando na prática a importância da Retórica (ALVES, 2005, p. 35).

Assim, indícios significativos relacionados ao ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense foram localizados na Imprensa local, tais como o *Jornal do Aracaju* e *O Republicano*, periódicos em que o professor publicou apostilas, artigos e contos. Dentre o material levantado, destacamos, inicialmente, uma apostila publicada no referido jornal no dia 21 de março de 1874, pouco antes do ingresso de Brício Cardoso no Atheneu Sergipense, como titular da cadeira de Retórica e Poética.

O professor assim se pronuncia em relação à importância do bom uso da linguagem:

De que modo, com que plausível fundamento, se poderão recusar e não acolher subsídios valiosos como os que oferece a rhetorica e a dialética, se todas as línguas tem uma parte mecanica ou physica e outra lógica ou espirital? Por isso, caros alunos, é meu intento apresentar-lhes exemplos **extraídos dos bons autores, dos quais serão feitas paráfrases e imitações, é meu intento conduzi-los na criação de fábulas, narrações, provérbios, comparações, também os orientarei nos exercícios orais**, para torna-los exímios na expressão a fim de que possam proferir belos discursos nas ocasiões em que lhes for dada oportunidade. Tudo isto que pretendo fazer, meos amiguinhos, importa muito simplesmente em mesclar as modestas funções de mestre escola com as esplendidas funções de lente de rethorica, ou professor de eloquência. A clareza, a correção e a harmonia do discurso, isto é, aquella divina força e virtude que caracteriza o orador ou escriptor, depende inteiramente da escolha das palavras que se empregão (CARDOSO, 1874c, p. 2, Grifos nossos).

A leitura deste excerto permite a identificação de algumas pistas em relação às práticas utilizadas em suas aulas de Retórica. As atividades propostas pelo professor direcionavam-se, principalmente, à formação do estilo através do contato com obras de bons autores, além do exercício constante da escrita, cujo desenvolvimento pautava-se na leitura e criação a partir dos artifícios presentes nas grandes criações literárias.

Também é interessante sublinhar o interesse do mestre em realizar atividades orais com seus alunos, postura que se alinha perfeitamente aos objetivos da educação retórica. Conforme Hansen (2000), nos colégios e seminários jesuítas, atividades semelhantes também foram desenvolvidas nos liceus e atheneus do século XIX. A respeito do destaque conferido ao exercício da oratória no Brasil, Brandão afirma:

Na verdade, no Brasil do século XIX a oratória tanto serviu às forças imobilizantes cristalizadas na herança cultural greco-latina, vinda desde o primitivo ensino jesuítico e reforçado pelos manuais de retórica e poética, quando forneceu aos homens mais lúcidos o instrumental capaz de apreender os aspectos conflitantes da realidade, submetendo-os ao conhecimento e ao julgamento públicos, exatamente num momento em que o país estava passando por decisivas transformações na sua evolução histórica (BRANDÃO, 1988b, p. 214).

A manifestação através do discurso encontrou espaço em diferentes segmentos da sociedade brasileira: no religioso, político, literário, jornalístico, educacional e nas festividades sociais. Desse modo, a distinção social do indivíduo estaria atrelada ao seu desempenho nas composições e nos discursos. Assim, cabia ao ensino desenvolver, através dos constantes exercícios orais e escritos, o dom natural para a comunicação: a eloquência.

Nessa direção, o Cônego Fernandes Pinheiro, professor do Colégio de Pedro II e autor do *Curso de Literatura Nacional* faz a seguinte afirmação:

A rhetorica é portanto procedente da eloquência e lhe presta novas forças. Aperfeiçoa e desenvolve os dons da natureza, dá mais segurança e solidez ao pensamento e a linguagem. Permite outrossim conhecer e apreciar o mérito dos escriptores notáveis, julgar suas obras e manifestar a impressão que ellas deixão em nosso espírito (PINHEIRO, 1885, *apud* SOUZA, 1999, p. 104).

De volta ao estudo das ideias manifestadas pelo professor Brício, é possível observar sua vigorosa defesa da Retórica e da Dialética; tais disciplinas são associadas ao âmbito lógico e espiritual da língua. Seus conhecimentos teriam, na concepção do mestre, a incumbência de transmitir o pensamento ordenado com a clareza e a veemência adequadas a cada situação.

Em meio às apostilas destinadas aos alunos de Gramática e às produções literárias, localizamos no jornal *O Republicano*, uma apostila de eloquência destinada aos estudantes da instituição (CARDOSO, 1890f). O material que recebeu o título de *Costumes ou meios de*

agradar merece um olhar mais atento, pois constitui um precioso registro dos conteúdos adotados no ensino da disciplina. Nele se lê:

Entende-se por meios de agradar no discurso tudo quanto possa n'ele ligar o recreio com a utilidade, fazendo o ouvinte amar o assumpto, tornando-o attento, benevolo, e inclinado a querer o que lhe é proposto e a fazer o que se lhe exige. Empregam-se estes meios, porque os homens não se persuadem que seja verdadeiro aquillo que não lhes é agradável; porque, antes de receberem o verdadeiro, querem elles ter certeza que o que é verdadeiro(o que se lhes propõem) não lhes é incômodo. Os Rhetoricos considerão a pintura dos costumes, quer de quem falla, quer de quem ouve, como um meio de recrear-se, e de insinuar-se n'alma humana, de ganhá-la para a verdade. Aristóteles leva tão longe este a asserto que diz; que os costumes são um poderoso meio de persuadir, ainda quando faltam provas para estabelecer a verdade de uma causa, e meios para excitar as paixões (CARDOSO, 1890f, p. 3).

Pela análise da introdução desse material didático percebe-se a adesão ao postulado horaciano do *utile dulce*(útil e agradável). Ou seja, a adesão do público aos argumentos do orador deve ocorrer agradavelmente pontuada pelos maneios da persuasão. Cabe ao orador expor a verdade, sem agredir os ouvintes que desejam, antes de tudo, usufruir do deleite propiciado pelo uso oportuno e ajustado da palavra.

A revelação da verdade e a vitória da justiça, uma das finalidades da retórica, eram preconizadas pelo professor Brício e recomendadas aos estudantes; muitos deles seguiram a carreira jurídica. A postura adotada por ele aproxima-se da retórica aristotélica, em cuja base repousa a relação entre moral e verdade. Sendo assim, a retórica pode ser bem ou mal utilizada a depender da moral de quem a utiliza.

Nessa perspectiva, verifica-se a adesão do mestre à vertente moralizadora do ensino de humanidades, que pretendia formar o aluno de modo integral, desenvolvendo os valores culturais e éticos das futuras lideranças do País. A exposição didática prossegue:

Distinguem-se os *costumes oratórios* dos *costumes reaes*. Costumes oratórios não são mais do que a destreza que o orador tem de mostrar em si qualidades amáveis que fazem conceber a seu respeito uma opinião honrosa, quer elle possua, quer não possua taes qualidades. Costumes reaes são qualidades boas ou más que orador ou os ouvintes verdadeiramente possuem. Os meios de agradar ou recreiar achão-se uns no orador, outros na pessoa dos ouvintes, estes na pessoa por quem ou de quem se falla, aquelles no assumpto de que se trata, outros finalmente nas circumstancias do tempo e dos lugares. O orador deve sempre, para gozar consideração, mostrar que possui bons costumes, inclinações retas e puras, *sinceridade*, desejo de ser útil, amor para com a verdade, zelo para com a justiça. É condição indispensável ao orador para que obtenha os triumphos da eloquência fazer notar em si estas trez virtudes: *prudência*, *probidade*, *benevolência*. Aquelle que reúne estas trez qualidades é sempre digno de ser crido (CARDOSO, 1890f, p. 3).

De modo objetivo, os costumes oratórios são apresentados pelo professor e este menciona as habilidades que os bons oradores devem demonstrar durante a exposição do

discurso; as qualidades requeridas ao orador evidenciam mais uma vez a preocupação com a elegância, a retidão e a honestidade, características de uma educação humanizadora. Qualidades semelhantes são mencionadas nas *Lições Elementares de Eloquência Nacional*, de Freire de Carvalho (1840); segundo ele, o orador deve conservar prudência e bondade em seu discurso; a primeira, para que os ouvintes tenham confiança nas suas luzes e a segunda, para que estejam certos de que não serão enganados.

A veiculação de preceitos, na apostila de eloquência elaborada pelo professor Brício nos compêndios de Retórica do período, foi observada por Brandão (1988) que, ao estudar os referidos manuais, verificou um tipo de organização baseada em definições, classificações e denominações, afirmando que tal estrutura estava presente em todas as obras de Retórica do século XIX por ele analisadas. Isso constitui uma tentativa de auto-preservação do sistema que criaram, na medida em que o conhecimento veiculado sob a égide da autoridade desestimula a ocorrência de questionamentos. Vejamos mais um trecho da apostila:

Como é que o orador se mostra homem de bem? Não dizendo em termos formaes que é tal, mas pintando-se na própria linguagem. Sirva de exemplo o que vamos dizer. Quando o Imperador Theodozio depois de ter ordenado pelas festas de paschoa, que se pozessem os prizioneiros em liberdade, accrescentou: *Eu quereria poder ressuscitar os mortos*, mostrou possuir um grande fundo de humanidade, sem entretanto dizer que era humano. Fique consignado que o orador não está dispensado de ser homem de bem, bastando parecer apenas que o é. A mascara da hypocrisia não pode conservar-se ativada por muito tempo. A palavra humana só deve ser empregada ao serviço da verdade e da virtude (CARDOSO, 1890f, p. 3).

Através da linguagem e do exemplo, o orador obtém a credibilidade junto ao público; o mestre utiliza um exemplo, a fim de convencer os alunos quanto à responsabilidade na utilização das palavras, cabendo ao orador respeitar a verdade na exposição dos seus argumentos. Mais adiante, apresenta as qualidades relacionadas à elocução e à postura:

Nossas faculdades phisicas e intellectuaes auxilião os nossos habitos moraes a conciliar os espíritos; pois que são meios poderosos de agradar uma figura nobre e expressiva, o encanto de uma voz affectuoza e penetrante, uma expressão de semblante que annuncie candura, um gesto correcto e decente, a rectidão no juiso, a pureza nas ideas, a clareza e a força no raciocínio, uma elocução viva, variada, e harmoniosa (CARDOSO, 1890f, p. 3).

As qualidades abordadas constam em dois dos manuais de Retórica a que tivemos acesso: as já citadas *Lições de Eloquencia* e a *Selecta Nacional*, de Francisco Julio Caldas Aulete(1875), o que indica a valoração atribuída aos gestos e à pronúncia, considerados essenciais para o bom desempenho da eloquência. As recomendações do mestre prosseguem:

O orador deve pintar os seus clientes como homens justos, íntegros e piedosos, pacíficos, e pacientes só credores da justiça da causa. Este meio empregado com arte e discernimento no Exordio, na Narração e na Peroração é muitas vezes mais poderoso que a justiça causa. No adversario é dever salientar as qualidades oppostas a estas. Importa ao orador conhecer o homem em geral, seus ouvintes em particular, para que, descobrindo o q 'elles tem n' alma, o que elles desejam, ou esperam, possa tornar-se senhor d'elles pelo discurso. Para isto consiste arte em estudar-se a si mesmo. Os homens parecem-se uns com os outros: aquelle que bem reconhece, pode lisonjear-se de bem conhecer os mais (CARDOSO, 1890f, p. 3).

Nesse excerto, a exposição didática direciona-se à eloquência jurídica, prescrevendo regras que podem ser utilizadas no discurso forense, na argumentação em defesa dos seus clientes. As recomendações indicam também a necessidade de conhecimentos de ordem psicológica para dominar o público, ou seja, entendendo seus desejos e vontades, o orador poderá persuadi-lo com êxito. Finalizamos com o último trecho da apostila:

A honestidade da causa de que se falla, sua justiça, sua importância, seu interesse geral e particular são meios que nascem do assumpto, mas que o orador deve empregar como proprios para fazer os ouvintes amarem o assumpto, e por elle se interessarem. É obrigação do orador dispor dos ouvintes a receberem a causa que propõe quando Ella não lhes toca o coração, insinuando-se no seu espírito por meio de rodeios. O orador deve sempre guardar as *conveniências*, não dizendo no seu discurso senão *quod decet*, relativamente a si, a seus ouvintes, a suas afeições, a suas opiniões, a seus prejuízos, ás circumstancias em que falla, como sejam o lugar e o tempo. Deve o orador fugir de occupar-se da sua pessoa. O tom que convem ao orador é o de um homem honesto e digno que não mostre nem baixeza nem orgulho e que sabe respeitar a idade, a dignidade e a opinião alheia. O orador deve mostrar-se triste ou alegre conforme as circumstancias do tempo e do lugar, procurando tomar todas as *precauções oratorias* para não offender a delicadeza d'aquelles perante que tomou a falla. Uma palavra imprudente prejudica mais do que um mau raciocínio (CARDOSO, 1890f, p. 3).

O professor prossegue, defendendo a necessidade da conquista do ouvinte pelo orador de modo sutil e agradável, sempre em nome da justiça e da verdade, respeitando as *conveniências* relacionadas ao ambiente e ao tempo, a fim de não causar constrangimentos ao público. O exercício da modéstia e do decoro constituem características essenciais ao orador. Segundo as orientações de Freire de Carvalho (1840), aquele que se louvar em excesso, dará mostras de querer abater e desprezar os outros; e o resultado dessa postura será a inveja dos inferiores, a mofa dos superiores e a censura de todos os bons.

A argumentação do mestre ao longo da apostila, indica a adaptação de preceitos da retórica clássica à retórica escolar, a citação de Aristóteles e a relação entre utilidade e deleite confirmam essa interligação. Dentre os conteúdos abordados, destacamos: as partes do discurso, o assunto, a *conveniência* e as qualidades do orador. Outro aspecto que merece

atenção é o destaque atribuído à formação moral do orador, cujas qualidades devem angariar credibilidade junto aos ouvintes.

Salientamos que, embora seja apenas uma das apostilas utilizadas pelo professor em suas aulas de Retórica, o material confrontado a outras fontes isso contribui para a percepção de elementos importantes da proposta de ensino dessa cadeira.

Outro indício dos autores utilizados por Brício Cardoso, em suas aulas, é o discurso proferido por um dos seus filhos, o Desembargador Hunald Cardoso, na homenagem ao mestre; durante a passagem do centenário do seu nascimento. De acordo com Hunald, seu falecido tio, o também Desembargador Melchisedech Cardoso, ex-aluno de Retórica e Poética, tinha o hábito de recitar as odes de Horácio para a esposa, segundo ela, o ancião recordava com saudade as aulas ministradas pelo irmão-professor.

Esse depoimento, aliado às declarações do professor Brício, em seu discurso de posse, revela sua disposição em colocar os alunos em contato com bons autores, um dos traços característicos do ensino de Retórica e Poética, como afirma Souza (1999). Uma importante prática mencionada pelo professor é a utilização dos exercícios orais como método didático, mais uma das heranças da Retórica clássica, que se calcava na oralidade.

2.4 A um Passo da Academia: a disciplina Retórica e Poética nos Exames de Preparatórios

Quanto à questão das finalidades do ensino, Chervel (1990) nos alerta que não estão forçosamente inscritas nos textos. Para ele, novos ensinamentos, às vezes, são introduzidos nas classes sem serem explicitamente formulados. Além disso, podemos indagar se todas as finalidades presentes nos textos são reais. Assim, diante das dificuldades que envolvem o discernimento entre o vivido e o prescrito, procuraremos relativizar as informações nelas contidas, a fim de não incorrer em conclusões apressadas ou equivocadas.

De acordo com a lista publicada no *Jornal do Aracaju*, de 04 de março de 1874, os pontos requeridos para os Exames de Preparatórios da cadeira de Retórica e Poética foram os seguintes:

- 1-Definição e utilidade da Rhetórica e da Eloquência.
- 2-Gêneros de Eloquência.
- 3-Partes do discurso.

- 4-Exórdio.
- 5-Narração.
- 6-Confirmação.
- 7-Peroração.
- 8-Disposição.
- 9-Elocução.
- 10-Ornato oratório.
- 11-Eloquência forense.
- 12-Eloquência do púlpito.
- 13-Do modo de escrever a história, obras philosophicas, diálogos, epístolas.
- 14-Da acção oratória.
- 15-Da origem e definição da Poesia e da Poética.
- 16-Da versificação.
- 17-Do gênero lyrico.
- 18-Do gênero épico.
- 19-Do gênero dramático.
- 20-Do gênero didactico.
- 21-Do gênero elegíaco.
- 22-Do gênero pastoril.
- 23-Das escolas clássica, romântica e realista.
- 24-Da crítica literária.
- 25-Do gosto, do bello e do sublime.

No primeiro ponto, destaca-se a preocupação em verificar o conhecimento do aluno em relação ao conceito de Retórica (arte de persuadir por meio do discurso) e da eloquência (habilidade de convencer e comover o público por meio da emoção transmitida pelas palavras, pelo tom de voz, pela expressão fisionômica etc).

Já em relação às utilidades da Retórica, Plebe (1978) afirma que se destinam à resolução de conflitos judiciais, defesa de argumentos através da palavra, evitando assim confrontos violentos entre pessoas, países ou instituições, criação de discursos proferidos em assembleias, púlpitos, festividades e nas academias.

Os gêneros da eloquência, por sua vez, são três: laudativo (visa a louvar ou censurar), o deliberativo (destina-se a aconselhar ou dissuadir) e o judicial (visa a acusar ou defender). Depreendemos assim, o domínio das habilidades discursivas nos gêneros citados, o que

possibilitaria ao aluno portar-se adequadamente em variadas atividades ou profissões: eclesiástica, jurídica, política, diplomática, jornalística, docente, entre outras.

Quanto à ação oratória, temos as qualidades requeridas ao orador, as quais se seguem, de acordo com os critérios clássicos elencados por Souza (1999): a) Intelectuais: imaginação, gosto, engenho e razão; b) Morais: espírito elevado, coração generoso, sensibilidade, amor de Deus e do próximo, urbanidade e boas maneiras.

Os conteúdos ligados à Poética, por sua vez, procuravam verificar em que medida o aluno situava-se, em relação aos conhecimentos gerais, dentro do campo literário. Cobrava-se o entendimento de aspectos abrangentes quanto aos gêneros literários, à versificação, às características das escolas literárias, às noções de crítica literária, além das concepções estéticas tradicionais, tais como os conceitos de gosto, do belo e do sublime. Este último é derivado do Tratado *Do Sublime* de Longino.

De acordo com Brandão (1976), a primeira fonte *Do Sublime* considerada a mais importante é a “faculdade de conceber elevados pensamentos” (*noesis*). Embora seja um dom natural e pressuponha o talento oratório, ela deve ser desenvolvida através do exercício, ou seja, será preciso “elevar as almas ao alto” e “torná-las constantemente plenas de generosos transportes”. Dessa maneira, evidencia-se, mais uma vez, a importância atribuída aos exercícios, como meio de desenvolver a habilidade na oratória.

De volta à abordagem de elementos relevantes do sistema de ensino secundário do século XIX, cabe-nos a analisar os exames como mais um dos componentes da história das disciplinas escolares. Chervel (1990) afirma que, em associação com os manuais adotados, aos conteúdos, métodos e exercícios, os exames constituem uma rede de elementos cuja função primordial é o alcance das finalidades atribuídas às disciplinas. Como sabemos, os Exames Preparatórios atuavam como divisor de águas entre o ensino secundário e o curso superior. Nesse sentido, Oliveira (2006) afirma:

Foram instituídos pelo Decreto n.1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, assinado pelo Ministro Couto Ferraz, que no seu art.112 determinou que os Discípulos das Aulas e Estabelecimentos Particulares de Instrução Secundária fossem admitidos todos os anos, no mês de novembro, a Exames Públicos por escrito das matérias requeridas como Preparatórios à admissão nos cursos superiores (OLIVEIRA, 2006, p. 302).

Tais exames destinavam-se menos a fornecer os conhecimentos imediatamente necessários à realização dos cursos superiores, do que a formar e robustecer o espírito mediante o convívio com as humanidades, preparando-o, desse modo, para as lides acadêmicas, como diz Haidar (1972).

Em Sergipe, enquanto as denúncias de fraudes e protecionismo surgiam, os estabelecimentos de ensino secundário, quer públicos, quer particulares, para terem êxito junto à comunidade e serem frequentados pelos que buscavam os cursos superiores, foram se resumindo às disciplinas requeridas pelos Preparatórios, forçando, desse modo, a padronização dos currículos, conforme a exposição de Nunes (1984).

A autora salienta ainda que o ensino secundário decorria em função exclusiva dos Preparatórios que o mantinham dentro de uma estrutura rígida. Com o mesmo entendimento, Souza (1999) destaca que, ao escreverem seus manuais, os professores-autores do Colégio de Pedro II se submeteram aos programas oficiais que ajudaram a confeccionar. Estabelecendo assim, um ciclo vicioso de formação atrelado aos Preparatórios, instituídos por meio do

[...] Regulamento da Instrução Primária e Secundária, baixado com o decreto no. 1331A de 17 de fevereiro de 1854, entre outras importantes providências, criou também na Côrte, junto à Inspetoria Geral, bancas de exames de preparatórios. Instruções especiais regulamentaram minuciosamente a forma de realização de tais provas e a composição das mesas julgadoras com o objetivo de evitar tôda e qualquer fraude. O Bacharelado em Letras pelo Imperial Colégio de Pedro II e as aprovações obtidas nos exames gerais realizados na Capital do Império garantiram a matrícula em qualquer dos cursos superiores, independentemente de novas provas junto às Faculdades (HAIDAR, 1972, p.51).

As críticas formuladas em relação à semelhança entre os conteúdos ministrados no curso secundário e os pontos requeridos nos Exames tornam-se pertinentes na medida em que colocamos estes últimos em confronto com os planos de ensino de instituições como o Colégio de Pedro II¹⁸.

Quanto a esse aspecto, Vechia (2006) afirma que os dezesseis liceus existentes, em 1854 e os vinte, em 1872, eram incentivados a adequar seus planos de estudos e programas de ensino aos do Colégio de Pedro II, bem como a adotar os mesmos livros didáticos, uma vez que os exames preparatórios, na maioria das vezes, deveriam ser realizados segundo os programas e os livros didáticos por ele adotados. Vale ressaltar que essa recomendação nem sempre foi seguida à risca, visto que cada província tinha suas especificidades impostas pelas ingerências sociais.

Nesse cenário, concluir o curso secundário ou ser aprovado nas aulas avulsas possibilitava o ingresso nas academias, que atuavam não só como meio de ascensão

¹⁸ Através da análise do levantamento dos Programas de Ensino do Colégio de Pedro II feitas por Razzini (2000, p.293, anexo I), é possível observar a grande semelhança entre a listagem de conteúdos trabalhados na cadeira de Retórica e Poética, em 1870, no 6º ano, com a lista de pontos para os Exames Preparatórios da Província de Sergipe, no ano de 1874.

intelectual, mas também social, já que ter um diploma em uma sociedade predominantemente iletrada constituía um significativo sinal de distinção.

Alves (2005) observa que, apesar de a legislação determinar a seriação do curso de Humanidades, na prática, muitos alunos optavam pela matrícula em aulas avulsas, o que comprometia severamente o desenvolvimento do ensino secundário. A esse respeito, Haidar (1972) argumenta que as mazelas relacionadas aos Preparatórios decorriam do próprio sistema de exames que incentivava estudos irregulares e desordenados e só secundariamente poderiam atribuir-lhes as imperfeições ocorridas em sua execução.

Por meio de determinação da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, em 24 de dezembro de 1883, foram indicados os pontos a serem abordados nos exames da disciplina Retórica e Poética. De acordo com Nunes (1984), nos Exames Gerais de Preparatórios realizados em Sergipe, no ano de 1883, houve avaliação das seguintes disciplinas: Retórica e Poética, Português, Latim, Inglês, Francês, Geografia, História, Filosofia, Aritmética, Álgebra e Geometria.

Assim, devido à sua estreita relação com os Preparatórios, os estudos secundários se limitavam a reproduzir os programas e pontos determinados pelo Governo para os exames realizados em todo o País. A lista de pontos encontra-se estruturada da seguinte forma:

RHETÓRICA

- 1-Invencio: seu objeto, Argumentos, paixões, Regras de invenção.
- 2-Disposição: Partes do discurso. Suas Regras.
- 3-Elocução: estylo. Qualidades geraes e particulares de estylo.
- 4-Figuras de palavra: Espécie e regras.
- 5-Figuras de pensamento: Espécie e regras.
- 6-Eloquencia política: Seu caráter e regras.
- 7-Eloquencia judiciária: Seu caráter e regras.
- 8-Eloquencia sagrada: Seu caráter e regras.
- 9-Eloquencia acadêmica: Seu caráter e regras.
- 10-Gênero histórico ou narrativo.
- 11- Romance, conto, novela: Seus caracteres e regras.

POÉTICA

- 1-Regras essenciaes de versificação e dos differentes gêneros de poesia.
- 2-Poesia em geral, seus caracteres essenciaes. Diferença entre a linguagem e estylo da poesia e da prosa.
- 3-Versificação em geral: Origem e mecanismo do verso; systema de versificação.
- 4-Genero lyrico: Seu caráter, espécie e regras.
- 5-Genero épico: Seu caráter, espécie e regras.
- 6-Genero Dramático: Seu caráter, espécie e regras.
- 7-Poesia didactica: Seu caráter, espécie e regras.
- 8-Genero epigrammático: Seu caráter, espécies e regras.
- 9-Poesia elegíaca: Seu caráter e regras.
- 10-Poesia pastoral: Seu caráter e regras.

No documento há também uma nota, informando aos candidatos que a matéria da prova escrita seria sorteada. Na prova oral, o candidato seria arguido em ambas as matérias, cabendo uma a cada examinador. Informa-se ainda que o ponto da prova escrita seria excluído do sorteio para a oral. Os conteúdos apresentados nessa listagem possibilitam uma aproximação dos saberes presentes no ensino de Retórica e Poética.

Dessa maneira, empreendemos uma análise dos pontos expressos nessa listagem, tendo em vista o fato de constituírem uma indicação importante dos conteúdos abordados nas aulas da disciplina.

Em linhas gerais, essa lista de pontos sinaliza para uma tentativa de conciliar os conteúdos discursivos aos assuntos relacionados à poesia. A prova oral consistia em uma arguição, prática recorrente no ensino do século XIX. A partir dos dados levantados, é possível inferir que essa estrutura de avaliação pretendia verificar o domínio do conteúdo por parte dos alunos, de forma equânime, tanto do ponto de vista dos assuntos, quanto da expressão oral e escrita.

Tal suposição ganha força, se observamos que o ensino de Retórica e Poética calcava-se na memorização e na exercitação através de composições, recriações e adaptações, como o próprio professor Brício Cardoso mencionou em uma de suas apostilas publicadas no *Jornal do Aracaju*. (CARDOSO, 1874c).

Os pontos exigidos para os exames incluíam os principais elementos da Retórica, tais como as partes do discurso, os tipos de figuras, os tipos de eloquência, conteúdos essenciais da

disciplina presentes em todos os manuais. O segmento designado à Poética também se mostrou alinhado aos temas habitualmente explorados nos programas e compêndios: regras gerais de versificação, características dos gêneros poéticos, versificação, diferença entre prosa e poesia, três gêneros clássicos (lírico, épico e dramático).

Ao que parece, o ensino e os Exames Preparatórios estavam perfeitamente interligados no que diz respeito aos conteúdos. Por esse motivo, concordamos com Chervel (1990), quando este adverte sobre a necessidade de confrontar a legislação oficial aos documentos e materiais oriundos da escola (atas, ofícios, programas e manuais).

Assim, ao confrontarmos a referida lista de pontos aos manuais adotados¹⁹, às informações veiculadas pelo mestre, em suas apostilas, bem como ao programa do Colégio de Pedro II, referente ao 6º ano de 1870, pudemos verificar a similaridade, que só não é total devido à ausência dos seguintes tópicos na lista de pontos dos Preparatórios: as escolas clássica, romântica e realista, a crítica literária e o estudo das concepções de gosto, belo e sublime (SOUZA, 1999; RAZZINI, 2000).

Pois bem, após essa breve exposição dos conteúdos explorados nos Exames Preparatórios, voltamos à análise do cenário em que os mesmos estavam inseridos. Para tanto, apresentamos, inicialmente as considerações de Santos (2005), em relação aos Exames de Preparatórios da Academia de Direito de São Paulo, instituição que, segundo ela, foi pensada desde os primeiros debates para formar a elite dirigente do País.

A valorização dos conhecimentos humanísticos nessa estrutura pode ser confirmada através do modo de os alunos ingressarem nessa instituição; com o advento da Lei de 11 de agosto de 1827, determinou-se, não só a criação das Academias de São Paulo e de Olinda, mas também uma exigência aos estudantes interessados em se matricular nos cursos jurídicos. Deveriam apresentar certidões, a fim de comprovar a idade de quinze anos e a aprovação em Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria. Desse modo, as determinações legais direcionavam os estudos preparatórios para um viés clássico, reafirmando assim, a tendência seguida pelos programas das instituições de ensino.

Os argumentos que respaldavam a exigência das referidas disciplinas figuram nos seguintes artigos: no terceiro, os relativos à Língua Latina e Francesa; no quarto, os concernentes à Retórica; no quinto, menciona-se a Filosofia Racional e Moral; finalizando, no sexto apresentam-se as razões para o estudo da Aritmética e Geometria.

Nessa perspectiva, os conhecimentos da Retórica escolar foram atrelados ao desempenho discursivo em atividades profissionais, principalmente no exercício do Direito:

¹⁹ Refiro-me às *Lições Elementares de Eloquencia Nacional* e às *Lições Elementares de Poética Nacional*.

O argumento em prol da Retórica era por seu estudo ser considerado indispensável aos que se dedicavam à jurisprudência, pois o advogado deveria saber a eloquência de foro (Art.4º). Também foi explicitado que a Retórica seria responsável pela arte do bem falar e do bem escrever, muito necessária aos que se tornassem deputados ou empregados na diplomacia. E, se fosse bem ensinada, por modelos e não por regras, também seria muito útil aos magistrados, porque em seu ofício estes estariam expostos a muitas ocasiões em que seria preciso falar e escrever (SANTOS, 2005, p. 67).

A partir de 1843, o ingresso à Academia se dava por meio da apresentação do título de Bacharel em Letras, obtido através da conclusão do curso secundário no Colégio de Pedro II, que, além de ter seu status elevado, demarcou sua condição de lócus da formação da elite dirigente do País.

Nessa direção, Haidar (1972) pontua que os conhecimentos de caráter essencialmente humanístico exigidos para a matrícula no curso secundário, pouco diferiam dos requeridos para o ingresso nos cursos jurídicos. Ainda segundo ela, a função atribuída aos estudos secundários, encarados no Império, quase exclusivamente, como canais de acesso aos cursos superiores, reduziu-os, de fato, aos Preparatórios exigidos para a matrícula nas Faculdades.

Entretanto, a ausência de seriedade nesses exames comprometeu significativamente, a estrutura do ensino secundário:

A desorganização das Aulas Menores e os desmandos dos professores de tais cursos atuavam como péssimos modelos; as irregularidades de toda a ordem registradas nos exames de preparatórios desencorajavam estudos secundários sérios e perseverantes: uma boa carta de empenho poderia abrir portas muitas vezes fechadas ao mérito e ao saber (HAIDAR, 1972, p. 50).

Na Província de Sergipe, a aprovação nos exames da disciplina Retórica e Poética também constituiu uma das exigências dos Preparatórios. Durante reunião promovida pela Congregação do Atheneu Sergipense, no dia 14 de novembro de 1871, entre as deliberações dos componentes, constam a abertura dos Exames de Preparatórios e a eleição das bancas examinadoras; registrou-se também o exame de diferentes matérias, menos de Retórica e Poética, cadeira cujas aulas ainda não eram ministradas na Instituição²⁰.

Posteriormente, após o ingresso do professor Brício Cardoso no Atheneu Sergipense e o início dos estudos de retórica, abriu-se caminho para a realização dos Exames. Assim, na publicação do dia 14 de novembro de 1874, o *Jornal do Aracaju*, divulgou a lista dos alunos

²⁰ Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916).

inscritos para os Exames Preparatórios daquele ano: José Ricardo Cardoso²¹, José de Aguiar Botto de Barros²² e Melchisedech Mattosalem Cardoso²³.

No informe citado consta a assinatura do secretário dos exames, Severiano Cardoso²⁴, irmão de Melchisedech e de Brício. Já na edição do dia 21 de novembro de 1874, a instrução pública informa a data da realização das provas aos candidatos inscritos.

É importante destacar que, tanto José Ricardo quanto Melchisedech, atuaram na Imprensa, tendo suas publicações veiculadas no jornal estudantil *O Porvir*. Por meio de crônicas, sonetos e artigos, além de colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas aulas de Retórica e Poética, atividade incentivada pelo professor Brício, conforme indicam Gally (2004) e Vidal (2009), os alunos expunham suas concepções acerca de temáticas sociais, políticas e literárias.

No *Jornal do Aracaju* do dia 24 de janeiro de 1877, a instrução pública de Sergipe comunicou “as inscrições dos examinados no dia 03 e encerram-se á 15 de novembro, prefixado por acto de 27 de outubro. Inscreveram-se em: Portuguez- 48, Latim-33, Francez-39, Inglez-24, Rhetórica-16, Geographia-33, História-25, Philosophia-38, Aritmética-49, Álgebra-32 e Geometria-47”.

Dos inscritos em Retórica, apenas um não compareceu; um aluno foi aprovado com distinção, dois plenamente e doze simplesmente. Na composição da Banca Examinadora geralmente figuravam os professores do Atheneu Sergipense responsáveis pelas cadeiras de Retórica e Poética, Português ou Latim. Nesse período, atuar como examinador propiciava uma sensível elevação no status dos que exerciam tal função:

Ser nomeado examinador dos preparatórios significava quase sempre ter poder frente ao clientelismo e, às vezes, ter sucesso financeiro como professor particular ou como professor de escolas privadas, as quais usavam tal contratação como “chamariz”. O

²¹ O aluno foi um dos redatores de *O Porvir*, jornal literário e recreativo, publicado por alunos do Atheneu Sergipense. Em 1874, divulgou crônicas e artigos, nas edições de 09 de agosto, 14 de agosto, 30 de agosto, 13 de setembro e 20 de setembro.

²² Filho do Tenente Coronel João de Aguiar Boto de Barros e D. Helena Accioli de A. Barros, nasceu a 4 de outubro de 1855 no engenho Aguiar, município de São Cristóvão, e faleceu no dia 11 de setembro de 1896 em Maroim. Foi estudante do Atheneu Sergipense e tendo feito o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade do Recife, recebeu o grau de Bacharel em 1879. Foi deputado provincial (1880-1881) e Inspetor geral do Ensino público na corte (GUARANÁ, Armindo. Dicionário Bio-bibliográfico sergipano, 1925, p.157).

²³ Filho de Joaquim Maurício Cardoso e Joanna Baptista de Azevedo Cardoso, nasceu em Estância no dia 23 de junho de 1860. Irmão de Brício Cardoso. Formado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, em 1881. Foi Promotor Público, Juiz Municipal, Juiz de Direito e Desembargador (GUARANÁ, 1925, p.230).

²⁴ Nasceu em Estância, no dia 14 de março de 1840 e faleceu em Aracaju no dia 2 de outubro de 1907. Fundou e redigiu alguns jornais, em colaboração com o irmão Brício: *Fênix* (1870), *Jornal dos Caixeiros* (1870), *Gazeta de Aracaju* (1870), *Folha de Sergipe* (1890), *O Estado de Sergipe* (1906). Foi lente das cadeiras de Italiano, Aritmética e Lógica na Escola Normal e de Literatura e Lógica no Atheneu Sergipense (GUARANÁ, 1925, p.485-486).

prestígio era crescente se o professor-examinador estivesse próximo ao poder central, cujo ápice era fazer parte do seletor corpo docente do Colégio Pedro II (RAZZINI, 2000, p. 27).

Em 1875, por meio do artigo 2º da resolução provincial, o Regulamento da Instrução Pública determinou a alteração do nome da disciplina “Rethórica e Poética”; este passou a ser denominada “Rhetórica e Poética e Litteratura Nacional”. Tal modificação reflete mais do que um simples acréscimo de palavras, pois indica a inserção da produção literária brasileira no quadro das Humanidades de forma mais evidente.

De acordo com o Relatório elaborado por Antônio Passos Miranda, no ano de 1875, 4 alunos foram matriculados na cadeira de Retórica e todos frequentaram as aulas (SERGIPE, 1875). Em 1876, houve um expressivo acréscimo na matrícula. Conforme Relatório do Dr. João Ferreira Araújo Pinho, 11 alunos foram matriculados na disciplina e todos frequentaram as aulas (SERGIPE, 1876). Já no Relatório (SERGIPE, 1877) entregue no início do ano seguinte, consta a seguinte informação: 16 alunos inscreveram-se para os Exames de Preparatórios de Retórica, no ano anterior, entre os quais 15 compareceram, sendo 1 aprovado com distinção, 2 plenamente e 12 simplesmente²⁵.

Nunes (1984) informa que, em 1886, o Decreto de no. 9647, de 2 de outubro, do Barão de Mamoré, buscou regulamentar os Preparatórios, estabelecendo uma só época para realização, a fim de evitar as migrações dos candidatos em busca dos exames mais fáceis. A autora afirma ainda que, a despeito das tentativas de reformas, a estrutura humanista e literária dos Preparatórios sofreu poucas alterações, desde sua criação em 1854.

O Regulamento de 9 de janeiro de 1877 informa que a disciplina Retórica e Poética e Literatura Nacional foi incluída no rol das cadeiras ministradas no 5º ano do curso de Humanidades. De acordo com Alves (2005), o ensino secundário sergipano foi reformulado pelo Regulamento de 4 de julho de 1881, convertendo o Atheneu em Liceu Sergipense e estruturando um curso seriado de seis anos.

Obviamente, a organização das cadeiras também foi alterada. A cadeira “Gramática Geral e Filosófica” passou a abranger, no terceiro ano, a Retórica e a Poética e, no quarto, os “Elementos de Literatura nacional”. Essa denominação permaneceu até 1890, ano em que se deu a separação entre Literatura Nacional e Retórica e Poética, quando a primeira foi

²⁵ Conforme o Estatuto do Atheneu Sergipense (1870) “para ter aprovação com distinção basta que o candidato ou examinando obtenha dos examinadores um ou dois D.D., para ter aprovação plena era preciso que o examinado obtivesse três A.A. na votação e por fim, para ter aprovação simples era preciso que um R. aparecesse no escrutínio”.

incorporada à cadeira de Língua Portuguesa, passando a denominar-se Língua e Literatura Nacional, por meio do Decreto de 14 de março de 1890²⁶.

Através do Decreto de no. 30, de 14 de março de 1890, determinou-se que, à medida que as cadeiras vagassem poder-se-ia reunir a cadeira de Retórica e Poética à da Língua Nacional, bem como a cadeira de Geometria e Trigonometria à de Arithmética e Álgebra, recebendo a denominação de cadeira de “Mathematicas Elementares”; a de História Geral à de Geographia e Cosmographia. Tal quadro configurou o interesse do Governo em reduzir os gastos por meio da integração de cadeiras pertencentes a áreas afins²⁷.

Embora tenha sido removido para a cadeira de Gramática Filosófica, em 22 de março de 1878, ao que parece, o professor Brício manteve-se ligado ao ensino de Retórica e Poética, uma vez que não identificamos, nos documentos analisados, nenhum dado relacionado à posse de outro professor para a referida cadeira; isso faz-nos supor que as aulas continuaram a ser ministradas por ele²⁸. O fato de as cadeiras terem sido anexadas três anos depois, em 1881, reforça a suspeita de que ele acumulou as funções de professor de Retórica e de Gramática no Atheneu Sergipense.

Um ano depois, na sessão da Congregação do Atheneu Sergipense, ocorrida no dia 03 de novembro de 1882, o professor ofereceu-se para gratuitamente exercer a função de examinador da disciplina, confirmando seu interesse em participar da banca, possivelmente devido ao status angariado por seus componentes. Há também uma declaração assinada por Brício Cardoso, no pedido para deferimento de inscrição no livro de exame de Retórica de Sérgio Martins Fontes²⁹, em 22 de outubro de 1889; já no dia 23 do mesmo mês, temos a guia de inscrição do aluno Manoel Curvello de Mendonça³⁰.

Entre o material consultado no arquivo do Atheneu Sergipense, constam solicitações encaminhadas pelos seguintes estudantes: Laudelino de Oliveira Freire, João Moreira Cezar Barroso e Álvaro Ribeiro Siqueira Maciel; em todas as solicitações consta a assinatura do professor Brício Cardoso³¹.

²⁶ As variadas alterações na denominação da cadeira de Português do Atheneu Sergipense foram analisadas por Alves (2005), através de um quadro elaborado a partir dos Planos de Estudos da Instituição (1871-1908).

²⁷ Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835-1889).

²⁸ Registro no Livro de Atas da Congregação (1871-1916).

²⁹ Até o momento de elaboração deste texto, não foram localizadas maiores informações sobre este candidato.

³⁰ Manuel Curvello de Mendonça, Bacharel. Nasceu em 29 de julho de 1870, no Engenho de Quintas, município de Riachuelo e faleceu em Laranjeiras no dia 17 de setembro de 1914. Estudou os Preparatórios em Laranjeiras e Aracaju; após a conclusão do curso, viajou para Recife, onde recebeu o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em dezembro de 1892. Atuou no Magistério e na Imprensa. (GUARANÁ, 1925, p.206).

³¹ Laudelino de Oliveira Freire: nasceu no dia 26 de janeiro de 1873, na cidade de Lagarto. Filho de Felisbello de Oliveira Freire e Rosa de Araújo G. Freire. Iniciou os Estudos Preparatórios no Liceu Laranjeirense e os concluiu na Escola Militar no Rio de Janeiro. Diplomou-se em 1895, em Ciências Sociais, na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, formando-se em 1902, em Ciências Jurídicas. Exerceu o magistério e advocacia; foi professor

Em 1890³², o nome de Brício Cardoso figura como examinador de Retórica e Poética em documento³³ encaminhado à Delegacia Especial da Instrução Pública pelo aluno João Esteves da Silveira³⁴, solicitando autorização para inscrever-se nos Exames de Preparatórios da cadeira; na parte inferior do mesmo documento, é possível visualizar a assinatura do professor Brício Cardoso, atestando a habilitação do estudante para prestar o Exame de Retórica. Essa informação constitui um indício de que esses estudantes cursaram Retórica e Poética no Atheneu Sergipense, seja de forma avulsa ou seriada, tendo Brício Cardoso como mestre.

As solicitações para inscrição em cadeiras avulsas no ensino secundário eram frequentes; entre as localizadas, destacamos a do aluno Norberto Mattos Fontes, que pediu para se inscrever nas aulas de Retórica e Filosofia do Atheneu Sergipense, tal informação foi veiculada em edital da Instrução Pública publicado no Jornal *O Republicano*, em 16 de agosto de 1890.

A análise da trajetória de alguns alunos de Retórica e Poética João Esteves da Silveira, Laudelino Freire, Manuel Curvello de Mendonça, José de Aguiar Botto de Barros e Melchisedech Mattosalem Cardoso, indica que todos se formaram em Ciências Jurídicas e se tornaram bacharéis, título bastante valorizado na época.

Carvalho (2001) discorre sobre a natureza retórica do povo brasileiro e afirma que uma consequência do prestígio da palavra escrita, da crença mágica no poder das ideias seria o bacharelismo, a fascinação pelo título de Doutor. Esse traço da nossa identidade cultural adequou-se ao status amealhado pela Ciência Jurídica no período em questão. O prestígio das

catedrático do Colégio Militar e advogado no Rio de Janeiro. Atuou também na Imprensa. (GUARANÁ, 1925, p. 193).

No Guia de número 73 (ATHENEU SERGIPENSE, 1889). Não localizamos maiores informações sobre este candidato.

Álvaro Ribeiro Siqueira Maciel: guia de número 6. Nasceu em 24 de janeiro de 1868 e faleceu em 05 de fevereiro de 1904. Filho de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel e de Márcia Leopoldina Souza Maciel (DANTAS, 2009, p.450).

³² Em edição publicada no dia 20 de novembro de 1890, pelo jornal *O Republicano*, consta a seguinte lista de alunos que realizaram os exames de Retórica: 1ª turma: Luiz Pitombo Filho- plenamente, Chalcídio Rabello Leite-plenamente, José Luiz da Silva Tavares- simplesmente e Emil Ettinger- simplesmente. Já na publicação do dia 29, do mesmo mês, consta uma 2ª turma assim composta: José Fernandes de Barros, Deodato da Silva Maia Júnior e Joaquim Ludovice Fontes, todos aprovados plenamente. E, finalmente, no dia 11 de dezembro, publicouse o resultado dos Exames Gerais de Preparatórios procedidos em 1890. Informa-se que houve 10 inscrições para Retórica; 5 candidatos foram aprovados plenamente, 2 simplesmente, 1 reprovado e 2 não compareceram. O edital é assinado por José Thomé Pereira, auxiliar da delegacia especial do Estado de Sergipe para os Exames.

³³ Para realizar os Exames de Preparatórios, o aluno, além de apresentar uma declaração assinada pelo professor da disciplina, confirmando sua habilitação para realizar a prova, deveria também conforme o art.2º, da Lei n.131, de agosto de 1888, preencher uma guia e pagar imposto no valor de três mil cento e cinquenta reis.

³⁴ Filho do Comendador Ernesto Esteves da Silveira e D. Maria Benvinda da Silveira, nasceu em Estância a 20 de outubro de 1868. Estudou Humanidades na capital da Bahia. Tornou-se Bacharel. Foi secretário do Atheneu Sergipense e Promotor Público de Estância, diretor do Grupo Siqueira de Menezes e membro efetivo do Conselho Superior de Instrução Pública (GUARANÁ, 1925, p.193).

letras associado à formação humanista fez com que muitos profissionais formados nas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia também se envolvessem com a criação literária:

[...] o espírito e as tendências literárias, herdadas da cultura colonial, persistem por todo o século XIX, infiltrando-se nos quadros profissionais, e de tal modo que bacharéis, médicos e, em parte, engenheiros parece não se contentarem com o diploma e a profissão, sem os ornarem com o prestígio das letras. A aliança se fez desde cedo entre o bacharel e o letrado; e, se o bacharel, cuja cultura se aplica na construção jurídica e política da nação, predomina entre as categorias de profissionais então existentes, não será apenas pela função social realmente importante que lhe reserva o país em fase de organização, como por sua formação mais literária e livresca do que a dos outros tipos profissionais, preparados em escolas superiores (AZEVEDO, 1986, p. 204).

Com base em estudo desenvolvido sobre a vida intelectual brasileira, no período compreendido entre 1870-1930, Machado Neto (1973) mostra que, num universo de duzentos intelectuais estudados, nada menos do que cento e cinco são bacharéis em Direito ou cursaram alguma série do curso jurídico. Esse fato justifica a expressão “país de bacharéis”, ironicamente cunhada por Olavo Bilac, quando as faculdades de Direito foram criadas no Rio de Janeiro. Já Veiga (2007) pontua que, final do século XIX, entre as poucas opções de estudos superiores disponíveis havia grande concentração na formação jurídica.

A grande incidência de bacharéis no período deveu-se ainda à necessidade de atender à demanda do incipiente Estado-Nação, cujos postos burocráticos e políticos aguardavam preenchimento. Adorno (1988, p.78) assevera que “o Estado brasileiro erigiu-se como um Estado de magistrados”, cabendo às Academias de Direito preparar as elites condutoras da Nação. O autor também argumenta sobre a importância do bacharel no cenário intelectual do século XIX:

(...) que se desenvolveu às expensas de uma vida acadêmica controvertida, agitada e heterogênea, constituída nos interiores dos institutos e associações acadêmicos, que teve no jornalismo seu mais eficaz instrumento de luta e tornou viável a emergência de uma ética jurídica liberal, defensora das liberdades e da vigília permanente da sociedade. As Academias de Direito fomentaram um tipo de intelectual produtor de um saber sobre a nação, saber que avançou sobre outros objetos de saber (ADORNO, 1988, p. 79).

Os indícios mencionados sinalizam a propensão da intelectualidade sergipana para a atuação no meio jurídico, o que nos remete à interligação entre os tipos de capitais no processo de manutenção de determinado grupo social³⁵:

[...] a reprodução do capital social também é tributária do trabalho de sociabilidade, série contínua de trocas onde se afirma e se reafirma incessantemente o

³⁵ Questão também verificada na pesquisa sobre a formação intelectual da elite sergipana empreendida por SILVA (2004).

reconhecimento e que supõe, além de uma competência específica (conhecimento das relações genealógicas e das ligações reais e a arte de utilizá-las, etc.) e de uma disposição adquirida para obter e manter essa competência, um dispêndio constante de tempo e esforços (que têm seu equivalente em capital econômico) e também, muito frequentemente, de capital econômico. O rendimento desse trabalho de acumulação e manutenção do capital social é tanto maior quanto mais importante for esse capital, sendo que o limite é representado pelos detentores de um capital social herdado, simbolizado por um sobrenome importante, que não têm que “relacionar-se” com todos os seus “conhecidos”, que são conhecidos por mais pessoas do que as que conhecem e que, sendo procurados por seu capital social, e tendo valor porque “conhecidos”, estão em condição de transformar todas as relações circunstanciais em ligações duráveis (BOURDIEU, 2008, p. 69).

Os dados levantados durante esta pesquisa levam à percepção de que, tanto o professor Brício Cardoso, quanto seus alunos da cadeira de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense pertenciam a uma rede de sociabilidade que lhes permitiu, não só o acesso à educação, mas também a obtenção e criação de obras literárias, a publicação de trabalhos em jornais, o ingresso nas academias superiores, além da nítida elevação do seu capital social através dos conhecimentos obtidos por meio da formação clássica³⁶.

Tendo em vista a relação estabelecida pelo controle dos bens materiais, que propiciavam o custeio de variadas despesas, tais como a realização de cursos em outras províncias, os pagamentos de taxas de matrícula e de inscrição em Exames de Preparatórios, enxovais, compra de material didático, é possível verificar que o acesso aos bens culturais e ao meio acadêmico acabava se restringindo, com raras exceções, a alunos provenientes das famílias detentoras de recursos suficientes para suprir os gastos com a educação. Assim, estabelecia-se uma estreita relação entre o aumento do capital social e os investimentos direcionados à obtenção do diploma. Nessa perspectiva, as habilidades discursivas e o domínio das belas letras constituíram traços significativos de destaque no âmbito social.

2.5 A Eloquência Silenciada: a Extinção da Cadeira de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense

A ascensão ou o declínio de uma disciplina resulta de um processo complexo que envolve aspectos internos e externos. Os conteúdos relacionados à oratória e aos gêneros literários permaneceram em evidência durante grande parte do século XIX, mas tiveram sua

³⁶ Dentre os alunos de Retórica e Poética envolvidos em atividades literárias, destacamos Serafim Santiago, que nasceu em São Cristóvão, em 04 de janeiro de 1859 e faleceu no mesmo Município, em 01 de setembro de 1932. Santiago exerceu a função de funcionário público e atuou como memorialista, ao registrar os calendários de festividades e eventos religiosos da sua cidade natal (SANTIAGO, 2009).

hegemonia abalada, devido à convergência destes fatores: os objetivos didáticos da disciplina, seu distanciamento em relação ao Romantismo e a vitória do projeto nacionalista, elementos preponderantes na redução do interesse pelo estudo da Retórica.

O enfraquecimento do sistema retórico, de acordo com Brandão (1988a), só foi possível à medida que, desenvolvendo mais alguns setores (a elocução, por exemplo) e abandonando outros (as provas, a argumentação, a ação, a memória, por exemplo), perdeu a coesão interna e, conseqüentemente, sua sustentação. Tal desequilíbrio pode ter favorecido a ação dos fatores externos na derrocada da Retórica, considerada por muitos como um arsenal de figuras e tropos utilizados na construção do discurso ornamental.

Como já vimos, a análise das transformações de um saber escolar não obedece a uma linearidade lógica, mas resulta de uma série de determinantes que podem assumir características específicas em cada espaço social e em cada período. Assim, é importante ressaltar que, não só a cadeira Retórica e Poética perdeu espaço no cenário educacional brasileiro, mas também todo o modelo pedagógico no qual a disciplina estava inserida; após a Proclamação da República, houve um esforço para “modernizar” o ensino brasileiro, tornando-o mais científico, comprometido com a Nação e menos clássico e livresco, tal como observa Razzini (2000).

Desse modo, cadeiras como Latim e Retórica e Poética progressivamente foram perdendo espaço no ensino secundário nacional, dando vez ao ensino do Português e da Literatura Nacional. Mas, a despeito do seu afastamento em relação à retórica, o historicismo literário formou seu programa a partir da incorporação de elementos tomados de empréstimo da sua antecessora, circunstância que, segundo Souza (1999), pode ser atribuída à formação retórica dos historiadores.

Um dos fatores para a derrocada da Retórica foi a defasagem entre a realidade social e o modelo educativo do final do século XIX, período em que se propunha a substituição do ensino humanista por um ensino de ordem mais prática; nesse último, os conteúdos clássicos não detinham importância, embora suas contribuições ainda se fizessem notar através da permanência de alguns assuntos como o estudo dos gêneros e a ênfase na composição. No Atheneu Sergipense, tal permanência pode ser verificada através das apostilas de Gramática, publicadas pelo professor Brício Cardoso, após sua transferência para a cadeira de Gramática Filosófica na Instituição.

Também merece destaque o fato de a relação entre o ensino secundário e os exames preparatórios interferir no espaço dedicado à Retórica, nos programas escolares; como declara Razzini:

Até 1889 a literatura e a história literária eram sub-ítens das aulas de retórica e poética, disciplina que vinha declinando no currículo secundário, mas que devia sua sobrevivência (até 1890) aos exames preparatórios para as concorridas faculdades de Direito, que exigiam o exame de retórica. A partir das Instruções de 11 de outubro de 1891, que deliberavam sobre os exames preparatórios (aprovadas pelo decreto 668, de 14 de novembro de 1891), as disciplinas que haviam sido eliminadas do currículo secundário no ano anterior (retórica e filosofia), saíram também dos exames preparatórios (RAZZINI, 2000, p. 90).

Em Sergipe, o quadro não diferia dos demais Estados; havia interesse na modernização do ensino, na perda do status da disciplina, por conta da sua eliminação dos exames preparatórios, além da pressão pela redução das despesas públicas. Exemplo disso foi o ofício enviado, no dia 25 de agosto de 1890, pelo Governador Augusto Cesar da Silva, que solicitou a redução dos gastos com educação, devido às dificuldades financeiras, informações sobre a frequência nas cadeiras e um parecer sobre o estado geral do serviço ao Diretor da Instrução Pública de Sergipe (1890a).

Esse foi o cenário no qual a Retórica e Poética foi oficialmente suprimida do ensino sergipano:

O Governo do Estado, tendo em vista a authorisação que lhe confere o art.187 do Regimento de 14 de março de 1890 de diminuir o numero das cadeiras do Atheneu; e considerando que n' aquelle estabelecimento são ensinadas diversas disciplinas de carácter puramente litterario, sem utilidade pratica na vida social, além de outras cujo ensino se torna illusório pela falta dos apparatus e instrumentos de experimentação. Considerando que a situação actual das rendas públicas aconselha a supressão de despesas luxurias, visto como a direcção hodierna dos processos de instrucção tende para eliminar o ensino clássico e dar-lhe por succedaneo o ensino profissional.
³⁷(Decreto 4 de 6 de agosto de 1891).

O artigo 1º do referido decreto determinou a supressão das seguintes cadeiras: Língua e Literatura Latina; Língua e Literatura Alemã; Ciências Físicas e Naturais; História Geral e Retórica e Poética. A alegação utilizada para a eliminação das disciplinas alinhava-se à concepção vigente no período, no sentido de que o ensino secundário deveria ter uma base científica e utilitária. Nessa direção, convém ressaltar a reforma de Benjamin Constant (Decreto 881, de 8 de novembro de 1890 e Decreto 1.075, de 22 de novembro de 1890), que tem como principais proposições:

Organizar sistematicamente o ensino secundário, acabando com o chamado curso de preparatórios e fazendo do antigo Colégio de Pedro II, que estivera até então isolado no nosso sistema de ensino público, o estabelecimento modelo para a distribuição desse ensino, encarregando-o mesmo tempo de aferir do valor dos estudos feitos fora dele; Extinguir a errada preocupação do fim prático dos estudos secundários que nos fazia exigir tais matérias de preferênciã a tais outras para a matrícula neste ou naquele curso superior, requerendo o mesmo preparo intelectual dos candidatos a uma especialidade qualquer, Medicina, Direito ou Engenharia (VERÍSSIMO, 1985, p. 18).

³⁷ Compilação das Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe (Do início da República ao ano de 1898). (SERGIPE, 1899).

Conforme o novo plano de estudos proposto por Benjamin Constant, o curso secundário deveria ser desenvolvido em sete anos, tendo como eixo a ordem lógica de classificação das ciências fundamentais propostas por Augusto Comte. Vechia (2006) expõe que, paralelamente a esse eixo, dispunha-se o estudo das línguas modernas, do Grego e do Latim, da Geografia e da História, do Desenho, da Ginástica e da Música, tornando-o enciclopédico. Embora os princípios dessa Reforma não tenham sido concretizados em sua totalidade, cabe sublinhar que, entre as suas marcas, figuram o fortalecimento dos valores cívicos e a tentativa de implantar uma instrução de caráter científico e profissionalizante.

Vale ressaltar que as alterações no espaço escolar não ocorrem de modo pacífico, pelo contrário, surgem tensões entre o sistema educacional e as recomendações oficiais. Assim, a mediação entre os interesses sociais e os da escola acaba determinando os saberes que devem ou não ser transmitidos em sala de aula. Se, como afirma Goodson (1998), as disciplinas escolares passam por uma sequência de estágios, é possível afirmar que a Retórica e Poética cumpriu notavelmente o seu ciclo, afirmando-se como um sistema de aprendizagem teórica e prática que estimulava nos alunos o desenvolvimento de competências, na arte da comunicação oral e escrita, além do contato com a literatura clássica.

Situada no interior das Humanidades, a Retórica constituiu mais do que uma forma mecânica de comunicação por meio de preceitos; tornou-se um dos elementos distintivos da cultura nacional, ministrada nos liceus e atheneus que atuaram como redutos da educação literária. Embora tenha representado para muitos, apenas a habilidosa manipulação da linguagem, em prol de discursos pomposos e vazios, o estudo da argumentação exerceu profunda influência em diversas áreas, como o Direito, a Filosofia e a Literatura.

Atuou como elemento de poder e interação social e, devido à sua circunscrição entre os limites da arte e da ciência, a Retórica lançou suas bases em todos os setores em que o uso da palavra, visando ao convencimento e à mobilização, fez-se presente.

3 OS MANUAIS UTILIZADOS PARA O ENSINO DE RETÓRICA E POÉTICA NO ATHENEU SERGIPENSE: ferramentas da formação erudita

Isto mesmo, sem um bom mestre, sem perseverante aplicação, sem muito, e continuado exercício de escrever, de ler, de falar, por si só de nada aproveitará.
Quintiliano (1840)

Seguramente, os manuais didáticos, em conjunção com outros dispositivos educacionais, exercem fundamental importância no processo de transmissão do conhecimento. Em consonância com as finalidades atribuídas à educação, os compêndios atuaram como auxiliares e elementos constituintes do processo de inculcação de valores à juventude. Desse modo, ao serem confrontados aos planos de estudos, regulamentos e estatutos escolares, podem oferecer uma visão mais ampla acerca dos conteúdos transmitidos.

Sob tal perspectiva, o livro didático será analisado, a partir do escopo teórico de autores que o consideram como um objeto material, diferente de outros tipos de escritos, cuja coerência e completude resultam de uma intenção intelectual ou estética, consoante Chartier (2002).

As denominações utilizadas em relação aos textos de orientação didática variam, apesar do termo compêndio ter sido o mais utilizado, como indica Souza (1999); termos como “Lições”, “Manual”, “Postilas”, “Tratados”, também estiveram em cena. Outra expressão recorrente, no século XIX são as “Seletas”, destinadas a divulgar trechos extraídos de bons autores, no propósito de apurar o estilo dos alunos. Quanto à organização dos compêndios, Brandão verifica que havia uma semelhança na estrutura:

O plano de estudo desses manuais resumia-se a uma parte introdutória dedicada aos problemas gerais, a distinção entre eloquência, os atributos do orador, considerações sobre a dignidade do homem enquanto ser falante, etc. Depois vinham as divisões técnicas da eloquência: demonstrativa, deliberativa, judiciária, classificação herdada dos Antigos. Mas os nossos manuais enumeravam também outras formas conhecidas na época: eloquência de foro, do púlpito, política, militar, acadêmica, didática, os elogios fúnebres, até a história e o romance (BRANDÃO, 1988a, p. 43).

Após a Retórica, estudava-se a Poética, conforme a proposição de Luís Antônio Verney (1991) que afirmava: “só depois da Retórica se deve tratar da Poesia, a qual nada mais é que uma eloquência ornada”. Tal ordem também era seguida, nos programas de ensino do Colégio de Pedro II e nas listas de pontos para os Exames de Preparatórios em Sergipe.

De acordo com as manifestações do professor Brício Cardoso, em seu discurso de posse e na apostila de eloquência, a ênfase e as atenções recaíam nos estudos da arte do bem dizer. Em uma de suas apostilas de Gramática, intitulou-se como lente de Retórica ou professor de eloquência, mesmo antes de assumir a cadeira (CARDOSO, 1874c).

Choppin (2004) afirma que, após terem sido negligenciadas, por longo tempo, as pesquisas históricas referentes aos livros didáticos e, posteriormente, às edições escolares, tiveram, desde os anos 1960 e, sobretudo, nos últimos vinte anos, um considerável impulso. Os manuais constituem fontes privilegiadas, na medida em que revelam práticas e processos

de configuração das disciplinas, evidenciando saberes considerados válidos, em um momento específico, para o ensino de determinada matéria, cadeira ou organização curricular:

Fazer a história do manual escolar é indagar da gênese, natureza e significação mais profundas do saber e do conhecimento: é indagar da materialidade e da significação e da significação dos livros como texto, enquanto ordem (suporte e unidade) do saber e do conhecimento, é indagar do livro como discurso (configuração, forma/estrutura). Especialização, autoria, é por fim, indagar do saber como conhecimento e do conhecimento como informação (MAGALHÃES, 2006, p. 5).

Considerando que as disciplinas escolares são mais do que combinações de saberes e métodos pedagógicos, segundo Chervel (1990), cabe ao historiador das disciplinas escolares buscar nos compêndios elementos que o auxiliem a encontrar respostas para as suas inquietações de pesquisa- Que conteúdos foram efetivamente ensinados? Que saberes eram considerados válidos para a aprovação do aluno? Que obras figuravam nos exemplos? Que tipo de exercícios eram aplicados no ensino da disciplina?

Tais dúvidas podem não ser inteiramente elucidadas por meio da análise dos manuais didáticos, porém o contato com esse material certamente nos fornecerá indícios pertinentes:

Cada época produziu sobre a sua escola, sobre suas redes educacionais, sobre os problemas pedagógicos, uma literatura frequentemente abundante: relatórios de inspeção, projetos de reforma, artigos ou manuais de didática, prefácios de manuais, polêmicas diversas, relatórios de presidentes de bancas, debates parlamentares, etc. É essa literatura que, ao menos tanto quanto os programas oficiais, esclarecia os mestres sobre sua função e que hoje dá a chave do problema (CHERVEL, 1990, p.191).

Em que pesem as dificuldades de conservação da memória, sobretudo em relação aos fatos e objetos relacionados à educação, é possível verificar o crescente interesse dos historiadores da educação pelos manuais didáticos, fato evidenciado pelo expressivo número de trabalhos que utilizaram este tipo de material como fonte de pesquisa, buscando verificar o papel exercido por ele no espaço escolar:

As disciplinas escolares foram estruturadas com a mediação de diversos dispositivos materiais e simbólicos como os programas, as finalidades, aulas e seus horários, as preleções dos professores, os exames, os diversos materiais de ensino. Desse conjunto sobressaem, particularmente pela força de uma tradição instituída e consolidada, o papel exercido pelos livros didáticos. Os compêndios, termo utilizado no século XIX, foram desde o começo instrumentos fundamentais no conjunto dos dispositivos da forma escolar secundária em formação no Brasil e foram escritos principalmente por professores (GASPARELLO, 2006, p. 3).

No âmbito do ensino de Retórica e Poética, os manuais atuaram como elementos difusores da tradição, exemplificada em excertos de Virgílio, Cícero, Homero, Camões, entre outros, cuja apropriação por meio da leitura inculca nos alunos as regras e os preceitos necessários ao domínio das belas letras.

Através da análise dos manuais de Retórica e Poética e de alguns escritos do professor Brício Cardoso, tornou-se possível identificar a permanência de determinadas práticas remanescentes do sistema de ensino proposto no *Ratio Studiorum*, que, segundo Fernandes (2006), estimulava a escrita sob a forma de imitações, traduções, versões, composições transposição de verso em prosa e vice-versa. Para tanto, a utilização de textos considerados canônicos era de suma importância.

Dessa maneira, para se adequarem à estrutura pedagógica vigente no ensino secundário do século XIX, convinha aos autores dos compêndios conservar uma estrutura similar aos dos seus congêneres, além de traduzir, com autoridade, os saberes considerados legítimos no domínio literário:

A simples leitura dos nossos manuais de retórica do século passado basta para que se percebam alguns traços marcantes que, com pequenas diferenças caracterizam todo o conjunto. Apresentam eles uma estrutura vasada nos processos de definição e de repetição, instrumentos pedagógicos considerados ideais, pois satisfazem a dois pressupostos básicos do ensino da época: a positividade dos princípios, o que lhes “conferia” existência e autoridade; e a saturação da informação, o que lhe “garantia” permanência e comunicação (BRANDÃO, 1988a, p. 45).

A repetição também constituía uma das marcas dos manuais de Retórica publicados no Período Imperial, vinculada à própria tradição do gênero voltado à memorização, desde as suas origens. Souza (1999) acentua, que no século XIX, ainda se verifica a renúncia a qualquer pretensão de originalidade; isso pode ser verificado a partir dos próprios títulos das obras que utilizavam com frequência complementos, como extraídos de ou retirados de.

Para além da função de auxiliar didático, os manuais serviram também como meio de legitimação dos seus autores, no campo cultural, tendo em vista o fato de muitos professores serem autores de manuais, tratados e apostilas. O fato de terem suas obras adotadas em instituições de renome constituía uma consagração, tanto do ponto de vista profissional, quanto social, para os professores-autores. Situação semelhante ocorreu na Província de Sergipe, onde o professor Brício Cardoso publicou seu *Tratado da Língua Vernácula*, além de diversas apostilas e artigos em periódicos locais.

No capítulo 8º, artigo 48º, do primeiro Estatuto do Atheneu Sergipense, no ano de 1871, os seguintes compêndios são indicados para o ensino de Retórica e Poética: *Elementos*

de Eloquência Nacional e Poética de Francisco Freire de Carvalho; Andrieux, Lucena-*A Vida do Padre Francisco Xavier e Virgílio Brasileiro*, de Manoel Odorico Mendes³⁸.

É possível verificar que há uma disparidade entre o título das obras no estatuto e as obras localizadas. No documento, consta a palavra Elementos; já nos autores consultados e na produção de Freire de Carvalho, os manuais são intitulados como *Lições Elementares de Eloquencia Nacional e Lições Elementares de Poética Nacional*. A associação entre as denominações fez-nos concluir que se trata dos mesmos compêndios.

Durante a pesquisa, registramos omissões em relação aos manuais adotados para o ensino de Retórica e Poética. Nas atas, informa-se que os compêndios adotados seriam os mesmos do ano anterior e, quando as obras eram nomeadas, informações como nome completo do autor, edição, editora e ano de publicação não apareciam integralmente. De acordo com Alves (2008), tal omissão pode ser atribuída ao fato de os livros serem amplamente conhecidos no agrupamento social em que seriam adotados.

Optamos pela análise das obras de Freire de Carvalho, por abordarem os dois ramos da cadeira, pela expressividade das obras, em Portugal e no Brasil, além de também terem sido utilizadas no Colégio de Pedro II, com aspectos que denotam a adequação dessas obras às finalidades de ensino da disciplina³⁹. (SOUZA, 1999). De acordo com Andrade (1999), o diálogo do “colégio-padrão” com as outras escolas do Município da Corte e das províncias, além da adoção de seus programas de ensino, foi feito também através da opção por seus livros didáticos.

³⁸ No programa de ensino do Colégio de Pedro II, no ano de 1865, consta a indicação dos seguintes livros: Retórica: Freire de Carvalho, *Lições Elementares de Eloquência Nacional*; Lucena, *História da Vida do Padre Francisco de Xavier*; Poética: Francisco Freire de Carvalho, *Lições Elementares de Poética Nacional*; Manuel Odorico Mendes, *Virgílio Brasileiro*.

³⁹ As *Lições Elementares de Eloquência Nacional* foram utilizadas no Colégio de Pedro II, já as *Lições Elementares de Poética* em 1858, 1860, 1862, 1863 e 1865.

3.1 Lições Elementares de Eloquência Nacional

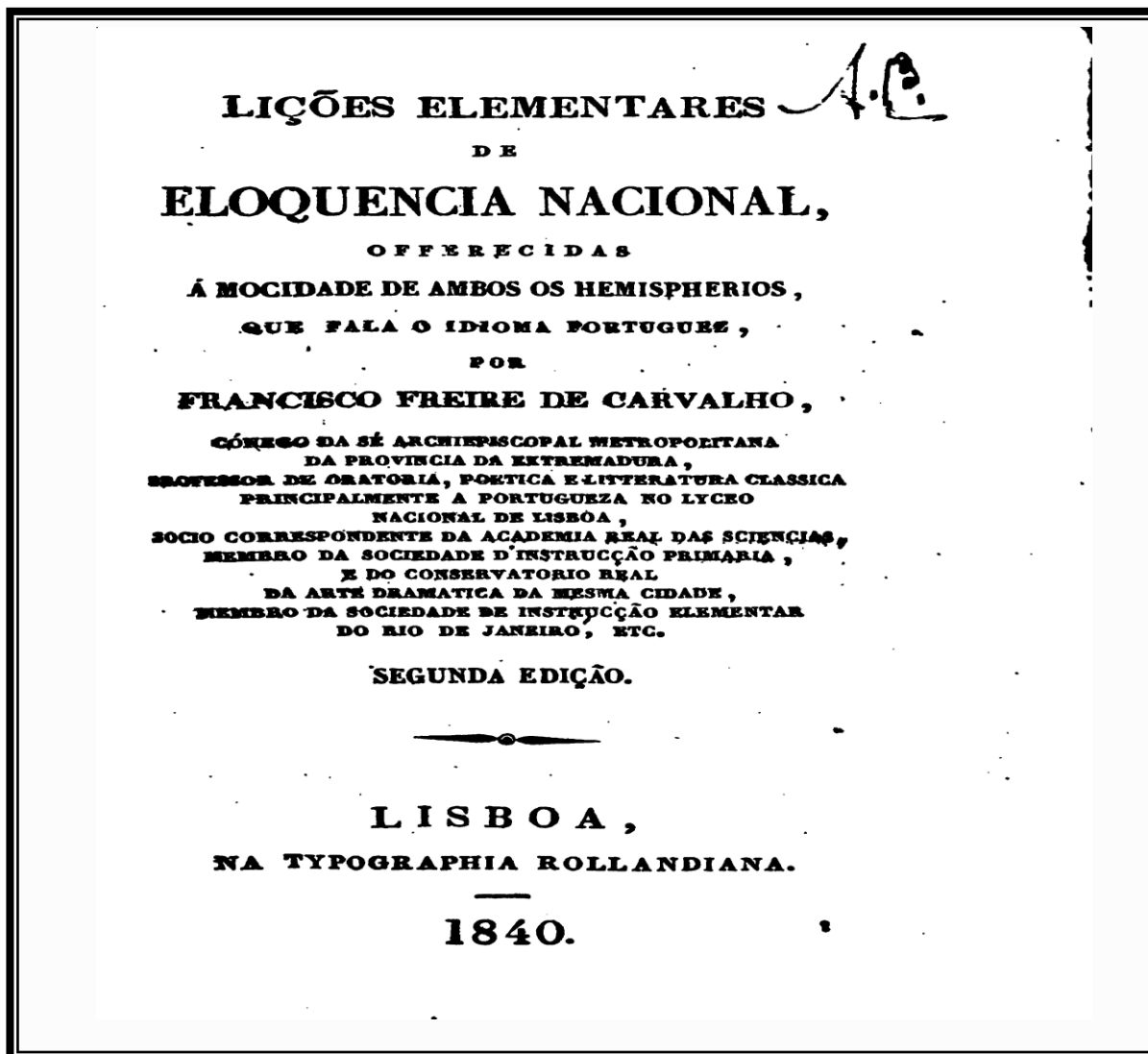


Figura 2 – Capa da obra *Lições Elementares de Eloquência Nacional*, 1840.
Fonte: Carvalho, 1840.

Francisco Freire de Carvalho publicou as *Lições Elementares de Eloquência Nacional* em 1834, no Rio de Janeiro; já as *Lições Elementares de Poética Nacional* foram impressas em Lisboa, no ano de 1840. Martins (2005) pontua que o manual de eloquência teve novas edições em 1840, 1844, 1849 e 1856, o que demonstra o alcance da obra e o interesse por ela despertado; as lições de poética, por sua vez, tiveram pelo menos uma reedição em 1851⁴⁰.

Além das referidas obras, consta que o autor exerceu também a função de tradutor, tendo trazido a lume: *As Georgicas*, obra traduzida do latim, em 1845, *Lições de Boa-Moral*,

⁴⁰ Nasceu em 25 de outubro de 1779, em Lisboa e faleceu em 20 de abril de 1854. Foi Reitor do Liceu Nacional de Lisboa, professor de História no Colégio das Artes, na Universidade de Coimbra e de Retórica e Poética no Estabelecimento do Bairro Alto de Lisboa.

de Virtude e de Urbanidade, texto vertido do espanhol e publicado em 1847, *Cartas sobre a Educação do Bello-Sexo*, tradução do espanhol, em 1851. Além disso, atuou como crítico e comentador em uma edição de *Os Lusíadas*, tendo também publicado, em 1845, os *Primeiros Ensaios sobre a História Litteraria de Portugal*.

Na contra-capa do livro, como era de costume à época, foram veiculadas algumas informações sobre o autor: Cônego da Sé Archiepiscopal Metropolitana, professor de Oratória, Poética e Literatura Clássica, no Liceu Nacional de Lisboa, sócio da Academia Real das Ciências, sócio do Conservatório Real, membro da sociedade da Instrução Primária, membro do Conservatório Real da Arte Dramática, membro da Sociedade de Instrução Elementar, membro da Sociedade de Instrução Elementar e do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Divulgar o lugar social que ocupava, através da menção aos cargos ou funções que o autor exercia, bem como seu pertencimento a academias e conservatórios, é parte da estratégia utilizada pelos autores de manuais escolares, no sentido de mostrar sua aptidão cultural e sua expressividade no meio social, ou seja, ao mencionar seu capital social, o indivíduo angaria para si mais destaque, elevando assim seu valor no campo, através do efeito do jogo das relações:

[...] visíveis em todos os casos em que diferentes indivíduos obtêm um rendimento muito desigual de um capital (econômico ou cultural) mais ou menos equivalente, segundo o grau em que eles podem mobilizar, por procuração, o capital de um grupo (família, antigos alunos de escolas de “elite”, clube seletivo, nobreza, etc.) mais ou menos constituído como tal e mais ou menos provido de capital (BOURDIEU, 2008, p. 67).

Outra fonte de destaque mencionada por Freire de Carvalho é o caráter inédito da sua obra, visto que, segundo ele, não havia nenhuma obra semelhante a sua; as poucas que localizou eram cópias de alguns capítulos das *Instituições Oratórias* de Quintiliano, autor por quem nutria grande admiração:

Segui, mais do que nenhum outro, as pisadas de Quintiliano; porque na opinião geral dos eruditos, que é também a minha, é elle o grande Mestre desta Disciplina, maiormente no que diz respeito aos seus princípios fundamentaes, com pequenas excepções; se o não segui em tudo, foi porque tive para mim, que elle, como homem, podia errar, ou ver as cousas menos claramente, do que outros as podem ver: alem de que nos logares, em que me afastei da sua opinião, não o fiz, sem dar as razões, que a isso me conduzirão, as quaes desejo sejam pesadas na balança da imparcialidade. (CARVALHO, 1840, p. 5).

Realmente, em variadas passagens das Lições, os preceitos cunhados pelo retórico romano são mencionados com a autoridade e a propriedade característicos da tradição. Ainda

no prefácio, o professor lamenta o reduzido espaço de tempo dedicado ao ensino elementar da Retórica, considerada por ele como uma importantíssima disciplina.

Nessa postura há uma clara tentativa do autor, no sentido de valorizar a área do conhecimento à qual se dedicava; como foi visto, o professor Brício Cardoso adotou uma atitude semelhante, ao defender a importância do estudo da eloquência e da literatura em seus pronunciamentos.

Não obstante o fato de intitular sua obra como um resumo, Freire de Carvalho propõe-se a oferecer, por meio dela, um material que, em pequeno espaço, abrangesse noções claras, exatas e adequadas aos usos da época. Revela ter adotado o que recolheu nas obras de autores excelentes, tais como Cícero e Quintiliano, entre os antigos; Blair, Jerônimo Soares Barbosa⁴¹ e Francisco José Freire⁴², entre os modernos.

No prefácio de suas lições, Carvalho assinala sua admiração pelo escocês Hugh Blair, cujas ideias ajudou a disseminar em Portugal, chegando a ser denominado por Antônio Cândido (1981) como um “mau imitador português” desse autor, característica que, segundo Martins (2005), não pode ser considerada negativa, se observarmos essa prática como um traço inerente à retórica, que previa a imitação e a emulação como artifícios válidos. Assim, ao invés de ocultar suas fontes, os autores dos manuais de retórica, de quem não se esperava originalidade, frequentemente as ostentava diante do leitor.

Convém ressaltar que as *Máximas sobre a Arte Oratória*, cuja autoria é atribuída a Cândido Lusitano, caracterizam-se pela exposição clara e didática dos preceitos e requisitos necessários ao bom orador. A obra é constituída por trinta máximas que discorrem sobre temas, como o dom da eloquência, a função moralizadora da Eloquência, o respeito e cuidado em relação à língua por parte do orador, a importância do treino para o desenvolvimento da memória, além das qualidades do estilo: clareza, elegância, coerência, imaginação e engenho.

Interessa pontuar que a preocupação de Freire de Carvalho, em adotar exemplos extraídos dos clássicos nacionais, em suas preleções sobre os preceitos da Eloquência, denota a intenção de valorizar o País por meio da sua produção literária. Ao que parece, essa postura

⁴¹ Pe. Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), filólogo português educado no seminário episcopal de Coimbra. Foi professor de Retórica e Poética no Colégio das Artes da Universidade. Ensinou também Eloquência Portuguesa. Publicou *Grammatica philosophiva da língua portugueza ou princípios da grammatica geral applicados à nossa linguagem* (1822), além de traduções das *Instituições Oratórias* de Quintiliano em 1778 e da Poética de Horácio em 1791, como indica Ranauro (2003).

⁴² Segundo Côrrea (2009), Francisco José Freire (1719-1773), também conhecido pelo pseudônimo de Cândido Lusitano, foi um frade oratoriano que inspirou o movimento estético-literário da Arcádia Lusitana. Foi um dos escritores e tradutores mais producentes do século XVIII. A sua obra *Arte Poética* (1748) marcou a afirmação da estética neoclássica em Portugal. Cândido Lusitano defendeu os cânones literários e estéticos da Antiguidade Clássica, tendo como modelos Aristóteles, Cícero, Horácio e Quintiliano.

também foi adotada por Brício Cardoso, que revelou no discurso de posse a pretensão de usar exemplos nacionais, em vez dos latinos, como também os versos dos melhores poetas nacionais em suas preleções sobre poesia.

Os manuais de Freire de Carvalho estiveram presentes nas principais instituições de Portugal e do Brasil; sua utilização no Colégio de Pedro II, possivelmente, deu visibilidade às obras e favoreceu a sua disseminação nos demais espaços escolares do País. A obra do professor português figura nos programas de ensino do Colégio Imperial, desde 1858, e, a julgar pelo teor do ofício assinado pelo Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária, Joaquim Caetano da Silva, detinha grande prestígio junto ao Estado:

Quanto à Retórica: Introdução do **Compêndio de Francisco Freire de Carvalho**, o qual, bem como o de Poética do mesmo autor, já de anos admitido no Colégio Imperial, é por certo, não só luminoso resumo dos melhores preceitos, mas também (predicado importantíssimo) modelo de linguagem (Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte em 30 de janeiro de 1865 *apud* RAZZINI, 2000, p. 287, anexo I, Grifo nosso).

A fim de reiterar o valor da sua criação, Freire de Carvalho assevera, no prefácio, que suas obras são apropriadas para o uso das aulas de Oratória, Poética e Literatura Clássica, principalmente a Portuguesa. Embora tenha admitido que seu trabalho não atingira a perfeição, o autor mostra sua satisfação pelo caráter inédito em Portugal.

As *Lições de Eloquência* dividem-se em 28 capítulos, desenvolvidos ao longo de 290 páginas, além dos exemplos (colocados em sequência por capítulo no final da obra) e o índice das matérias contidas no volume.

Conforme Boto (2004), o livro didático, por sua produção e pela amplitude de seu uso, deixa rastros emblemáticos para se pensar o tema da inscrição dos saberes em sua constituição histórica. Sob tal entendimento, a análise dos manuais adotados torna-se pertinente, pois nos leva à compreensão da forma como os conteúdos se organizavam em torno das finalidades atribuídas a determinada disciplina escolar.

Dentre as funções atribuídas à Retórica, Souza (1999) destaca:

Nossos tratadistas do século XIX, ao enumerarem os objetivos dos estudos de retórica, entre eles incluíam o desenvolvimento de duas habilidades distintas: a arte de escrever e- para usar termo da época- a capacidade de admirar as composições escritas. [...] Essas duas finalidades do ensino retórico naturalmente se entrelaçam: apreciar obras alheias, pelo exercício da análise, permite conhecer por dentro os segredos do artista, dá acesso ao domínio dos seus instrumentos e artifícios, habilitando portanto à produção das obras próprias. Daí ser possível distinguir na retórica três instâncias de operação: primariamente, inumeráveis atos de observação analítica de discursos; secundariamente, indução de verdadeiro tesouro de

dispositivos ou artifícios atuantes nos discursos, codificados num amplo conjunto de preceitos; terciariamente, instrumentalização desses preceitos para a composição de novos discursos (SOUZA, 1999, p. 104).

Logo, os manuais utilizados nas aulas dessa disciplina deveriam conter assuntos relacionados ao desenvolvimento dessas competências. Em trechos diferentes do primeiro capítulo das suas *Lições de Eloquência*, Freire de Carvalho discorre sobre as definições da Eloquência e da Retórica, bem como as diferenças verificadas entre as duas áreas do saber:

Diferença-se pois a Rhetorica da Eloquência, em ser esta a faculdade de exprimir os pensamentos por meio da palavra de sorte que se consiga o fim, para que se fala, prescindindo da origem, a que é devida uma tal faculdade: e em ser a Rhetorica o complexo de preceitos ordenados a dirigir e a aperfeiçoar a Natureza no uso da Eloquencia: a primeira pode ser effeito de um mero talento natural; a segunda é a Arte, a que lhe corrige os defeitos e extravios, ou que o aperfeiçoa (CARVALHO, 1840, p. 15).

Salientando as características essenciais da eloquência: a persuasão e o deleite por meio da argumentação, o autor lusitano reporta-se às funções da retórica clássica, além de inculcar nos alunos os conceitos básicos da disciplina, uma prática recorrente nos manuais didáticos. Já ao distinguir a Eloquência da Retórica, assinala a amplitude desta em relação àquela, mostrando que a primeira constitui uma faculdade natural, ao tempo em que a segunda é uma arte, responsável pelo aperfeiçoamento da primeira.

Quanto à relação entre Retórica e Eloquência, para o professor Brício Cardoso, a primeira dirige e aperfeiçoa nos afortunados um talento natural, chamado eloquência, além de despertar os demais para as excelências intelectuais contidas nas obras de valor, o que, segundo ele, contribui para a formação do gosto. Tal assertiva indica a adesão do mestre ao pensamento vigente na época.

Nesse sentido, a retórica escolar atuaria como instrumento de preparação do indivíduo por meio do desenvolvimento de competências discursivas e através do contato com obras de reconhecido valor, a fim de recolher nelas as propriedades necessárias ao bom uso da palavra.

Ao comentar sobre a origem da retórica, disseminada nos manuais do século XIX, Brandão (1988) assevera que a essa prática encontra seu fulcro no sistema educacional jesuítico implantado no Brasil. Desde meados do século XVI, nos colégios dos jesuítas ocupavam lugar importante os exercícios de redação e de conversação. O português era permitido durante os recreios e o latim, nos dias de aula. E, para complementar os estudos, estimulava-se também todo um comportamento social da criança, representado pelas solenidades festivas em que não faltavam os discursos públicos, pontua Brandão (1988).

É importante mencionar que, na educação oferecida a jovens cuja idade oscilava entre 10 e 15 anos, havia também a transmissão de princípios éticos, visto que uma das principais finalidades do ensino humanista era o pleno desenvolvimento humano; assim, não bastava desenvolver apenas o intelecto, mas também os valores que conformavam a conduta desses alunos deveriam ser refinados.

A exemplo dessa preocupação com a ética e a conduta moral, trazemos uma afirmação contida em uma das apostilas elaboradas pelo professor de eloquência do Atheneu Sergipense: “O orador deve sempre gozar consideração, mostrar que possui bons costumes, inclinações retas e puras, *sinceridade*, desejo de ser útil, amor para com a verdade, zelo para com a justiça. É condição indispensável ao orador para que obtenha os triumphos da eloquência fazer notar em si estas trez virtudes: prudência, probidade e eloquência” (CARDOSO, 1890f, p. 3, grifo do autor).

Além de se salientar a importância das qualidades do orador, o mestre também manifestou seu desejo de expor minuciosamente as regras de improvisação do discurso e desenvolver os preceitos da linguagem ação, pois seu intento era preparar seus alunos para uma perfeita enunciação em público, leitura e pronúncia em voz alta convenientes (CARDOSO, 1874d). Os exercícios orais, de fato, tinham amplo espaço no ensino de Retórica, como comprovam as recomendações para os professores da disciplina no Colégio de Pedro II:

Para os exercícios de declamação, o professor traçará as regras da dicção e precisão nos discursos de viva voz, fará que os alunos recitem, em dias determinados, trechos de diferentes gêneros de prosadores e poetas nacionais e estrangeiros de mais nomeada e, sempre que seja possível, produções dos próprios alunos, máxime de improviso, dirigindo-os, com toda atenção e paciência, bom gosto e interesse, na pronúncia e nos gestos, de modo que se hajam com a devida graça e força e harmonizem a expressão do pensamento com a ação do corpo.” (Instrução de 27 de outubro de 1880, art. 11, *apud* SOUZA, 1999, p. 181).

Ao que parece, os estudos da eloquência e da literatura ministrados pelo professor Brício Cardoso também se direcionaram à inculcação das regras gramaticais nos alunos, a fim de se evitarem os vícios e manter um bom vocabulário. Vejamos o que o mestre afirma, a esse respeito, em sua *Apostila de Gramática*, publicada em 21 de março de 1874:

Não posso, meus amiguinhos, desenvolver a matéria da apostilla de hoje sem invadir os domínios da grande disciplina cujo fim é justamente o ensino do bem fallar e de bem escrever sobre qualquer assumpto que seja: a Rhetorica. [...] Os escritores de primeira plana fazem com as palavras o mesmo que as mulheres *elegantes fazem* com os moldes de vestidos e toucados de cabellos. As palavras morrem e resuscitam a cada passo de um século para outro. O vocabulário é como a arvore frondosa, que o inverno cobre de folhas arrancadas pelo verão. Devemos prestar muita attenção a dicção portugueza, porque os escriptores portuguezes nos accusam de queremos fazer

do portuguez uma língua nova, corrompendo-a com a antiga, como as línguas modernas da Europa se formaram da corrupção do latim, e se affanan por dar-nos regras de philologia (CARDOSO, 1874b, p.2).

Os assuntos da Eloquência constituem um dos principais temas abordados nas Lições; Freire de Carvalho assegura que o orador só deve tomar para matéria do seu discurso persuasivo o que for justo, ou honesto, ou útil, ou decorosamente deleitável. Através dessa assertiva, reafirma os princípios da educação humanística: a formação do caráter, ou seja, ir além do domínio das regras persuasivas e da erudição; o orador deve apresentar decoro e sólidos princípios morais, elementos que contribuem para conferir credibilidade aos seus argumentos.

O mestre português elenca também os três meios empregados pela Eloquência para atingir seus fins: instrução, moção e recreio. Segundo ele, a instrução fala ao entendimento, a moção à vontade, e o recreio relaciona-se à imaginação.

Desse modo, o orador por meio do seu conhecimento, dirige-se à razão do ouvinte, à linguagem persuasiva (petições, apelos, solicitações) destina-se ao convencimento, finalmente, por meio das figuras de linguagem e dos tropos, atingiria a emoção mobilizada pela imaginação, completando-se assim a relação com a tríade: *Docere* (instruir), *Delectare* (agradar) e *Movere* (Comover).

Elementos basilares da retórica são apresentados pelo autor de forma didática e concisa os graus e gêneros da eloquência e as partes do discurso oratório (exórdio, narração, confirmação, refutação, peroração ou conclusão) são analisadas detidamente em cinco capítulos, nos quais o professor apresenta a definição, a finalidade, as características, os vícios e os requisitos de cada uma delas.

Freire de Carvalho dá particular atenção ao estudo das virtudes e dos vícios atinentes à Eloquência. Em seus ensinamentos a pureza, a correção e a clareza são veementemente preconizadas:

A Elocução será pura, quando as palavras, que nella entrarem, forem do próprio idioma, em que o Orador se propõe a falar; e de mais disto adoptadas pelo uso dos que o bem falão. Ha dous vícios oppostos, que se podem commeter contra a pureza da Elocução: chama-se o primeiro Barbarismo, ou talvez melhor, *Peregrinismo*, o qual consiste no emprego de palavras, ou de frases de differente idioma, introduzidas no nacional sem a competente auctoridade. O segundo tem o nome de *Purismo*, e consiste na afecção demasiada de pureza de linguagem; commettendo-se todas as vezes que o Orador mostra um empenho excessivo em falar a língua, sem desviar-se jamais das regras da sua Grammatica, e sem admittir palavra ou frase alguma, que não seja autorizada pelos melhores mestres da mesma língua. Elocução *correcta*, é aquella, que consta de palavras unidas umas ás outras conforme as regras da Grammatica da língua, em que se fala. O seu vicio opposto tem a denominação de *Solecismo* (CARVALHO, 1840, p. 86).

Chervel(1990) adverte-nos quanto à necessária separação entre as intenções anunciadas ou as grandes ideias pedagógicas e as práticas reais. Assim, buscando compreender a adequação do manual adotado às finalidades expostas pelo professor em sua produção didática, foi possível ao pesquisador identificar algumas convergências, tais como: a ênfase na transmissão de regras e preceitos, a preservação do vernáculo, a eliminação dos vícios de linguagem e o contato com obras de reconhecido valor literário.

O retórico português inclui também em seu manual comentários acerca da boa colocação das palavras no discurso oratório, do decoro, da pronúncia, dos gestos, da expressão fisionômica, do tom de voz e da ação. Para ele, esses requisitos são essenciais para o bom desempenho da Eloquência.

A memória, considerada um dom que pode ser cultivado, também é um dos temas percorridos pelo autor. Ao apresentar as regras relacionadas aos gêneros da Eloquência, afirma em nota de rodapé que tais informações foram copiadas fielmente do livro *Máximas sobre a Arte Oratória*.

Certamente, os conteúdos disseminados pelas *Lições de Eloquência* atenderam, não só às finalidades culturais reservadas ao ensino da linguagem persuasiva, mas também aos objetivos explicitados pelo professor da disciplina no Atheneu Sergipense, visto que as principais categorias da eloquência foram abordadas no manual, dentro de um modelo adequado à proposta de ensino exposta no interior dos seus discursos e das apostilas.

3.2 Lições Elementares de Poética Nacional

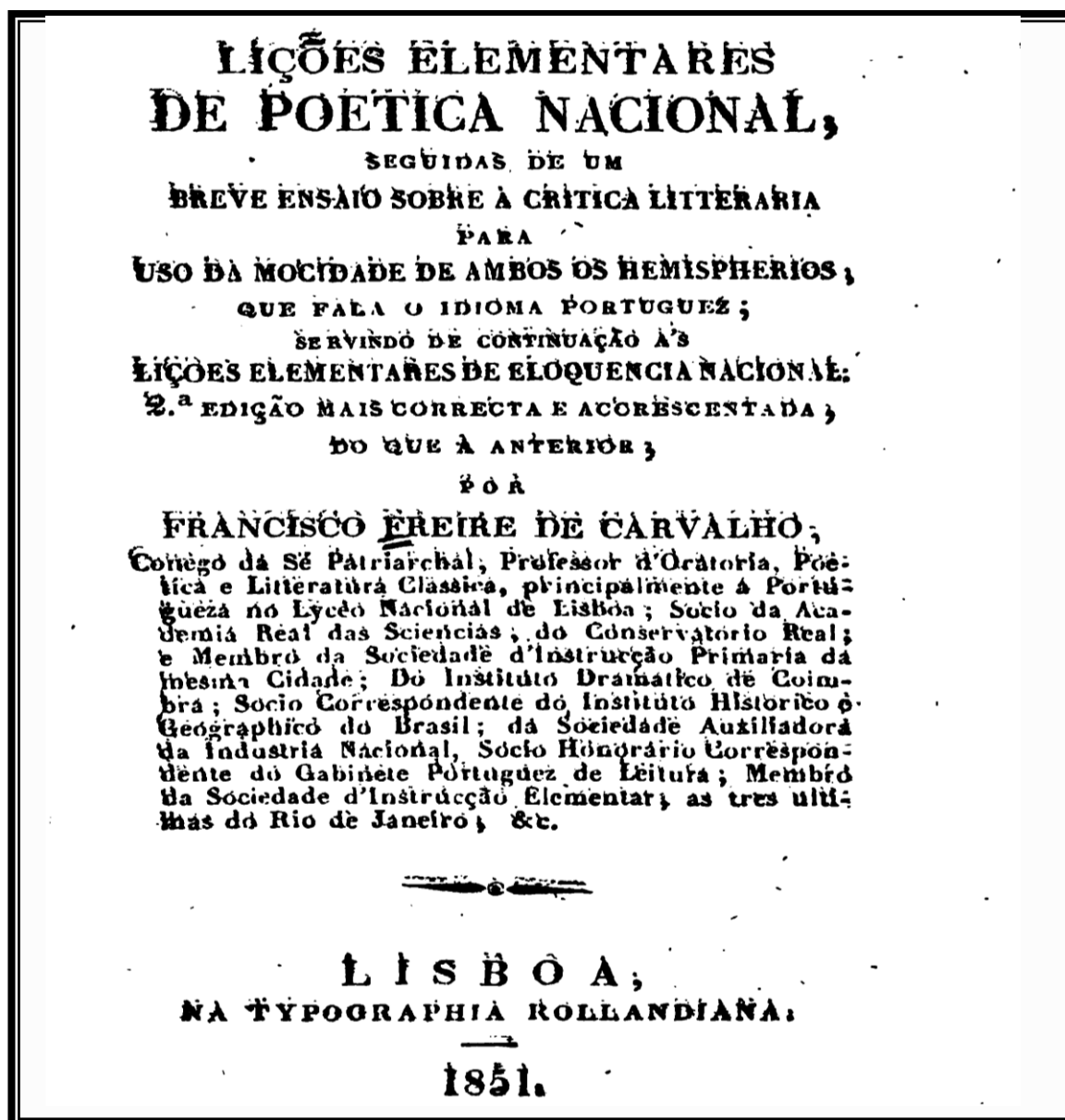


Figura 3 – Capa da obra Lições Elementares de Poética Nacional, 1851.
Fonte: Carvalho, 1851.

Nos programas e nos planos de estudos da disciplina, geralmente os estudos da Eloquência antecediam os de Poética. Dentro da proposta de ensino clássico, a poesia detinha extremo valor, considerada manifestação literária mais elevada. De acordo com Brandão (1988), na parte dedicada à Poética, os manuais seguiam uma estrutura semelhante:

[...] a primeira preocupação era definir a poesia, dar sua origem e natureza; em seguida enumeravam-se as regras de versificação e as formas métricas. Ocupava grande parte o estudo dos gêneros. Além das três modalidades principais da poética antiga, lírica e dramática, eram arroladas também algumas formas secundárias, a

epigramática, ode, pastoril, elegíaca e a didática, etc. Finalmente, vinham alguns preceitos de crítica literária... (BRANDÃO, 1988a, p. 44).

Como também atuava no magistério, Freire de Carvalho criou suas lições, no intuito de reduzir a escassez de material didático voltado ao ensino de Retórica e Poética. Do mesmo modo que as Lições de Eloquência, o Manual de Poética dirigiu-se ao uso de professores e alunos do curso secundário humanista, conforme o próprio autor mencionou na advertência preliminar da 1ª edição⁴³:

Imediatamente depois de ter concluído o meu Compendio de Principios Geraes sobre a Eloquencia, hoje mais resumidamente impresso e reimpresso debaixo do titulo de Lições Elementares de Eloquencia Nacional lancei mão da empreza de escrever para os alumnos, a quem o havia dictado, outro, em que elles podessem aprender summaria, porém completa e methodicamente, os Principios Geraes da Poetica, com particular applicação aos diffeentes Generos de Poesia usados na Lingua e Litteratura Portugueza (CARVALHO, 1851, p. 13).

Assim como procedeu na advertência das *Lições de Eloquência*, o professor assevera que sua obra é a única no gênero, escrita com a devida extensão e também a única em que se encontram as leis direcionadas a conduzir a mocidade na aprendizagem da Poesia. Tal postura nos remete diretamente às questões socioeconômicas relacionadas ao processo de criação, produção e circulação de uma obra didática:

Espécime e produto autoral, editorial, mercantil, o manual escolar é mercadoria e produto industrializado e comercializado, com características próprias e que cumpre objectivos específicos nos planos científico, social e cultural. Os seus modos de produção e de circulação envolvem uma cadeia de agentes e estão condicionados por uma série de prerrogativas: dimensões autorias; técnicas e materiais de fabrico e reprodução; processos e percursos produtivos; circunstancias e condicionalismos de comercialização, circulação, difusão, acesso (MAGALHÃES, 2006, p. 4).

A proposta do autor era clara e ambiciosa: oferecer um compêndio através do qual os alunos pudessem aprender, de forma sumária e metódica, os Princípios Gerais da Poética. A junção dos dois manuais comporia um curso completo de “literatura nacional”. As Lições de Poética encontram-se estruturadas da seguinte forma: definição de poesia (capítulo I); origem da poesia (capítulo II); aspectos da versificação portuguesa (capítulo III); sob a denominação genérica, “os diferentes gêneros de composição poética em geral”; os tipos de

⁴³ Como não foi possível identificar indícios quanto às edições das obras adotadas para o ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense, através da documentação levantada no arquivo da Instituição, optamos por analisar a 2ª edição da obra, publicada em 1851, visto que esse foi o único exemplar a que tive acesso em condições apropriadas ao manuseio.

composição poética são apresentados (capítulo IV-XII), e, por fim, apresenta a análise comparativa das escolas de poesia clássica e romântica (capítulo XII).

Como apêndice das suas lições de poética, o autor inclui o Breve Ensaio sobre a crítica literária, no qual expõe resumidamente as concepções extraídas do professor escocês Hugh Blair, sobre a crítica, o engenho, o gosto e as fontes dos prazeres, o sublime e o belo.

Freire revela inda suas restrições quanto ao uso da *Epístola aos Pisões* ou *Arte Poética* de Horácio, ao ensino de Literatura nas escolas portuguesas:

Pois já é tempo de nos desenganarmos, de que com o simples estudo e conhecimento da Epístola aos Pisões de Horácio, vulgarmente denominada Arte Poética, de maneira alguma se preenche o ensino de compor, e de bem avaliar a grande variedade de especies da Poesia actualmente em uso. Para os Romanos era aquella, aliás preciosa Epístola, um verdadeiro código poético; mas não assim para nós: encontram-se nella, é certo, regras de Critica não só poética, mas prosaica do mais ajustado bom gosto, e que servem para todos os séculos e idades; applicada porém à Poesia dos nossos tempos, é por extremo deficiente (CARVALHO, 1851, p. 7).

Não obstante o fato de ter mencionado alguns aspectos negativos da obra de Horácio, o autor utiliza algumas citações da Epístola em suas obras; uma delas, inclusive, surge em destaque no final da advertência da 1ª edição.

Um dos indícios da utilização da obra de Freire de Carvalho para o ensino de Retórica e Poética, no Atheneu Sergipense é o excerto de um artigo publicado no dia 09 de junho de 1874, no *Jornal do Aracaju*, onde o professor Brício Cardoso afirma:

Ardendo-me em desejos de desenvolver e illustrar na melindrosa juventude que me ouve a eminentíssima faculdade de obrar sobre os espíritos e sobre as almas por meio da palavra vernácula, da palavra pertencente ao vocabulário da veneranda e formosa língua de nossos maiores, como deixarei de tomar empréstimos a valorosa obra dos lusitanos **Freire de Carvalho e Aulete?** (CARDOSO, 1874d, p. 3, Grifo nosso).

Essa afirmação confirma a suspeita de que o professor de Eloquência conhecia e valorizava a produção dos seus colegas portugueses, além de indicar que os compêndios de Freire de Carvalho (*Lições de Poética e de Eloquência*) e os manuais de Francisco Júlio Caldas Aulete (*a Selecta Nacional ou Curso Prático de Litteratura Portugueza*) circulavam em Sergipe; uma referindo-se a eles, Brício limita-se aos sobrenomes, sem veicular maiores informações sobre as obras, o que pode significar que os autores já eram conhecidos no âmbito educacional sergipano.

No excerto, salienta-se, mais uma vez, o interesse do mestre em incutir nos alunos as noções adequadas ao bom uso da língua vernácula, visando, não só à formação mental, mas também à moral, uma vez que afirma pretender agir sobre “os espíritos e as almas”. Essa

pretensão aproxima-se das práticas relacionadas ao processo de civilização; segundo Elias (1994), este envolve a leitura de bons livros, a aprendizagem da boa ortografia e o cuidado de falar palavras adequadas, além da aprendizagem das regras de boas maneiras no convívio social.

Cabia ao ensino propiciar condições para o estímulo da desenvoltura verbal e da erudição necessárias em diferentes situações sociais: em eventos festivos, religiosos, solenidades políticas e diplomáticas. Assim, o prestígio, o status e a hierarquia obtidos por determinado grupo social estariam em evidência.

De volta à análise do compêndio, trazemos a observação de Martins (2005):

[...] todo o sistema exposto por F. F. de Carvalho deixa perceber sua preferência pela arte poética como um sistema de regras que os teóricos do romantismo propunham abandonar.[...] Se aos olhos de hoje, afeitos ao ideário romântico, a concepção de poesia de F. de Carvalho parece carregada de tradicionalismo, inserida no seu contexto histórico ela deve ser tomada como indício do vigor da retórica no Brasil de meados do século XIX, quando os princípios da nova estética ainda não eram hegemônicos (MARTINS, 2005, p. 38).

Como o propósito deste capítulo é o de verificar a relação entre os manuais e o ensino de Retórica ministrado no Atheneu Sergipense, cabe ressaltar que o tradicionalismo verificado por Martins, no compêndio, adequava-se às inclinações teóricas do professor Brício Cardoso; este procurou conciliar o respeito à tradição (representados pelos gêneros, preceitos da linguagem, estudo dos grandes modelos em poesia e eloquência) e a fascinação pelo novo (representada pelo historicismo, e pela valorização da literatura nacional), como indicam seu discurso de posse e suas apostilas de Gramática e de Eloquência.

Dando continuidade ao estudo da obra, alguns aspectos da sua estrutura merecem ser assinalados: a adoção de uma estrutura semelhante para apresentar os gêneros poéticos abordados, a escassez de citações e de referências a autores, o que indica a autoridade transmitida pelo autor ao expor informações, a profusão de exemplos extraídos de autores clássicos e contemporâneos, inclusive os brasileiros; como Silva Alvarenga, Gregório de Matos e o Padre Antônio Pereira de Souza Caldas foram citados, além da clara tentativa de conciliar as ideias de Blair à tradição greco-romana.

O alcance obtido pelos manuais didáticos de Freire de Carvalho é inegável; basta verificar a existência de várias edições adotadas em renomadas instituições de ensino de Portugal e do Brasil, favorecendo, assim, a concretização dos objetivos propostos pelo autor: suprir uma carência na produção editorial do período e incutir na mocidade, de forma sumária, os princípios da Poesia e da Eloquência.

No Atheneu Sergipense, seus compêndios circularam ao lado das célebres apostilas elaboradas pelos professores e do *Virgílio Brasileiro*, tradução de Manoel Odorico Mendes, obra que será abordada no próximo tópico.

3.3 Virgílio Brasileiro

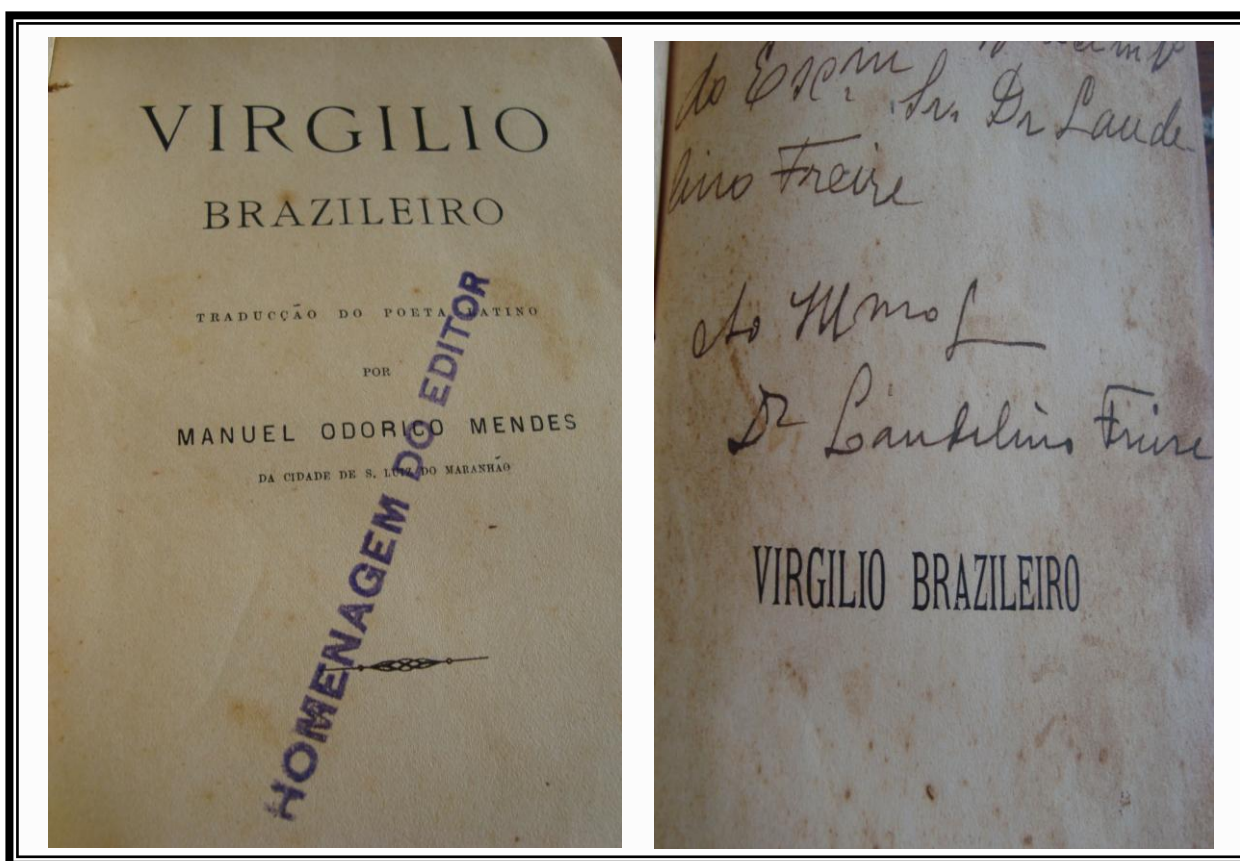


Figura 4 – Capa da obra Virgílio Brasileiro.
Fonte: Virgílio Brasileiro, 1854.

Figura 5 – Folha de Guarda - Virgílio Brasileiro.
Fonte: Virgílio Brasileiro, 1854.

Cumprindo o intuito de propiciar a leitura e apreciação dos clássicos pelos jovens alunos, seletas e traduções tiveram amplo espaço no ensino de orientação humanista⁴⁴. Ao investigar o Estatuto e o Livro de Atas do Atheneu Sergipense, observamos referências a duas

⁴⁴ *Cartas Seletas* do Pe. Antonio Vieira, *Selecta Nacional* (Curso Prático de Literatura Portuguesa) Caldas Aulete, *Poesias Escolhidas* do Pe. Caldas, *Nova Retórica* de Victor Le Crec, traduzida por Francisco de Paula Menezes, *Trechos Seletos de Autores Clássicos* de Félix Ferreira, *Lugares Seletos* de Antonio Cardoso Borges de Figueiredo (RAZZINI, 2000).

obras relacionadas a essas denominações: as *Selectas Nacionais*, de Francisco Júlio Caldas Aulete (obra adotada para as aulas de Português e Literatura Nacional) e o *Virgílio Brasileiro*, de Manuel Odorico Mendes (recomendado para as aulas de Retórica) (Dicionário de Tradutores, 2009) ⁴⁵. A poesia de Virgílio notabilizou o autor maranhense; conforme Vasconcellos:

[...] pretende escrever poesia, não reproduzir o sentido básico do texto de forma prosaica; assim, lê atentamente os originais, percebendo efeitos de som, ritmo, da construção das frases, que ele procura recriar em português. [...] Basta ler atentamente para perceber o ritmo todo regular e majestoso desse verso odoricano, criado por inspiração do original. Ou seja, Odorico desafia o que parecia impossível e tenta recriar em português as singularidades poéticas do original (VASCONCELLOS, 2009, p. 23).

O exemplar que localizamos é a 1ª edição da obra, composta de 800 páginas, publicada em 1854, pela Tipografia de Rignoux na França. Na folha de guarda do livro, consta a assinatura do Dr. Laudelino Freire, um dos alunos que fizeram os Exames de Preparatórios da disciplina Retórica e Poética, em 1889, conforme a documentação levantada. O que constitui mais um indício de que a obra foi, de fato, utilizada nas aulas dessa disciplina.

Ao colocar o adjetivo pátrio, “Brazileiro”, no título do livro, o tradutor maranhense pretende mostrar que traduziu as criações do célebre poeta latino para a língua portuguesa, e principalmente, para obter o status inerente à condição de poeta, sua tradução ultrapassa os limites que lhe são devidos, ganhando ares de recriação, tamanha é a qualidade do trabalho realizado.

Após uma breve apresentação do autor, que comenta o processo de tradução, o interesse em contribuir para a disseminação dos clássicos no meio estudantil e a propriedade da aplicação da obra nas aulas de latim, segue-se o “Juízo sobre a Eneida Brasileira” escrito por A.C. B de Figueiredo, que assim se pronunciou acerca da tradução efetuada pelo intelectual maranhense:

Alli achei fielmente trasladados em nossa língua e idioma os conceitos, as paixões e os sentimentos do grande épico Latino, e sem diminuição nem accrescimo, respostas as suas mesmas imagens e ainda muitas das suas figuras. Bem sabia o Sr.Mendes que o verdadeiro traductor não deve ser paraphrasta, senão fiel copiadador e retratista, *fidus interpres*. Ali apparecem postos em luz clara vários passos da Eneida onde illustres commentadores não haviam atinado com o genuíno sentido, mas que o exímio traductor pôde alcançar (FIGUEIREDO, 1854, p. 02).

⁴⁵ Nasceu em 24 de janeiro de 1799, na cidade de São Luís do Maranhão e faleceu em 17 de agosto de 1864, em Londres, Inglaterra. Foi político, jornalista e um dos primeiros tradutores do Brasil. Coursou Filosofia Natural, em Coimbra e, quando retornou ao Brasil, em 1824, começou a redigir em jornais e foi eleito deputado provincial. Em 1847, mudou-se para a França, onde começou a traduzir para o português a obra de Virgílio.

No propósito de valorizar sua obra, Mendes incluiu também a tradução de uma carta elogiosa enviada pelo historiador responsável pelo arquivo da marinha francesa. Em seguida, o autor apresenta o poeta latino aos leitores, no capítulo intitulado “Breve Notícia de Virgílio”. O primeiro texto que figura no livro são *As Bucólicas*, criadas entre 42 e 37 a.C, compostas de dez élogas que retratam a vida simples dos pastores em seu ambiente natural. Após a tradução, Mendes apresenta um capítulo com notas referentes a cada éloga.

Em seguida, apresenta *As Geórgicas*, obra que exalta a vida no campo, ambiente onde predominam a austeridade, a paz e a serenidade. Nela, o poeta aconselha os camponeses no cultivo dos campos e das árvores frutíferas, além de falar também sobre o tratamento do gado e a criação de abelhas. A composição é formada por quatro livros.

A terceira e última tradução que figura no livro é a principal criação de Virgílio: a *Eneida*, em sua 2ª edição. O épico latino teve a *Odisséia* de Homero como modelo, dividindo-a em doze livros que narram as aventuras do herói Enéias. Seguindo a mesma estrutura adotada com *As Bucólicas* e *As Geórgicas*, a tradução da *Eneida* conta com um capítulo de notas referentes a cada livro traduzido.

Convém ressaltar que, cumprindo sua função pedagógica, a leitura dos poemas bucólicos de Virgílio pode ter servido, não só para o estudo do gênero pastoril, como também para o estudo da língua latina, conforme Razzini (2000), o livro de Manuel Odorico Mendes foi adotado no Colégio Imperial em 1865, no 7º ano para os estudos de poética. Dentro do modelo pedagógico destinado a moldar o caráter e preparar o intelecto dos futuros dirigentes do Brasil, encontrava-se na leitura dos clássicos greco-latinos terreno fértil para o exercício de variadas atividades: leitura, declamação, análise crítica, paráfrase, versão e a imitação:

O professor de Rhetorica, Poética e Litteratura Nacional ensinará a theoria e o histórico dos principaes gêneros de prosa e poesia; as regras essenciaes de oratória, declamação e recta pronuncia, e as noções elementares da esthetica litteraria, aproveitando com o devido tino pedagógico as doutrinas dos grandes mestres da antigüidade clássica, cujos princípios são immutaveis como a verdade, e os preceitos dos críticos modernos, e terá simmo cuidado em proporcionar aos alumnos os principaes meios de aprenderem a fem fallar e a bem escrever, fazendo-os ler com ordem, sobriedade e reflexão, analysar sob os pontos de vista philosophico, histórico e litterario, e imitar os mais bellos trechos das obras primas nacionaes que lhes apresentará como modelos bem como das clássicas gregas e latinas, francezas, etc (Instrução de 27 de outubro de 1880, art. 11, *apud* SOUZA, 1999, p. 181).

Embora se trate de uma determinação legal referente ao Colégio de Pedro II, devido à contiguidade verificada nos conteúdos e manuais didáticos, é possível inferir que, no ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense, práticas semelhantes tiveram vez, principalmente se considerarmos as afirmações do professor da disciplina; este defendeu vigorosamente o

contato dos alunos com obras de “excellentes poetas”, adotadas como modelos, “o estudo das produções do gênio, em diversas epochas, ou obras dos grandes modelos, em poesia e em eloqüência, em historia e ainda em sciencias”. Segundo o mestre, somente através de estudo minucioso dos modelos oferecidos pelos grandes mestres seria possível atingir o progresso nas belas letras. Com o mesmo entendimento, Freire de Carvalho (1840) expõe:

[...] uma das cousas, que favorece muitos os progressos da Eloqüência é o estudo dos grandes modelos. Não há gênio, por mais original que seja, que não possa aproveitar-se, e ajudar-se do estudo dos bons modelos, ou seja, pelo que respeita ao estilo, ou já pelo que pertence á Invenção, á Disposição, &c; porquanto uns taes exemplares servem para nos indicar novas maneiras de dizer, para ampliar e apurar as nossas, para animar os pensamentos, e sôbre tudo para despertar nossa emulação (CARVALHO, 1840, p. 265).

A adoção do *Virgílio Brasileiro* denota a intenção de propiciar aos jovens alunos a leitura de textos épicos e líricos de notória qualidade. Tal adoção também pode ser justificada pelo interesse em “alimentar” a erudição dos estudantes, cujas futuras produções literárias poderiam ter inspiração na pena latina; também as citações vertidas em meio aos calorosos discursos seriam fruto das memorizações realizadas para atender às solicitações dos mestres das belas-letras.

É interessante pontuar a importância do professor na condição de mediador entre os conteúdos veiculados nos manuais didáticos e os alunos, pois, até a efetiva transmissão do ensino durante as aulas, havia a preparação, por parte do professor, a seleção e exposição dos assuntos, a realização das cópias, dos exercícios, enfim, uma série de atividades desencadeadas a partir desse material.

É possível acreditar que a articulação entre as demandas sociais, no caso específico: o desenvolvimento das habilidades discursivas, a formação moral e o ingresso nos cursos superiores, tornou-se mais evidente, no que tange aos manuais; isso ocorreu pelo fato de boa parte dos seus autores serem também intelectuais de formação clássica, professores e, em alguns casos, componentes das bancas dos Exames de Preparatórios.

Com base no exposto, verificamos que os compêndios adotados para o ensino da disciplina Retórica e Poética refletem, não só a organização dos conteúdos e as práticas utilizadas, mas também as finalidades delegadas pela sociedade à escola, por meio da aprendizagem de saberes que trazem em seu bojo, da inculcação de comportamentos válidos para o convívio social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver uma pesquisa de cunho histórico envolve desafios e descobertas: a dificuldade na localização das fontes é uma delas; existe ainda o risco constante de incorrer em anacronismos e aproximações equivocadas, mas há também o prazer do achado, a satisfação em abordar um objeto ainda não pesquisado, verificar semelhanças, estabelecer inferências e construir cenas da história a partir de cada vestígio localizado.

Nosso intuito com este trabalho foi o de apresentar aspectos do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense. Para tanto, procuramos vislumbrar o cenário educacional em que esses conteúdos estavam envolvidos. Por meio do subsídio teórico de Chervel e Compère (1999) verificamos que a formação clássica apoia-se em textos de longa tradição e no estudo da língua, como suporte da comunicação, da persuasão e do pensamento. Através da língua o indivíduo se integra em uma elite, em uma nação, em uma cultura compartilhada por ele com seus ancestrais e seus contemporâneos.

Ainda com Chervel (1992) e Silva (1969) aprendemos sobre a origem do ensino secundário, representado pelos *lycées* franceses, pelo *Gymnasium* e o *Realgymnasium* alemães e as *Grammar schools* inglesas e destacamos a influência francesa na organização do ensino secundário brasileiro do século XIX.

Chervel (1990) afirmou também sobre o surgimento tardio do termo “disciplina” tal qual conhecemos hoje no vocabulário escolar; segundo ele, os termos mais frequentes no século XIX são as expressões “objetos”, “partes”, “ramos” ou “matérias de ensino”. Apesar de ter discorrido bastante sobre a origem e os usos do conceito, ele o resume perfeitamente através da assertiva: “A disciplina é aquilo que se ensina e ponto final”.

De Julia (2001) pudemos apreender que uma das atribuições da história das disciplinas escolares é identificar tanto, através das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas. Assim, durante a pesquisa, procuramos identificar por meio das fontes localizadas, os conteúdos e a metodologia relacionados ao ensino de Retórica e Poética, considerando o fato de as cadeiras ou matérias de ensino serem organizadas pela mediação de uma complexa rede de elementos, tais como programas, exames, aulas, horários, compêndios e apostilas.

O estudo sobre o ensino secundário brasileiro, no século XIX, revelou que ele se delineou pelo caráter clássico e direcionou-se ao preparo da elite, para o ingresso nas Academias Superiores por meio dos Exames de Preparatórios. Desse modo, as cadeiras

ganhavam destaque na medida em que eram exigidas nos referidos exames. Embora constasse nesse grupo, a cadeira de Retórica e Poética, só foi ministrada, no Atheneu Sergipense, a partir de 1874, com o ingresso do professor Brício Cardoso na Instituição.

A análise do discurso de posse e das apostilas elaboradas pelo professor revela alguns indícios, quanto aos seus propósitos, em relação ao ensino da cadeira: seguir o modelo clássico, preparar seus alunos para um bom desempenho discursivo, seja no âmbito oral ou escrito, transmitir as regras necessárias para o domínio da língua portuguesa, na utilização de autores portugueses e nacionais. Pudemos também observar que o professor Brício mantinha-se a par das discussões educacionais do seu tempo, devido à leitura dos *Estudos Pedagógicos* publicados por ele no *Jornal do Aracaju*.

A semelhança entre a lista de pontos para os Exames de Preparatórios de Sergipe, no ano de 1883 e os conteúdos presentes nos compêndios adotados, bem como no programa do Colégio de Pedro II, em 1870, constituiu mais um indício da subordinação do ensino secundário às disciplinas requeridas para o ingresso nos cursos superiores.

Dentre as práticas adotadas para o ensino da disciplina, tiveram destaque: a leitura literária, as composições, as declamações, as transposições de trechos originalmente compostos em prosa para verso e vice-versa. A análise dos programas de ensino indica que se buscou atender os dois ramos (retórica e poética) de forma equânime, a presença de um manual ou apostila elaborada pelo professor para cada um desses segmentos, fortalece essa suposição. A articulação entre os manuais didáticos adotados, as práticas e as finalidades delegadas ao ensino de Retórica e Poética foi mais um dos aspectos verificados na pesquisa.

É importante mencionar, também a profícua relação entre a Retórica e o Direito, comprovada pelo destaque atribuído à eloquência de foro, não só nos manuais de Retórica, mas também na apostila localizada, elementos que se relacionam diretamente à tendência bacharelesca vigente no século XIX. Neste período, envolvidos pela articulação das circunstâncias sociais, jovens pertencentes a famílias de destaque na sociedade sergipana tiveram, por meio da advocacia, uma significativa elevação do seu status.

A influência da retórica, nesse cenário, faz-se notar pela escrita ainda calcada no modelo clássico e pela valorização do discurso fundado nos preceitos da eloquência; dessa forma, ao lado dos bens materiais, os bens culturais, como a erudição e o domínio da expressão oral atuaram como sinal de distinção.

Esta pesquisa procurou evidenciar a importância da Retórica e Poética no âmbito das humanidades e demonstrar seu caráter estético, sua utilização como instrumento de elevação social e a sua atuação como transmissora de valores culturais e morais.

A ampla gama de finalidades delegadas ao sistema retórico indica, não só a sua elevada posição nos espaços escolares brasileiros, mas também sua inserção na cultura nacional, cujos traços principais foram representados através dos discursos ornamentais: no púlpito, nas academias, na Imprensa e na Política.

Assim, diante da importância assumida pelos saberes literários e discursivos no âmbito educacional brasileiro, esperamos ter contribuído para a compreensão da significativa trajetória da disciplina Retórica e Poética no Atheneu Sergipense, principal instância da formação secundária sergipana do século XIX.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária segundo os planos de estudos (1870-1908)**. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, História, Política, Sociedade. PUC-São Paulo, 2005.

_____. Os Compêndios das Matemáticas nos Estudos Secundários. In: **Cadernos de Pesquisa-Pensamento Educacional**. Paraná, v. 3, n. 6, p. 33-48, 2008.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1959.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Seleta Nacional**. Curso Prático de Literatura Portuguesa. (Segunda parte-Oratória). Lisboa. Liv. de Antonio Pereira, 1875.

AZEVEDO, Fernando de. A Escola e a Literatura. In: COUTINHO, Eduardo de Faria. **A Literatura no Brasil**. v. I, 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986.

_____. As origens das instituições escolares. In: **A cultura brasileira**. Parte III-A transmissão da cultura. 6. ed. Brasília: Editora UNB, p. 545-601, 1996.

BARTHES, Roland. Roland. “*L, ancienne rhétorique*”. In: *Comunications*, n. 16, Paris, Seuil, 1970; Buenos Aires: *Tiempo Contemporaneo*, 1974.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, v. I, 1976.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer (Orgs.). **História das Disciplinas escolares no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

_____. **Livro Didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese de Doutorado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

BOTO, Carlota. Aprender a ler entre cartilhas, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez., p. 493-511, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção** (Crítica social do julgamento). São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Zouk, 2008.

_____. **Escritos de Educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. **A Tradição sempre nova**. São Paulo: Ática, 1976.

_____. Os manuais de retórica brasileiros do século XIX. In: **O Ateneu: Retórica e Paixão**. MOISÉS, Leyla Perrone. (Dir. e Org.). São Paulo: Brasiliense: Edusp, 1988a.

_____. Presença da oratória no Brasil do século XIX. In: **O Ateneu: Retórica e Paixão**. MOISÉS, Leyla Perrone. (Dir. e Org.). São Paulo: Brasiliense: Edusp, 1988b.

_____. **Poética e Poesia no Brasil** (Colônia). São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

CAMPOS, Rafael da Costa. A Formação Educacional do Orador e a Retórica como seu instrumento de ação no principado. In: **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**. Minas Gerais: UFU, jan-mar., p. 1-11, v.5, n.1, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Itatiaia: Rio de Janeiro, v. 2, 1981.

CARDOSO, Brício. Estudos pedagógicos. **Jornal do Aracaju**. Aracaju, 16 de abril de 1872a.

_____. Apostilla de Grammatica. **Jornal do Aracaju**. Aracaju, 22 de outubro de 1873.

_____. Discurso do professor Brício Cardoso no Acto de abrir sua escola este ano. **Jornal do Aracaju**. Aracaju, 05 de fevereiro de 1874b.

_____. Apostila de grammatica –A Meus Discípulos. **Jornal do Aracaju**. Aracaju, 21 de março de 1874c.

_____. Discurso inaugural à cadeira de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense. **Jornal do Aracaju**. Aracaju, 17 de maio de 1874d.

_____. Apostila de grammatica - A Meus Discípulos. **Jornal do Aracaju**. Aracaju, 09 de junho de 1874e.

_____. Apostila de eloquência. Aos estudantes do Atheneu Sergipense. **O Republicano**. Aracaju, 24 de setembro de 1890f.

CARDOSO, Hunald Santaflor. **Oração proferida na solenidade conjunta do “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe” e “Academia Sergipana de Letras”**, em homenagem ao Professor Brício Cardoso na passagem do seu nascimento aos 09 de julho de 1944. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa, 1944.

CARDOSO, Severiano. **O Porvir**. Aracaju, 09 de agosto de 1874.

_____. **O Porvir**. Aracaju, 14 de agosto de 1874.

_____. **O Porvir**. Aracaju, 20 de setembro de 1874.

CARVALHO, Francisco Freire de. **Lições Elementares de Eloquencia Nacional**. 2. ed. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1840.

_____. **Lições Elementares de Poética Nacional**. 2. ed. Lisboa: Tipographia Rollandiana, 1851.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1988.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CHERVEL, André e COMPÉRE, Marie-Madeleine. “As humanidades no ensino”. In: **Educação e Pesquisa**. Revista da Faculdade de Educação da USP, p. 149-170, 1999.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**, n. 2, p.177-229, 1990.

_____. Quando surgiu o ensino secundário?. Tradução Circe Maria F. Bittencourt. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 25, n. 2, p.149-170, 1992.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: **Revista Educação e Pesquisa**, v.30, set./dez., p. 549-566, 2004.

CORRÊA, Regina Helena Machado Aquino. Cândido Lusitano e o Discurso Preliminar do Tradutor. In: Terra Roxa e outras terras- **Revista de Estudos Literários**, v. I, p.16-23, Disponível em: <http://www.uel.br/cch/pos/letras/terraroja>. Acesso em: 20 nov. 2009.

COUTINHO, Afrânio. **Crítica e Poética**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): O Patriarca do Serra Negra e a Política Oitocentista em Sergipe**. Aracaju: Ed. Criação, 2009.

DICIONÁRIO DE TRADUTORES. Odorico Mendes. Disponível em: <http://www.dicionariode tradutores.ufsc.br/pt/OdoricoMendes.htm>. Acesso em: 21 ago. 2009.

DIDEROT, Denis. Plano de uma universidade ou de uma educação pública em todas as ciências. In: **Obras I** (Filosofia e Política). Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2000.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: Uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENCICLOPÉDIA BARSA TEMÁTICA. Rio de Janeiro: Balsa Planeta, v. 9, 2006.

FERNANDES, Gisele. **Composição de textos na escola brasileira: em busca de uma história**. Do Ratio Studiorum aos manuais de estilo do final do século XIX. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2006.

FIGUEIREDO, A.C. B de. Juízo sobre a Eneida Brasileira. In: MENDES, Manuel Odorico. **Virgílio Brasileiro**. Paris: Typographia Rignoux, 1858.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GALLY, Christianne Menezes. **Brício Cardoso no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)**. Dissertação de Mestrado, Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristóvão, 2004.

GASPARELLO, Arlete Medeiros de. **Construtores de identidade**: os compêndios da história do Brasil no Colégio Pedro II (1838-1920). Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2002.

_____. Traduções, apostilas e livros didáticos: ofícios e saberes na construção das disciplinas escolares. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH (Texto impresso): Rio de Janeiro, **Anais...** p.1-10, 2006.

GOODSON, Ivor F. *Historia del curriculum: la construcción social de las disciplinas escolares*. Barcelona: Ediciones Pomares- Corredor, 1998.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-bibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1925.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1972.

HANSEN, João Adolfo. A Civilização pela palavra. In: FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

JULIA, Dominique. A cultura Escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, jan/jun, p.9-43, 2001.

_____. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Orgs.). **Disciplinas e Integração Curricular**: História Políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAJOLO, Marisa. **Literatura**: leitores & leitura. São Paulo: Moderna, 2001.

LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de Retórica Literária**. Tradução R.M. Rosado Fernandes, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LIMA, Alceu Amoroso. **Raul Pompéia (Textos Escolhidos)**. Coleção Nossos Clássicos, n.8. São Paulo: Ed. Agir, 1957.

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura Social da República das Letras** (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira - 1870-1930). São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1973.

MAGALHÃES, Justino. O Manual Escolar no Quadro da História Cultural: para a História do Manual Escolar em Portugal. In: **Revista de Ciências da Educação**, n. 1, p. 5-14, 2006.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A Fonte Subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista**. São Paulo: Ed. Edue, Edusp, 2005.

MASSIMI, Marina. *Delectare, movere et docere: retórica e educação no Barroco*. In: Per Musi- **Revista Acadêmica de Música**, n. 17, jan-jun, Belo Horizonte, p.54-58, 2008.

MELO, Carlos Augusto de. **Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil**. Dissertação, IEL-Unicamp, São Paulo, 2006.

MENDES, Manuel Odorico. **Virgílio Brasileiro**. Paris: Typographia Rignoux, 1858. BPED.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. **A Historiografia Brasileira da Literatura**. A Instituição do Ensino das Línguas Vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890). Tese, Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade. PUC, São Paulo, 2006.

_____. O Ensino de Literatura e a Identidade Nacional: o caso brasileiro. In: SANTOS, Josalba Fabiana dos Santos e OLIVEIRA, Luiz Eduardo Menezes de. (Orgs.). **Literatura e Ensino**. Maceió: Edufal, 2008.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer. **História das Disciplinas Escolares: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

OLIVEIRA, Stella Sanches. **A História da Disciplina Escolar Francês no Colégio Estadual Campo-Grandense (1942-1962)**. Dissertação, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, UFMT, Campo Grande, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino e GAVAZZI, S. **Texto e Discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PLEBE, Armando. **Breve História da Retórica Antiga**. São Paulo: EPU: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

QUINTILIANO. Marcus Fabius. Institutio Oratório. In: CARVALHO, Francisco Freire de. **Lições Elementares de Eloquência Nacional**, 2. ed. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1840.

RANAURO, Hilma. O Legado de Jerônimo Soares Barbosa. In: **Revista Portuguesa de Humanidades**, n.7, fasc. 1-2, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, Portugal, 2003, p. 253-265.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. **O Espelho da Nação: A Antologia e o Ensino de Português e Literatura (1838-1971)**. Tese de Doutorado. Unicamp-IEL, São Paulo, 2000.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RESTAINO, Hilda Cristina. **O ensino de Língua Portuguesa e de leitura na República Velha: aliados da cultura brasileira ou representantes da tradição?**. Dissertação, Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, PUC-São Paulo, 2005.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**, 3. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, Coleção Documentos Brasileiros, 1943.

SANTIAGO, Serafim. Anuario Christovense ou Cidade de São Christovão[manuscrito]. ANDRADE, Péricles Moraes; DANTAS, Beatriz Góis; FREITAS, Itamar. (Orgs.). São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

SANTOS, Josalba Fabiana dos Santos e OLIVEIRA, Luiz Eduardo Menezes de. (Orgs.). **Literatura e Ensino**. Maceió: Edufal, 2008.

SANTOS, Suenilde Costa. **Academia de Direito de São Paulo (1827-1854) e Constituição de uma Elite Nacional: o Lugar da Língua Portuguesa**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade. PUC: São Paulo, 2005.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da Silva. **A Formação Intelectual da Elite Sergipana (1822-1889)**. Dissertação, Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SILVA, Geraldo Bastos. **A Educação Secundária** (perspectiva histórica e teoria). São Paulo: Companhia Editora Nacional, Col. Atualidades Pedagógicas, v. 94, 1969.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Eduff, 1999.

TRINGALI, Dante. **A Arte Poética de Horácio**. São Paulo: Musa Editora, 1993.

VASCONCELLOS, Paulo Sérgio de. In: Renasce. **Jornal O Imparcial**: Maranhão, p.23, 2009.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Michael Karl. (Orgs). **Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951**. Curitiba: Ed. Do Autor, 1998.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. v. II - Século XIX. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2. ed. 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, Série Novas Perspectivas. 3.ed. 1985.

VERNEY, Luís Antonio. **Verdadeiro Método de Estudar** (Cartas sobre a Retórica e a Poética). Lisboa: Editorial Presença, 1991.

VIDAL, Valdevia Freitas dos Santos. **O Necdalus**: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911). Dissertação, Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

ZILBERMAN, Regina. Literatura, Escola e Leitura. In: SANTOS, Josalba Fabiana dos Santos e OLIVEIRA, Luiz Eduardo Menezes de. (Orgs.). **Literatura e Ensino**. Maceió: Edufal, 2008.

DOCUMENTOS

ATHENEU SERGIPENSE. **Congregação dos lentes do Atheneu Sergipense**. Ata da sessão realizada no dia 30 de março de 1874.

_____. **Congregação dos lentes do Atheneu Sergipense**. Ata da sessão realizada no dia 30 de abril de 1874.

_____. **Congregação dos lentes do Atheneu Sergipense**. Ata da sessão realizada no dia 7 de maio de 1874.

_____. **Congregação dos lentes do Atheneu Sergipense**. Ata da sessão realizada no dia 3 de fevereiro de 1875.

_____. **Congregação dos lentes do Atheneu Sergipense**. Ata da sessão realizada no dia 1 de fevereiro de 1877.

_____. **Congregação dos lentes do Atheneu Sergipense**. Ata da sessão realizada no dia 17 de maio de 1877.

_____. **Guia n. 4 de requisição para inscrição nos exames de preparatório de Retórica e Poética**, 22 de outubro de 1889.

_____. **Guia n.73 de requisição para inscrição nos exames de preparatório de Retórica e Poética**, 28 de outubro de 1889.

_____. **Guia n.112 de requisição para inscrição nos exames de preparatório de Retórica e Poética**, 29 de outubro de 1889.

_____. **Guia n.137 de requisição para inscrição nos exames de preparatório de Retórica e Poética**, 31 de outubro de 1889.

PORTUGAL. **Alvará** de 28 de junho de 1759.

SERGIPE. PROVÍNCIA DE SERGIPE. **Relatório com que o exm. Sr.Dr.Antonio Passos Miranda abriu a Assembléia Legislativa**, no dia 7 de março de 1874. Jornal do Aracaju. Aracaju, 14 de março de 1871.

SERGIPE. PROVÍNCIA DE SERGIPE. **Relatório com que o exm. Sr.Dr. Antonio Passos Miranda abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe** no dia 2 de março de 1874. Disponível em : <http://brazil.crl.edu>. Acesso em: 15 maio 2009.

SERGIPE. PROVINCIA DE SERGIPE. **Relatório com que o exm. Sr.Dr. Antonio Passos Miranda abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe** no dia 1º de março de 1875. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em: 15 maio 2009.

SERGIPE. PROVÍNCIA DE SERGIPE. **Relatório com que o exm. Sr.Dr. João Ferreira Araújo Pinho abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe** no dia 1º março de 1876. Disponível em: <http://brazil.crl.edu>. Acesso em: 15 maio 2009.

SERGIPE. PROVÍNCIA DE SERGIPE. **Compilação das Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe** (Do início da República ao ano de 1898). Aracaju: Typographia do Estado de Sergipe, 1899.

SERGIPE. PROVÍNCIA DE SERGIPE. **EDITAL da Instrução Pública de Sergipe**. O Republicano, Aracaju, 16 de agosto de 1890.

SERGIPE. PROVÍNCIA DE SERGIPE. **EDITAL da Instrução Pública de Sergipe**. O Republicano, Aracaju, 20 de novembro de 1890.

ANEXOS

ANEXO A

QUADRO I- HORÁRIOS DA DISCIPLINA RETÓRICA E POÉTICA NO ATHENEU SERGIPENSE

ANO	HORÁRIO
1874	12h à 1h30/2h às 3h
1875	Mesmo horário do ano anterior
1876	Mesmo horário do ano anterior
1877	10h30 às 12h
1878	9h30 às 11h
1879	9h30 às 11h
1880	Mesmo horário do ano anterior
1881	9h às 10h
1882	8h às 9h
1883	9h às 10h/8h às 9h
1884	8h às 9h
1885	8h às 9h
1886	8h às 9h
1887	8h às 9h
1888	10h às 11h
1889	10h às 11h
1890	8h às 9h
1891	8h às 9h

Nota: (1) Quadro elaborado a partir dos dados levantados por Alves (2005) e através de consulta à documentação do Atheneu Sergipense.

(2) Em 1874, o horário foi alterado devido às reiteradas reclamações por parte dos alunos. No ano de 1877, a cadeira recebeu a denominação de Retórica e Poética e Literatura Nacional. Já em 1883, Retórica juntamente com as cadeiras de Italiano, Ciências Físicas e Naturais teve seu horário modificado.

ANEXO B

QUADRO II- LICÇÕES ELEMENTARES DE ELOQUENCIA NACIONAL

CAPÍTULOS	CONTEÚDOS
Cap.I- Definições da Eloquência e da Retórica	-Conceito de Eloquência; -Conceito de Retórica; -Diferenças entre Eloquência e Retórica.
Cap.II-História da Eloquência e da Retórica	-Apresenta um panorama conciso sobre a História da Eloquência e da Retórica.
Cap.III-Partes da Eloquência e da Retórica	-Discorre sobre os componentes da Eloquência: Invenção, Disposição, Elocução, Memória, Pronúncia ou Declamação e Ação;
Cap.IV-Assuntos da Eloquência	-Comenta a respeito das três finalidades da Eloquência: Deleitar, convencer e persuadir.
Cap.V-Meios que a Eloquência emprega para chegar aos seus fins	-Meios universais de persuasão: pensamentos e palavras; -Meios particulares: Instrução, Moção e Recreio.
Cap.VI-Questões controvertidas em Eloquência	-Questões universais, indeterminadas ou teses; -Questões particulares, determinadas, causas ou hipóteses.
Cap. VII- O que seja Estado em Eloquência e a quantas espécies podem ser reduzidos os Estados	-Definição do Estado; -Tipos de Estado: Estado de Conjectura, Estado de Definição e Estado de Qualidade.
Cap.VIII-Grãos e Gêneros diversos da Eloquência	-Os três graus da Eloquência e suas finalidades; -Os três gêneros da Eloquência: de Assembleias (civis,literárias ou eclesiásticas).
Cap. IX- Partes do Discurso Oratório regular e sua dedução	-Partes do discurso oratório: Exórdio, Narração, Confirmação e Peroração ou Conclusão.
Cap.X- Do Exórdio	-Características e finalidades do Exórdio.
Cap.XI- Da Narração	-Características e finalidades da Narração; -Qualidades da Narração: clareza, brevidade e verossimilhança.
Cap.XII-Da Confirmação	-Características da Confirmação; -Componentes da Confirmação: provas, razões, argumentos e exemplos.
Cap.XIII-Da Peroração	-Qualidades da Peroração; -Divisão da Peroração: Recapitulação e Epílogo.
Cap.XIV- Da Disposição Oratória em particular	-Definição de distribuição oratória; -Qualidades da distribuição oratória.
Cap.XV- O que seja Elocução Oratória	-Definição da Elocução; -Características da Elocução perfeita.
Cap.XVI- Virtudes e Vícios da Elocução	-Virtudes da Elocução: pureza, correção, clareza, ornato e boa colocação; -Enumeração dos vícios relacionados à Elocução.
Cap. XVII-Do Ornato oratório	-Definição do Ornato Oratório; -Virtudes do Ornato: virilidade, força, naturalidade e decência. -Vícios do Ornato: feminilidade, moleza, artificialidade e incongruência.
Cap.XVIII- Dos Grãos do Ornato	-Fontes do Ornato: pensamentos e palavras; -Gêneros do Ornato Oratório: graus, pinturas, conceitos e de adorno.

Continuação....

CAPÍTULOS	CONTEÚDOS
Cap.XIX- Dos Conceitos Oratórios, segundo os graus do ornato	-Definição dos Conceitos; -Divisão dos Conceitos: fortes e agudos ou sentenciosos.
Cap.XX- Do Adorno Oratório	-Definição de Adorno; -Classificação dos Tropos.
Cap.XXI-Das Figuras oratórias	-Definição de Figuras; -Classificação das Figuras: de pensamentos e de palavras.
Cap.XXII-Da Boa colocação das palavras no discurso oratório	-Divisão da Elocução: ligada, periódica ou solta; -Regras para a correta Elocução das palavras no discurso oratório.
Cap.XXIII- Do Estilo Oratório	-Definição de Estilo; -Divisões do Estilo; -Regras Gerais do Estilo.
Cap.XXIV-Do Decoro Oratório	-Definição do Decoro; -Regras para o Decoro.
Cap.XXV-Da Pronúncia e Gestos ou Ação, como requisitos essencialíssimos para o bom desempenho da Eloquência	-Regras para a Pronúncia adequada.
Cap.XXVI- A cultura da Memória é da primeira necessidade para o exercício da Eloquência	-A importância do cultivo da Memória; -Modos de enriquecer a Memória.
Cap.XXVII- Regras que devem ser particuladas observadas nos Discursos dos três Gêneros da Eloquência do aparato	-Regras adequadas aos gêneros: Laudativo, Deliberativo e Judicial; -Eloquência das Assembleias populares; -Eloquência de Foro; -Eloquência de Púlpito.
Cap.XXVIII-Observações tendentes à perfeição da Eloquência	-Meios para fazer progresso na Eloquência; -Recomendações ao Orador.
Exemplos citados pelo autor	Ex.I- Cap.XII- Jacinto F. de Andrade, Vida de Dom João de Castro, Liv. I; Ex.II-Cap.XII-Diogo de Couto, Década V, Livro II, Cap.9; -Ex.III-Cap.XVIII-Os Lusíadas, Cant.III, Estr.111 e 112; -Ex.IV-Cap.XXI-Os Lusíadas, Cant.VII, Estr. 6.7, 8 e 9; -Ex.V-Cap.XX-, Os Lusíadas,Cant. I, Estr.74 a 76; -Ex.VI-Cap.XXI-O Hyssope, Cant.III,Vers.32; -Ex.VII-Cap.XXI-Os Lusíadas, Cant.I, Estr.24 a 30; -Ex.VIII-Cap.XXI-O Hyssope,Cant.I, V.98; -Ex.IX-Cap.XXI-Os Lusíadas,Cant.IV,Estr. 73 e 74; -Ex.X-Cap.XXI-Os Lusíadas, Cant.X, Estr.118; -Ex.XI-Cap.XXI-Os Lusíadas, Cant.IV,Estr.15 a 19; -Ex.XII-Cap.XXI-O Hyssope, Cant.IV, v. 24; -Ex.XII-Cap.XXI-Os Lusíadas, Cant.III,Estr. 126 a 129. -Ex.XIV-Cap.XXI-Fr.Heytor Pinto, Par.II, Diálogo da Tranquilidade, Cap.16.

Nota: Os conteúdos mencionados no quadro acima foram organizados pela autora, a partir da 2ª edição da obra Lições Elementares de Eloquência Nacional de Francisco Freire de Carvalho.

ANEXO C

QUADRO III- LIÇÕES ELEMENTARES DE POÉTICA NACIONAL

CAPÍTULOS	CONTEÚDOS
Cap.I- Definição e Natureza da Poesia	-Conceito de Poesia; -Características e Finalidades da Poesia; -Conceito de Arte Poética
Cap.II- Da origem da Poesia	-A relação entre Poesia e Natureza; -A ligação entre Música e Poesia; -A tradição oral na infância da Poesia
Cap.III- Da Personificação	-Artigo I: Aspectos gerais da Versificação; -Artigo II: Principais espécies de versos (subdividido em dez tópicos, sendo um para cada tipo de versos (considerados quanto ao número de sílabas): I-Versos de quatorze sílabas, II- Versos Alexandrinos, III-Versos de Arte Maior, IV-Verso Heróico ou Endecassílabo, V-Verso de dez sílabas chamadas de Gregório de Mattos, VI-Verso composto de nove sílabas,VII-Redondilha maior ou verso de oito sílabas, VIII-Verso Heróico quebrado de sete sílabas, IX- Redondilha menor com seis sílabas, X-Verso Quebrado de cinco sílabas.
Cap.IV-Dos diferentes Gêneros de Composições poéticas em geral	-Apresentação sucinta dos gêneros: Epigramático, Lírico, Pastoril, Elegíaco, Didático, Descritivo, Épico e Dramático.
Cap.V- Do Gênero Epigramático	-Características do Gênero; -Estrutura do Gênero; -Exemplos de obras pertencentes ao gênero (Soneto, Décima e Madrigal).
Cap.VI- Do Gênero Lírico	-Características do Gênero; -Aspectos que o distinguem dos demais; Dividido em dois artigos: O 1º aborda a ideia geral sobre o gênero lírico, suas peculiaridades e a falsa opinião quanto a sua dificuldade. O 2º Apresenta as diferentes espécies do gênero e notas específicas sobre cada uma delas.
Cap.VII- Do Gênero Pastoril	-Apresentação das características gerais do gênero; -A relação do gênero com a Natureza; -Exemplos extraídos da obra de Virgílio e de Bernardes.
Cap.VIII- Do Gênero Elegíaco	-A origem do vocábulo Elegia; -Características do gênero; -Exemplos e recomendações de leitura: Camões, Bernardes, Ferreira, Francisco Dias Gomes e Bocage.
Cap.IX- Do Gênero Didático	-Características do gênero; -Finalidade do gênero; -Subdivisões: Epístola e Sátira; -Exemplos e sugestões de leitura: Garção, Nicolau de Almeida, Manuel do Couto Guerreiro, Bocage, Sá de Miranda e o poeta brasileiro Manoel Inácio da Silva Alvarenga. *Neste capítulo o autor menciona a existência das <i>Geórgicas Brasileiras</i> , de autoria de Prudêncio do Amaral (nativo da Bahia) e José Rodrigues (originário do Porto).
Cap. X- Do Gênero Descritivo	-Apresentação do gênero; -Características do gênero; -Exemplos.

Continuação....

CAPÍTULOS	CONTEÚDOS
Cap. XI- Do Gênero Épico	-Definição do gênero; -Características e finalidades do gênero; -O capítulo subdivide-se em três artigos: Artigo 1º: Da ação, 2º: Dos Atores ou Caracteres e 3º: Da Narração do Poeta.
Cap.XII- Do Gênero Dramático	-Apresentação do Gênero; -Características e finalidades do Gênero; -Regras para a composição do Gênero; -O capítulo subdivide-se em três artigos: Artigo 1º: Da Espécie Trágica, Artigo 2º: Da Espécie Cômica e Artigo 3º: Da Comédia mista ou Tragi-Comédia.
Cap.XIII- Observações sobre as duas Escolas de Poesia: Clássica e Romântica	-Apresentação das características da Escola Clássica; -Principais autores que produziram obras pertencentes à Escola Clássica; -Apresentação da Escola Romântica: origem, diversidade de definições, autores, exemplos; -Paralelo entre as duas escolas.
Exemplos citados no decurso da obra	Ex. I-Os Lusíadas, Canto V, Estr. 19-22, Ex.II-Os Lusíadas, Canto IV, Estr. 31, Ex.III- Os Lusíadas, Canto II, Estr. 36-38, Ex. IV-Os Lusíadas, Canto IX, Estr. 53-64, Ex. V-Os Lusíadas, Canto IV, Estr. 14-19, Ex.VI-Os Lusíadas, Canto III, Estr. 36-41, Ex.VII, Os Lusíadas, Canto X, Estr. 12-25, Ex. VIII, Os Lusíadas, Canto VI, Estr. 40 e Canto IX, Estr. 75-84.
Breve Ensaio sobre A Crítica Litterária ou Methaphysica das Bellas-Letras	Neste Ensaio Freire apresenta concepções extraídas da obra de Hugh Blair acerca da Crítica, Engenho ou Gênio, Gosto e da Beleza. O texto é composto de: Introdução e de quatro capítulos conforme a seguinte estrutura: Cap. I- Da crítica em geral, Cap.II- Do Engenho ou Gênio e do Gosto considerados em geral, Cap.III- Observações particulares sobre o Gosto, Cap.IV-Das Fontes dos Prazeres do Gosto.
Exemplos citados no decurso do Ensaio	Ex. I- Os Lusíadas, Cant.V, Estr.37-39, Ex. II-Os Lusíadas, Cant. VI, Estr.38,39 e 70, Ex.III- Trad. Filinto Elysio, Tomo XXII,Ex. IV-Salmo 17, Ex.V-Phars, Livro V, Vers.578, Ex.VI- Eneida, Livro VI, Ex. VII-Eneida, Livr. I, Vers. 85-133, Ex. VIII-Os Lusíadas, Canto VI, Est. 71.

Nota: Os conteúdos mencionados no quadro acima foram organizados pela autora, a partir da 2ª edição da obra Lições Elementares de Poética Nacional de Francisco Freire de Carvalho.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)